

ANA PATRÍCIA SÁ MARTINS  
ANDRESSA WIEBUSCH  
JOSENILDO CAMPOS BRUSSIO  
REGINA CÉLIA VILANOVA-CAMPELO

# GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR



EXPERIÊNCIAS

DESAFIOS



E  
(TRANS) FORMAÇÕES



**Uema**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO MARANHÃO



recebida a 15/03/2024  
**PPGE**  
Mestrado Profissional  
em Educação



© copyright 2023 by UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA UEMA.

**Gestão Educacional e Escolar: experiências, desafios e (trans) formações**

**EDITOR RESPONSÁVEL**  
Jeanne Ferreira Sousa da Silva

**CONSELHO EDITORIAL**  
Alan Kardec Gomes Pachêco Filho • Ana Lucia Abreu Silva  
Ana Lúcia Cunha Duarte • Cynthia Carvalho Martins  
Eduardo Aurélio Barros Aguiar • Êmanoel Cesar Pires de Assis  
Êmanoel Gomes de Moura • Fabíola Hesketh de Oliveira  
Helciane de Fátima Abreu Araújo • Helidacy Maria Muniz Corrêa  
Jackson Ronie Sá da Silva • José Roberto Pereira de Sousa  
José Sampaio de Mattos Jr • Luiz Carlos Araújo dos Santos  
Marcelo Cheche Galves • Marcos Aurélio Saquet  
Maria Medianeira de Souza • Maria Claudene Barros  
Rosa Elizabeth Acevedo Marin • Wilma Peres Costa

**Diagramação: Paul Philippe**

MARTINS, Ana Patrícia Sá. WIEBUSCH, Andressa. BRUSSIO, Josenildo Campos. VILANOVA-CAMPELO, Regina Célia.(orgs.). Gestão Educacional e Escolar: experiências, desafios e (trans) formações. UEMA. Editora UEMA 2023.

261 p.

ISBN: 978-85-8227-317-3

1. Educação. 2. Gestão. 3. Experiências Escolares.

I. Martins, Ana Patrícia Sá. II. Título

O conteúdo dos capítulos é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando a posição oficial dos organizadores e nem do Conselho Editorial da Editora UEMA.

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar  
(FREIRE, 1982, p. 155)

**Que possamos encontrar novos caminhos para  
uma Educação de Qualidade!**

# APRESENTAÇÃO

Ana Patrícia Martins

Andressa Wiebusch

Josenildo Campos Brussio

Regina Célia Vilanova-Campelo

*Engajamento acadêmico é visto com um processo multidimensional que engloba, sobretudo, as dimensões afetiva, comportamental e cognitiva dos indivíduos que, quando mobilizadas conjuntamente, permitem o envolvimento efetivo dos estudantes com o meio e as atividades acadêmicas, gerando, de fato, o engajamento (COSTA; VITÓRIA, 2017, p. 2262).*

Com muita alegria, o Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA) compartilha com todos os educadores e interessados, as reflexões de pesquisas realizadas pelos estudantes e professores, que resultou em um engajamento acadêmico durante a realização do IV Seminário de Pesquisas em Educação, no período de 07 a 09 de novembro de 2022.

O evento teve como tema *Pesquisa Em Educação: Experiências, Desafios E (Trans) Formações*, e contou com palestras, mesas-redondas e lançamento de livros, além dos debates acerca das investigações acadêmicas desenvolvidas nas duas linhas de pesquisa pelos mestrandos do Programa.

No presente e-book, estão reunidos os resumos expandidos da Linha de Gestão educacional e escolar. A leitura dos capítulos pode ser feita de duas maneiras. A primeira, cursiva, sequencial, da primeira à última de suas páginas, para irmos participando dos frutos científico-pedagógicos que cada pesquisa apresenta. A segunda, conforme o/a leitor/a desejar, selecionando os capítulos com as temáticas com as quais mais se identifique, para não só aprender, como para se engajar na luta por uma educação responsiva, democrática e emancipadora.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Os organizadores.

## REFERÊNCIAS

COSTA, P. T.; VITÓRIA, M. I. C. Engajamento acadêmico: aportes para os processos de avaliação da Educação Superior. EDUCERE: Congresso Nacional de Educação, 13., 2017, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: Universitária Champagnat, 2017. Disponível em: [https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14603/2/Engajamento\\_academico\\_aportes\\_para\\_os\\_processos\\_de\\_avaliacao\\_da\\_Educacao\\_Superior.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14603/2/Engajamento_academico_aportes_para_os_processos_de_avaliacao_da_Educacao_Superior.pdf). Acesso em 10 jan. 2023.

# SUMÁRIO

## **1. A ATUAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NO FORTALECIMENTO DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL: um estudo em uma Escola Pública Estadual localizada em São Luís/MA**

*Andreia de Sousa Marques Oliveira*

*Raimundo Nonato Moura Oliveira*.....09

## **2. O PAPEL DOS CONSELHOS ESCOLARES NO AMBIENTE DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: limites e perspectivas**

*Antônio José Viana da Silva*

*Severino Vilar Albuquerque*.....23

## **3. A (INTER)RELAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR COM OS RESULTADOS DO IDEB NO MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR – MA**

*Chiara Maria Fernandes da Silva*

*Albiane Oliveira Gomes*.....31

## **4. SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO LUÍS (SIMAE) E QUALIDADE DO ENSINO: análise da apropriação dos resultados pela escola**

*Dalmiran Colaço Silva*

*Albiane Oliveira Gomes*.....41

## **5. GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: as distorções entre os discursos e as ações em uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental público luminense**

*Dayane de Sousa Vasconcelos França*

*Maria Goretti Carvalho*.....50

## **6. GESTÃO PARTICIPATIVA E QUALIDADE DE ENSINO: PONTOS E CONTRAPONTO**

*Dayane Gomes Melo Corrêa*

*Albiane Oliveira Gomes*.....63

## **7. INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL: caminhos para avaliação participativa**

*Giullia Cristina Mulato Venancio*

*Kallyne Kafuri Alves*.....73

**8. COLABORAÇÃO DOS ENTES SUBNACIONAIS PARA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO MARANHÃO**

*Hélia de Jesus Souza*

*Albiane Oliveira Gomes*.....84

**9. GESTÃO ESCOLAR FRENTE AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE): Uma proposta de sistema de informatização da prestação de contas nos IEMA PLENOS em São Luís – MA**

*Janaine Lira Vieira*

*Severino Vilar Albuquerque*.....97

**10. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO UM PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: uma análise da atuação dos Conselhos Escolares do Município de Capitão de Campos-PI**

*Jerffeson Miguel Oliveira*

*Antonio Alves Ferreira*.....106

**11. A GESTÃO ESCOLAR E OS PROJETOS DE EXTENSÃO NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IEMA EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO**

*Jonhatan de Matos Camilo*

*Ana Lúcia Cunha Duarte*

*Andressa Wiebusch*.....115

**12. A GESTÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL EM PAÇO DO LUMIAR-MA: análise de políticas implementadas com docentes dos anos iniciais do ensino fundamental**

*Karoliny Reis Pereira*

*Maria do Socorro Estrela Paixão*.....125

**13. GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DA GESTÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA: uma análise do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) na rede pública de ensino de Paço de Lumiar/MA**

*Kelly Maria Elienza Alves Lima de Souza*

*Severino Vilar de Albuquerque*.....135

**14. GESTÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA:  
UMA ANÁLISE DA GESTÃO DE RECURSOS DO PROGRAMA  
DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) EM ESCOLAS DA  
REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAXIAS/MA**

*Lêda Maria de Sousa Rodrigues*

*Severino Vilar de Albuquerque*.....146

**15. A INFLUÊNCIA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTABELECIMENTO DAS POLÍTICAS  
REGULATÓRIAS NO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL  
MARANHENSE**

*Marcia Thais Soares Serra Pereira*

*Ana Lúcia Cunha Duarte*

*Kallyne Kafuri Alves*.....156

**16. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PARA A TRANSFORMAÇÃO  
SOCIAL: uma análise das práticas avaliativas em uma escola, no  
município de Uruçuí – PI**

*Marta Lemos Castro*

*Ana Lúcia Cunha Duarte*

*Kallyne Kafuri Alves*.....162

**17. A CONTRIBUIÇÃO DO GESTOR ESCOLAR PARA A  
REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS A PARTIR  
DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

*Mary Luiza Silva Carvalho Vila Nova*

*Sandra Regina Rodrigues dos Santos*.....171

**18. O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO  
MUNICÍPIO DE TIMON (MA)**

*Poliane de Lima Vaz da Costa*

*Antonio Alves Ferreira*.....185

**19. A GESTÃO ESCOLAR NO ENSINO EMERGENCIAL: uma  
investigação sobre o contexto socioeducacional da pandemia da  
Covid -19**

*Rafaelle Christine Cidreira Estrela*

*Ana Lúcia Cunha Duarte*

*Kallyne Kafuri Alves*.....199

**20. IMPLICAÇÕES DA PROVA BRASIL NA ORGANIZAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES**

*Raimunda Nonata Paiva Andrade*

*Georgyanna Andréa Silva Morais*.....209

**21. GESTÃO ESCOLAR: estratégias de enfrentamento à diminuição na aprendizagem de estudantes no contexto da pandemia da covid-19 em Breu Branco-PA**

*Regiane Pereira Silva*

*Raimundo Nonato Moura Oliveira*.....219

**22. A GESTÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IEMA, EM SANTA INÊS/MA**

*Sandra Moreira de Freitas*

*Antonio Sousa Alves*.....232

**23. APROXIMAÇÕES AO PERFIL DE DIRETORES ESCOLARES COM ATENÇÃO À QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PARA A GESTÃO ESCOLAR**

*Tâmyles Marques Santos*

*Ana Lúcia Cunha Duarte*

*Andressa Wiebusch*.....242

**24. PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO: contribuições na aproximação com a educação superior**

*Tatyanne Laíssa Sousa dos Santos*

*Ana Lúcia Cunha Duarte*

*Kallyne Kafuri Alves*.....254

# **A ATUAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NO FORTALECIMENTO DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL: um estudo em uma Escola Pública Estadual localizada em São Luís/MA**

**OLIVEIRA, Andreia de Sousa Marques**

<http://lattes.cnpq.br/3228105382576152>

[andreiamaress@gmail.com.br](mailto:andreiamaress@gmail.com.br)

**OLIVEIRA, Raimundo Nonato Moura**

<http://lattes.cnpq.br/1920752752094791>

[gepepcurriculo@gmail.com](mailto:gepepcurriculo@gmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

Esse texto é fruto das discussões e estudos realizados no curso do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e dos estudos acerca do objeto de pesquisa do trabalho de conclusão do referido curso. Tem como foco analisar as ideias e políticas de educação integral e educação em tempo integral dentro do contexto histórico brasileiro e a atuação da gestão escolar na efetividade dessas políticas no contexto educacional atual.

Ao longo da história da educação no Brasil muito tem se discutido sobre a oferta de educação de qualidade, mais precisamente a partir da década de 1930 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação. Nesse sentido, muito tem se discutido sobre a temática educação em tempo integral numa perspectiva de oferecer um ensino de qualidade aos estudantes das escolas públicas que há muito tempo anseiam por uma educação humanizadora e emancipatória.

No Estado do Maranhão, algumas escolas públicas estaduais, desde 2017, vem ofertando o ensino na modalidade em tempo integral como forma de alcançar uma das metas propostas no Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). Portanto, as escolas em Tempo Integral já é uma realidade no estado do Maranhão, por isso se torna importante estudar como essas escolas vem se consolidando no sentido de oferecer uma educação de qualidade.

Desse modo, para que esse objetivo seja alcançado é necessário analisar a atuação da gestão escolar nas escolas que funcionam em

tempo integral, que baseada nos princípios da gestão democrática e nos conceitos de participação, envolve a comunidade escolar na busca de uma educação pública de qualidade. No entendimento de Lück (2009, p. 70) “A gestão escolar constitui em uma estratégia de intervenção organizadora e mobilizadora, de caráter abrangente e orientada para promover mudanças e desenvolvimento dos processos educacionais [...]”.

Para tanto apresentaremos uma revisão acerca das concepções sobre gestão escolar, bem como as principais ideais sobre Educação Integral e Educação em Tempo Integral e, sobretudo, como uma está intimamente ligada a outra, esta pesquisa será realizada em uma escola pública estadual, localizada no bairro Vila Embratel, que teve esse modelo de escola implantado no ano de 2018. Buscar-se-á através de uma perspectiva dialética, entender como essa nova realidade está sendo estruturada no cenário escolar da referida escola.

## **GESTÃO ESCOLAR: CONCEITOS E ASPECTOS LEGAIS**

O termo gestão, oriundo das instituições empresariais, começou a ganhar espaço no âmbito das escolas públicas a partir dos anos de 1980, em substituição as ideias de administração escolar que eram, principalmente, pautadas no gerencialismo e na burocracia. Nesse contexto, o conceito de gestão escolar adentra no ambiente educacional como uma nova forma de pensar a organização escolar, pautada em uma visão democrática, participativa e descentralizadora e que de fato propicie uma educação de qualidade aos estudantes.

Nesse sentido, desde a Constituição Federal de 1988, o estado brasileiro tem a obrigação de cuidar da educação no país. O artigo 205, nos assegura esse direito, (BRASIL, 1988), quando afirma que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Portanto, ter acesso à educação é um direito do ser humano, bem como dever do Estado oportunizar esse acesso.

Nesses termos, a educação é indispensável para a sociedade, visto que ela propicia a construção de conhecimentos formais, bem

como possibilita o desenvolvimento de uma formação social e cultural e, conseqüentemente, emancipadora, que como afirmou Freire (2005, p. 43), em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, “Para a educação problematizadora, enquanto um que fazer humanista e libertador, o importante está em que os homens submetidos a dominação lutem por sua emancipação”.

Assim sendo, um dos avanços que a LDBEN trouxe, e que é muito importante para a temática desta pesquisa, foi a regulamentação da gestão democrática, aspecto importante para a efetivação de uma escola pautada nas ideias de coletividade. Entendo a gestão democrática como aquela que tem como princípio a participação da comunidade escolar nos processos de tomadas de decisões, no enfrentamento dos desafios do dia a dia, na implementação e execução de projetos e nas demandas administrativas e financeiras da escola a LDBEN 9394/96, em seu artigo 14, estabelece:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A partir dessa perspectiva, a gestão escolar oportuniza um espaço baseado no exercício da escuta e do diálogo, articula as demandas da rotina escolar para que todos sintam-se engajados e responsáveis na busca de uma escola democrática, solidária e comprometida com uma educação emancipatória, como destaca, Drabach e Mousquer (2009, p.280) “[...] não se pode deixar de lado o fato de que a descentralização e participação dos cidadãos nas instituições sociais faz parte dos instrumentos necessários para o alcance da desejada democracia e emancipação humana”.

Diante do exposto, podemos entender que as principais funções das escolas públicas é possibilitar o exercício da cidadania e oferecer uma educação de qualidade, que segundo Dourado (2007, p.940), “[...] requer ações que possam reverter a situação de baixa qualidade

da aprendizagem na educação básica, o que pressupõe, por um lado, identificar os condicionantes da política de gestão e refletir sobre a construção de estratégias de mudança do quadro atual”.

Portanto a gestão escolar enquanto mediadora desse processo busca meios para que o estudante tenha acesso a uma educação humanizadora e significativa que possa romper com a lógica da alienação imposta pelo sistema capitalista e, conseqüentemente, oportunizar uma educação emancipatória. Contribuindo com essa ideia, Paro (1998, p. 304), coloca que:

[...] concorrer para a emancipação do indivíduo enquanto cidadão participe de uma sociedade democrática e, ao mesmo tempo, dar-lhe meios, não apenas para sobreviver, mas para viver bem e melhor no usufruto de bens culturais que hoje são privilégio de poucos, então a gestão escolar deve fazer-se de modo a estar em plena coerência com esses objetivos.

Dessa forma, analisar como a gestão escolar vem atuando com o objetivo de fortalecer a escola em tempo integral é de grande relevância para a consolidação desse projeto nas escolas em tempo integral do Maranhão. Haja vista, que as implicações desse modelo de escola podem ser preponderantes para que os estudantes continuem seus estudos, elaborem conhecimentos, construam o seu projeto de vida e desenvolvam habilidades que propiciem a sua formação pessoal, social e emancipatória.

## **EDUCAÇÃO INTEGRAL E ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL**

No Brasil, o Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932) já sinalizava a importância de uma educação integral. Em várias partes do texto do referido documento, pode-se observar a preocupação em oportunizar uma educação integral, traduzida como uma educação que garantisse o desenvolvimento integral do indivíduo através de políticas capazes de “[...] organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento [...]” (MANIFESTO, 1932, p. 191).

Assim, Anísio Teixeira, um dos maiores nomes da educação brasileira e líder do Manifesto dos Pioneiros, trouxe a primeira experiência de educação em tempo integral como política pública implantada no Brasil. Ele idealizava a escola em tempo integral, como o caminho dos avanços do progresso (TEIXEIRA, 1997). Dessa forma, em 1950, foi inaugurada a primeira escola em tempo integral, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, que ficou conhecida como Escola Parque.

Atualmente, muito se tem discutido sobre a ideia de educação integral, devido as políticas educacionais de ampliação do tempo escolar, por esse motivo observamos que os conceitos de educação integral e educação em tempo integral acabam sendo entendidos como sinônimos. Porém, podemos conceituar a educação integral como aquela que possibilita o desenvolvimento do estudante nas suas diferentes dimensões, seja cognitiva e intelectual, quanto física, afetiva, social, cultural e histórica. Sobre a ideia de educação integral, em uma perspectiva histórica, Paro (2009, p. 17) explica que,

[...] O homem se apropria de toda a cultura produzida em outros momentos históricos, e assim ele se faz histórico. Enfim, a essa apropriação da cultura, nós chamamos de educação, agora em um sentido mais amplo, muito mais rigoroso, muito mais complexo. Agora sim, podemos falar de educação integral.

Por outro lado, educação em tempo integral significa o aumento da carga horária do estudante na escola. Nesse contexto, a escola em tempo integral, dentro da perspectiva de ampliação da jornada escolar, vem ganhando espaço nos projetos de políticas públicas que contemplam a educação básica. Isso porque a ampliação do tempo do estudante na escola, quando, bem planejada e executada, pode tornar real a oferta de uma educação de qualidade. Gadotti (2009, p.51), afirma que:

A ampliação da jornada escolar está assenta da no conceito de educação integral [...]. A escola passa a ser o centro formativo e de referência dos direitos de cidadania da população. A educação integral envolve o entorno das escolas, ampliando a cultura da escola para além dos muros da unidade escolar.

Durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), percebemos que as ideias de educação integral e educação em tempo integral perderam espaço. Por sua vez, o ensino técnico e profissionalizante, que visava somente as demandas da política desenvolvimentista e econômica foi bastante difundido. O falecimento de Anísio Teixeira em 1971 e o exílio de Darcy Ribeiro de 1964 a 1976, também, contribuíram para que as discussões em prol de uma educação pública de qualidade fossem estagnadas.

Com o retorno de Darcy Ribeiro para o Brasil, os ideais sobre educação integral são retomados. Ele é eleito vice-governador do estado do Rio de Janeiro e com o apoio do então governador Leonel Brizola, implementa em 1982 o I Programa Especial de Educação (I PEE), que deu origem aos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), que tinha como objetivo aumentar o tempo de permanência do estudante no ambiente escolar. Os CIEP's representavam “um esforço concentrado de Estado para levar o social para dentro da escola” (BOMENY, 2009)

Outro projeto, que vale a pena citar são os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), implantado no mandato do Presidente Itamar Franco (1992-1995). Esse projeto se deu através da parceria entre governo federal, estadual e municipal. Enquanto a esfera federal se responsabilizava pela construção das estruturas físicas das unidades, o governo estadual participava na coordenação dos serviços de construção das unidades e o municipal concentrava as responsabilidades específicas de toda a execução dos serviços de funcionamento do CAIC (GADOTTI, 2009).

Em busca da redemocratização no Brasil, os movimentos sociais, sindicatos e a sociedade civil se uniram na luta para o fim do Regime Militar. Finalmente em 1985 a ditadura deixa de existir e em 1988 foi promulgada a nova Constituição Federal, que fundamentou os principais anseios da sociedade em diversos aspectos, sendo um deles a educação. No bojo desses anseios está os princípios da gestão democrática como forma de organização do ensino público no país.

Contudo, dez anos após o fim do Regime Militar, o Brasil ainda estava na busca da efetivação e ampliação dos direitos educacionais e de uma Lei que pudesse orientar todo território brasileiro. Assim, em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN,

9394/96). A nova lei foi um divisor de águas para a história da educação brasileira, pois estabeleceu diretrizes para a organização educacional no território brasileiro e abriu espaço para a construção de políticas públicas educacionais, como por exemplo a política de educação em tempo integral.

## **METODOLOGIA**

A metodologia da referida pesquisa terá uma abordagem qualitativa, a qual compreende os fenômenos em toda sua complexidade e privacidade, essencialmente, a compreensão dos fenômenos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Ainda sobre a pesquisa qualitativa Goldenberg (2004, p. 49) pontua que, “[...] os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social [...]”.

Dessa forma, buscaremos investigar a atuação da gestão escolar no fortalecimento do modelo de uma escola em tempo integral, a partir dos sujeitos que constituem o cenário do objeto de pesquisa, que de acordo com Sá - Silva (2022, p. 22) “O olhar qualitativo nas pesquisas com pessoas é importante e necessário. [...] A educação como um processo cultural complexo e inacabado se realiza na contradição e no lugar da complexidade”.

Para tanto, no primeiro momento realizaremos uma imersão nas bibliografias que estudam o tema em questão, tanto no Brasil quanto no Maranhão, para que sejam feitas as correlações necessárias e para que se tenha todo o embasamento teórico necessário para compreender o objeto de estudo. Desse modo, utilizaremos os autores, Freire (2005), Gadotti (2009), Cavalieri (2002), Dourado (2007, 2011), Paro (1988, 2009, 2016), entre outros.

Posteriormente, será realizada a pesquisa de campo, que segundo Minayo (2016, p. 56) “[...] permite a aproximação da realidade sobre a qual formulou uma pergunta e, também, visa estabelecer uma interação com os diferentes “atores” (pessoas com as quais vamos trabalhar) que fazem parte da realidade[...]. Dando continuidade a pesquisa, através da observação participante e do diário de campo faremos o registro de todas as informações pertinentes para a pesquisa.

Minayo (2016) define observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. Pontua, também, que as informações escritas no diário de campo devem ser utilizadas pelo pesquisador quando vai fazer análise qualitativa. O uso desse diário é importante, pois, contribui para o registro de informações que serão pertinentes para o texto final da pesquisa.

Além, das técnicas já citadas, aplicaremos entrevistas semiestruturadas com os estudantes, professores e gestores, com o intuito de compreender a atuação da gestão escolar para o fortalecimento da escola em tempo integral. Segundo Manzini (1990/1991, p. 154), esse tipo de entrevista pode fazer surgir informações de forma mais espontânea pois as respostas não se condicionam a alternativas padronizadas, auxiliando assim o alcance com mais eficiência dos resultados da pesquisa.

Por último, será feito a análise e interpretação dos dados obtidos, em consonância com o levantamento bibliográfico, para posterior apresentação dos resultados em um artigo que servirá de referencial para os estudos das escolas em tempo integral no estado do Maranhão, e assim contribuir para que as experiências que têm emergido a partir dessas escolas possam alimentar políticas ainda mais concretas no âmbito educacional.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa ainda está em andamento, todavia já temos a compilação das principais diretrizes legais que subsidiam a política de educação em tempo integral no Brasil e no estado do Maranhão. Esse trabalho de analisar as determinações legais dessa política é importante, pois contribui para o entendimento de como essas escolas foram se efetivando dentro do contexto educacional brasileiro e ajudar na continuidade desse projeto educacional nas escolas públicas, pois como sabemos muitos projetos acabam se perdendo no decorrer dos anos. Seguindo essa lógica Dourado (2007, p. 925), explica que:

A Constituição e a trajetória histórica das políticas educacionais no Brasil, em especial os processos de organização e gestão da educação básica nacional,

têm sido marcadas hegemonicamente pela lógica da descontinuidade, por carência de planejamento de longo prazo que evidenciasse políticas de Estado em detrimento de políticas conjunturais de governo.

Nesse cenário, como forma de executar o direito a educação preconizada tanto na Constituição, quanto da LBDEN, foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), documento que organiza as prioridades e propõe metas a serem alcançadas no período de 10 anos. O referido documento foi aprovado em janeiro de 2001 e tinha validade até 2011. Nesse primeiro plano, a escola de tempo integral não foi pensada como uma política prioritária, mas, apareceu, esporadicamente, nos níveis e modalidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (CAVALIERE, 2014).

Ainda sobre o histórico da educação em tempo integral, em 2007, através da Portaria N°17, de 24 de abril de 2007, foi instituído o “Programa Mais Educação, que tinha como objetivo oferecer ampliação do tempo escolar para crianças e adolescentes através de fomento a atividades socioeducativas no contraturno escolar [...]” (BRASIL, 2007, n. p.). O texto da portaria previa ações que garantiam a articulação entre as políticas sociais em prol do desenvolvimento do estudante no ambiente familiar e na comunidade, bem como atividades esportivas e recreativas necessárias para seu desenvolvimento integral (BRASIL, 2007).

Em 2014, foi aprovado o segundo Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014, válido até 2024. O novo PNE coloca a Escola de Tempo Integral como meta específica, a meta número 6, que estabelece oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica. Um avanço, importantíssimo para a Educação, pois coloca a educação de tempo integral como meta para todo o país.

Em consonância com o PNE 2014-2024, Lei 13.005/2014, o estado do Maranhão aprova em 2014, o Plano Estadual de Educação (PEE/MA 2014-2024), que estabelece na meta 6, “Oferecer até 2020, Educação Integral em jornada ampliada em, no mínimo, 10% das escolas públicas de modo a atender 9,8% dos alunos da Educação Básica”

(MARANHÃO, 2014, n. p.). Porém, somente em 2017, as escolas em tempo integral, os chamados Centros Educa Mais, começaram a ser implantados, na Rede Estadual de Educação.

Dentro desse cenário, o estado do Maranhão instituiu em 2015 o Programa “Escola Digna” (Decreto nº 30.620, de 02 de janeiro de 2015), que é uma macropolítica educacional que tem em um dos seus eixos estruturantes o Ensino Médio Integrado em tempo integral. Sendo assim, a partir de 2017, iniciou-se a implantação dos Centros de Ensino em Tempo Integral, nomeados Centros Educa Mais. Esses centros são gerenciados pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e fazem parte do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral (EMTI), do Ministério da Educação, através da Portaria MEC nº 727, de 13 de junho de 2017.

Vale ressaltar que, mesmo com todo esse aparato legal, é necessário o compromisso em fomentar e manter ações que tornem essas escolas sustentáveis. Todavia, sabemos que um dos fatores que mais contribuem para o enfraquecimento de políticas no âmbito da educação é a descontinuidade dos projetos. Essa situação descredibiliza o nosso sistema educacional e, conseqüentemente, leva a sociedade a duvidar da qualidade da escola pública.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

A universalização de uma educação pública de qualidade é uma demanda urgente no Brasil, porém sabemos que essa realidade ainda está longe de ser efetivada. Muitas são as leis, projetos e políticas criadas para que se chegue nesse objetivo, mas passado a euforia inicial o que percebemos é um descaso com compromisso de concretizar ações que de fato possam modificar a estrutura educacional do país e oferecer uma educação condizente com o que assegura os textos legais sobre o direito a educação.

Percebemos que aumentar o tempo de vivência dos estudantes no ambiente escolar é uma forma de contribuir para a garantia do direito de acesso a uma educação pública de qualidade. Portanto, a combinação das ideias de Educação Integral e Educação em tempo integral, podem viabilizar uma escola de qualidade e, conseqüentemente, promover um processo de ensino e aprendizagem mais significativos.

Portanto, a efetivação das políticas educacionais deve ser prioritária, pois a educação das crianças e adolescentes não pode mais ser negligenciada pelo poder público. É necessário que seja construindo um alicerce sólido para que a escola pública possa cumprir sua função social que é a formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade que o cerca, bem como cidadãos capazes de desconstruir e construir meios para a sua emancipação.

Nesse aspecto, a escola em tempo integral, quando bem estruturada, surge como uma oportunidade de oferecer uma educação que vai além do aumento da carga horária escolar e da mera reprodução de conteúdo, mas como uma oportunidade que insere o sujeito em um tempo escolar de qualidade, permeado por vivências significativas, que coadunam para a efetivação de uma educação, criativa, afetiva e, principalmente, humanizadora, que valoriza e estimula a autonomia e a participação de todos no processo educacional.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. et al. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 4., 1932. **Anais [...]** [S.l.]: INEP, 1932. Disponível em: <<http://download.inep.gov.br/download>>. Acesso em: 20 set 2019.

BOMENY, Helena. A escola no Brasil de Darcy Ribeiro. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 109-120, abr. 2009.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao)>. Acesso em: 22 set. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13005 de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024). Brasília, DF: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2014.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9394/1996 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldbem.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172/2001**. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: MEC, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa Mais Educação. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais\\_educacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2019.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002.

DRABACH, Neila Pedrotti e MOUSQUER, Maria Elizabete Mousquer. **Dos primeiros escritos sobre administração escolar no Brasil aos escritos sobre gestão escolar**: mudanças e continuidades. Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. Brasil 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil**: limites e perspectivas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 41.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, M. **Educação integral no Brasil**: inovações em processo. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais, 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARANHÃO. **Decreto: Nº 30.620, de 02 de janeiro de 2015**. Estabelece o Programa Escola Digna. [São Luís]: Diário Oficial do Estado do Maranhão, 2015. Disponível em: <<http://http://www.stc.ma.gov.br>>. Acesso: 20 set. 2019.

MARANHÃO. **Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão (2014-2024)**. [São Luís]: Diário Oficial do Estado do Maranhão, 2014. Disponível em: <<http://www.educacao.ma.gov.br/>>

files/2016/05/suplemento\_lei-10099-11-06-2014-PEE.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

PARO, V. H. Educação integral em tempo integral: uma concepção de educação para a modernidade. In: COELHO, L. M. C. C. (Org.). **Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo**. Petrópolis, RJ: DP et Alli, 2009. p. 13-20.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

PARO ET AL, Vitor H. **Escola de tempo integral: desafio para o ensino público**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1988.

SÁ-SILVA, J. R. (org). **Linhas de pensamento nas pesquisas em Educação**. Curitiba: CRV, 2022.

TEIXEIRA, Anísio. Uma experiência de Educação Primária Integral no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 87, p. 21-33, jul./set. 1962.

# O PAPEL DOS CONSELHOS ESCOLARES NO AMBIENTE DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: limites e perspectivas

**SILVA, Antônio José Viana da**

<https://lattes.cnpq.br/3407800096074158>

[euantoniano@gmail.com](mailto:euantoniano@gmail.com)

**ALBUQUERQUE, Severino Vilar**

<http://lattes.cnpq.br/3497157552176004>

[svalbuquerque@uol.com.br](mailto:svalbuquerque@uol.com.br)

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho, apresentado ao IV Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), traz uma discussão inicial da dissertação, em construção junto ao PPGE/UEMA e mantém aderência à linha de pesquisa Gestão Educacional e Escolar, cujo objetivo é analisar como se materializa a participação do Conselho Escolar na perspectiva da Gestão Democrática em uma escola pertencente à Rede Pública Municipal de Ensino de São Benedito do Rio Preto/MA, buscando apreender mecanismos que favorecem tal participação, bem como possíveis contribuições para a qualidade do atendimento educativo e para a qualidade da educação.

O universo da escola pública compreende duas importantes e principais dimensões: administrativa e pedagógica. No âmbito dessas dimensões gravitam valores, subjetividades e ações que circunscrevem no âmbito da organização do sistema de gestão escolar. Posto assim, a gestão administrativa e pedagógica precisa desenvolver, como prática cultural, ações de instâncias colegiadas, cujo objetivo é deliberar, acompanhar e fiscalizar as atividades desenvolvidas pela escola, particularmente no que diz respeito à organização do trabalho pedagógico, bem como a sua materialidade no âmbito do trabalho educativo. Nesse sentido, a participação constitui mecanismo fundamental para que as dimensões do ensino e da aprendizagem ocorram num espaço/tempo que integrem pensares e saberes coletivos, no que tange à tomada de decisões.

A gestão escolar na perspectiva democrática tem sido uma temática discutida tanto do ponto de vista teórico quanto empírico. Autores como, Dourado (2006), Paro (1998), entre outros, vêm publicando estudos no âmbito desta temática, mostrando a complexidade que envolve a gestão escolar, particularmente no que se refere à abertura de espaços para participação na tomada de decisões, principalmente no que se refere à organização do trabalho pedagógico. Entre os principais autores que discorre sobre o tema, Paro, (1998, p. 6), ao discutir sobre a gestão escolar na perspectiva democrática aponta que

Se os fins humanos (sociais) da educação se relacionam com a liberdade, então é necessário que se providenciem as condições para que aqueles, cujos interesses a escola deve atender, participem democraticamente da tomada de decisões que dizem respeito aos destinos da escola e a sua administração. Entendida a democracia como mediação para a realização da liberdade em sociedade, a participação dos usuários na gestão da escola inscreve-se, inicialmente, como um instrumento a que a população deve ter acesso para exercer seu direito de cidadania.

A abordagem teórica que discute a gestão no espaço/tempo escolar tem contribuído na compreensão da importância e da relevância das instâncias colegiadas, particularmente do Conselho Escolar na perspectiva da Gestão Democrática em escolas de redes públicas de ensino, buscando apreender mecanismos que favorecem a participação, bem como possíveis contribuições para a qualidade do atendimento educativo, com fulcro na qualidade da educação.

Frente à temática apresentada, o estudo busca responder a seguinte questão: como se materializa a participação do Conselho Escolar na perspectiva da Gestão Democrática em escolas pertencentes à Rede Pública Municipal de Ensino de São Benedito do Rio Preto-MA?

Por se tratar de pesquisa que visa apreender mecanismos de participação da comunidade escolar no atendimento educativo e possível relação com a qualidade da educação, neste estudo, levando em conta o IDEB como indicador oficial que mede a qualidade da educação, o presente estudo reveste-se de relevância social e política, por situar-se na

esfera discursiva da função social da escola no âmbito da qual as instâncias colegiadas ocupam funções consultivas, deliberativas e fiscalizadoras das ações da gestão escolar, com centralidade na organização da gestão administrativa, pedagógica e financeira. Igualmente, por trazer à baila a discussão e o debate acadêmicos sobre as relações de poder no âmbito da gestão democrática enquanto espaço/tempo de tomada de decisões sobre as demandas postas à precípua função da escola e da educação públicas laica, democrática e de qualidade social.

## **METODOLOGIA**

Considerando a natureza analítico-descritiva e crítica do estudo em tela, particularmente quanto ao papel do Conselho Escolar na organização do sistema de gestão escolar na perspectiva democrática, a pesquisa enquadra-se na abordagem qualitativa. No dizer de Bogdan e Biklen (1994) esse tipo de pesquisa busca apreender processos de materialidade fenomênica, na essência, não se preocupando com formulações numéricas e/ou estatísticas. Sua principal característica é a fonte direta de dados e o ambiente natural ou campo de pesquisa.

O estudo, por ser de natureza qualitativa, optou-se por escolher a entrevista semiestruturada como estratégia de pesquisa para ouvir os sujeitos que fazem parte do sistema de gestão escolar em uma escola pública pertencente à rede de ensino de São Benedito do Rio Preto. O critério para a escolha da escola relaciona-se aos resultados obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Assim, suscitou conhecer as características do gestor e respectiva gestão e, não menos importante, a escolha leva em conta que a escola possui Conselho Escolar e ter recebido recurso financeiro do Programa Dinheiro Direto na Escola.

A coleta dos dados se constitui numa importante etapa de uma investigação científica, o que implica ao pesquisador escolher instrumentos que melhor atendam aos objetivos de pesquisa. Nesta pesquisa serão utilizados os instrumentos: roteiro de análise documental; roteiro de entrevistas semiestruturadas e roteiro de observação. Para Triviños (1998), esses instrumentos fornecem ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informações obtidas por meio de um instrumento adequado.

No caso dos sujeitos, a escolha está relacionada à aproximação que têm do problema de pesquisa, bem como do papel que desempenham no âmbito do sistema de ensino, da escola, membro de instância colegiada, na consecução do planejamento educacional, na organização dos espaços/tempos escolares, na organização do trabalho pedagógico, no processo ensino-aprendizagem, entendidas por este estudo como dimensão que pode contribuir para qualidade da educação escolar. Assim, na etapa de pesquisa de campo, participarão: professores do ensino fundamental, gestores e membros do Conselho Escolar de uma escola pertencente à rede pública de ensino de São Benedito do Rio Preto.

As evidências reveladas por este estudo servirão como um diagnóstico, a partir do qual será construído e proposto um Produto Técnico Tecnológico (PTT), desenvolvido no âmbito da Dissertação. A princípio, a intenção é construir um Guia de Orientações para subsidiar o trabalho do gestor escolar no âmbito da organização do sistema de gestão escolar com vistas a favorecer a abertura de espaços democráticos de participação da comunidade escolar, particularmente do Conselho Escolar por meio dos seus membros. O Guia trará, também, orientações sobre mecanismos de participação social que favoreçam um processo formativo e reflexivo do sujeito partícipe.

## **O PAPEL DO CONSELHO ESCOLAR NO ÂMBITO DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA**

Ao longo dos anos o campo educacional vem experimentando mudanças, o que tem gerado discussões em torno da temática da gestão escolar, principalmente na evolução de seu sentido, de conceito e de significado. Para melhor compreendermos a gestão escolar é necessário fazer uma breve incursão histórica para entender a sua origem e seus fundamentos, bem como seu significado, concepções e práticas no âmbito da gestão educacional e de escola pública, considerando, por um lado, a escola como espaço/tempo de materialidade da gestão escolar e, por outro lado, o trabalho do diretor/gestor como mecanismo de ação na dinâmica do fazer escolar e do atendimento educativo.

Inicialmente dá-se visibilidade à administração escolar, dada a sua natureza histórica, cuja origem nasce dos princípios da administração

empresarial, incorporando parte importante dos seus fundamentos e métodos. O caráter histórico da gestão escolar é levado em conta, nesse estudo, como forma de entender a própria organização da escola em uma sociedade em permanente mudança, determinada por fatores políticos e econômicos. Da administração escolar ao momento atual o conceito e o sentido da gestão escolar passam por alterações que vão desde o seu caráter histórico, político, econômico e social, até as mudanças que vêm ocorrendo, tendo como marco a Constituição de 1988 e a LDBEN de 1996.

Discutindo o assunto, Dourado (2012, pag.18) afirma que: a administração enquanto atividade essencial humana nasceu antes de a sociedade se organizar a partir do ideal capitalista. Alguns autores expressam que a administração faz parte do cotidiano da sociedade, e sem percebermos utilizamos administração no nosso dia a dia. Entre os vários autores, Maximiano (2009, p. 29) aponta que: [...] o processo de administração é importante em qualquer escala de utilização de recursos. Como pessoa, ou membro de uma família, seu dia a dia é cheio de decisões que têm conteúdos administrativos.

Assim posto, é perceptível que a administração se faz presente na história da sociedade, e está ao longo dos tempos conquistando o seu espaço. Silva (2007) enfatiza que a administração é uma prática e uma necessidade que remonta um movimento histórico, desde os tempos mais remotos as sociedades humanas já exerciam determinadas formas de administrar em função de interesses comuns. Com a crescente complexidade dessa sociedade, a partir da família, do estado, igreja ou tribo, demandando maior abrangência, foram surgindo modos diferenciados de administrar o tempo e os recursos.

Nesse sentido, a administração é uma prática inscrita na própria história humana, sendo praticada há muitos anos, desde os nossos ancestrais, que de acordo com Silva (2007), a administração era usada para atender determinadas questões pessoais, como resolução de problemas e manejos de recursos. Pode-se afirmar, a partir do autor, que a administração surgiu com intuito de tomada de decisões, resolver problemas e fornecer meios para atender as necessidades da sociedade. De lá para cá, com as mudanças que vêm ocorrendo nos modos de produção capitalista em seu permanente processo de reestruturação

produtiva, a administração ganha novos retoques quanto ao seu modus operandi, e nas formas de utilização, quanto ao seu sentido e ao seu conceito.

No Brasil, com a CF. de 1988 e a LDBEN de 1996, a administração escolar se reconfigura passando a adotar como princípio a gestão escolar democrática que tem ocupado centralidade na legislação, no planejamento e nas políticas educacionais, principalmente a partir dos anos 1990, momento que marca o início de reformas estruturais no Estado brasileiro, impulsionadas pelas orientações dos organismos internacionais no âmbito da reforma estrutural do capitalismo mundial.

No âmago das legislações, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) em seu artigo 3º, inciso VIII estabelece a gestão democrática do ensino público, e o artigo 12, inciso I, afirma que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (Brasil, 1996), tendo, nesse contexto, como principal dispositivo de participação no ambiente escolar à elaboração de forma participativa do Projeto Político Pedagógico.

A partir dos dispositivos legais e da importância para a qualidade da educação é preciso que haja o entendimento da comunidade escolar e, em particular, da gestão escolar que a instituição de ensino vai além de um espaço de convivência e de ensino curricular, consolidando-se também como um local de participação, cumprindo assim seu papel social.

Tendo em conta esses elementos estruturantes do atendimento educativo, além de outros, o papel do conselho escolar como instrumento da gestão democrática ganha centralidade e relevância na organização e no funcionamento do sistema de gestão escolar, tendo em vista, que seu funcionamento configura a participação da comunidade nas práticas da escola, construindo espaço privilegiado para discutir, deliberar e tomar decisões coletiva, quanto às ações do atendimento educativo, fortalecendo o ambiente democrático no seio da escola. Essa afirmação encontra respaldo nos documentos legais oficiais, ao definir que “Um conselho constitui uma assembleia de pessoas, de natureza pública, para aconselhar, dar parecer, deliberar sobre questões de interesse público, em sentido amplo ou restrito”, (BRASIL, 2004).

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Tendo em conta que o estudo ainda se encontra em construção teórico-conceitual e metodológica com vistas à qualificação e à realização da pesquisa empírica, os achados iniciais dizem respeito somente aos dispositivos legais que definem princípios e diretrizes da gestão democrática, bem como de controle social. A literatura até aqui consultada permitiu apreender a trajetória histórica sobre a gestão escolar, desde tempos remotos, tendo como exemplo primeiro, a sua apropriação conceitual, extraída da administração empresarial, na primeira metade do século XX, até a atual conjuntura, momento que busca a consolidação da democracia do seio da escola, através de mecanismos de participação.

O olhar teórico que alicercia o estudo evidenciou que a gestão democrática alcança significativa relevância com a Constituição de 1988 e mais tarde com LDBEN de 1996, seguindo-se de outros mecanismos legais, conferindo autonomia e participação da comunidade escolar por meio de suas instâncias representativas. No caso do Conselho escolar, cuja estrutura constitutiva reúne representantes de todos os seguimentos da escola, sua principal finalidade e função social é atuar com vistas à tomada de decisões democráticas, atuando como órgão consultivo, deliberativo e de fiscalização das ações no âmbito do atendimento educativo.

Assim, para essa etapa, os objetivos foram alcançados, tendo em vista que a pesquisa proporcionou, a partir das discussões teóricas, uma visão mais abrangente acerca do objeto em estudo, ao longo de um período histórico, dando base para a posterior pesquisa de campo que irá compor a dissertação do trabalho final, de igual modo, apresentou a importância social que o estudo acadêmico desempenha no processo de pesquisa, tomando como base problemáticas que permeiam a vigência do dia a dia.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei DE DIRETRIZES DE BASE NACIONAL - LDBEN nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. **O Plano Municipal de Educação: Caderno de Orientações**. Brasília: MEC/Sase, 2014b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica - **Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública**, Brasília, 2004.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2012.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Administração de Projetos**. São Paulo: Atlas, 2009.

PARO, V. H. **A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública**. In: SILVA, L. H. D. A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.

SILVA, Josias Benevides da. **Um olhar histórico sobre a gestão escolar**. Educação em Revista, Marília, 2007, v. 8, n. 1, p. 21 -34

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928- **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

# A (INTER)RELAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR COM OS RESULTADOS DO IDEB NO MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR - MA

**SILVA, Chiara Maria Fernandes da**

<http://lattes.cnpq.br/4274172454954800>

[chiaramfs@hotmail.com](mailto:chiaramfs@hotmail.com)

**GOMES, Albiane Oliveira**

<http://lattes.cnpq.br/2000850391605148>

[albianegomes@professor.uema.br](mailto:albianegomes@professor.uema.br)

## INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa está vinculada à linha de pesquisa Gestão Educacional e Escolar do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), Mestrado Profissional em Educação (MPE) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Este estudo é cognominado *A (inter) relação da Gestão Escolar com os Resultados do Ideb no Município de Paço do Lumiar - MA*, e tem como desafio, compreender as relações que a gestão escolar estabelece com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a partir de resultados de dois indicadores utilizados para medir a qualidade da educação na escola: o fluxo escolar e as médias do desempenho na avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A referência de análise é de 2017 a 2021, período que corresponde às três últimas edições dos resultados anunciados pelo Ideb acerca da qualidade da educação no País e nas escolas.

Diante do exposto, investigar a relação que a gestão escolar estabelece com os resultados do Ideb, torna-se relevante para compreender as variantes que qualificam resultados esperados pelos índices oficiais, ligados aos ditames de organismos internacionais e àqueles coerentes com as necessidades e o contexto em que se encontra a comunidade escolar.

Ao se considerar os resultados do Ideb do ano de 2019, observa-se que o município de Paço do Lumiar (MA) apresenta resultados aquém do esperado pelos índices estabelecidos para o município, onde nos Anos Iniciais alcançou 5.6, tendo como meta 6.1, nos Anos Finais

sua nota foi 4.1, meta 5.5, e no Ensino Médio 3.6, meta 3.8. Com base nas análises do Ideb, os dados demonstram que o município necessita de atenção, e que há necessidade de investimentos voltados à área da educação. Para efeito desta pesquisa, importa discutir como esses resultados impactam nas ações empreendidas pela gestão escolar.

O interesse investigativo e a escolha do objeto se justificam pela experiência como professora, técnica da Secretaria de Educação e, atualmente, como gestora no município em questão, em que percebem-se as exigências impostas para a escola ajustar as suas atuações às metas estabelecidas pelo Ideb.

Ademais, a pesquisa se torna relevante, pois busca desvelar como a gestão escolar faz a mediação dos processos administrativos e pedagógicos inerentes à escola, em que pauta suas ações e quem participa delas, investigando se há relação com os resultados do Ideb, e como são feitas as tratativas em relação ao fluxo escolar e ao desempenho dos alunos.

Com efeito, o objeto do estudo são as (inter)relações que a gestão escolar estabelece com os resultados do Ideb da escola. Para tanto, esse estudo se propõe a responder às seguintes questões: Como os resultados do Ideb têm impactado nas ações desenvolvidas pela gestão escolar, no tocante aos dois indicadores utilizados para medir a qualidade do ensino na escola: o fluxo escolar e as médias de desempenho no Saeb?

Desta questão-problema, desdobram-se as seguintes questões norteadoras da pesquisa: a) Em que medida o Ideb tem influenciado no trabalho pedagógico na escola?; b) Qual a relação entre o Ideb e a qualidade do ensino?; c) Quais as possíveis ações desenvolvidas pela escola a partir dos resultados do Ideb?; d) Em que medida um curso de formação de gestores da escola poderá oportunizar reflexões a respeito de intencionalidades do Ideb, ao qualificar ações da Educação Básica?

Diante de tais questões, a pesquisa apresenta como objetivo geral: Analisar como os resultados do Ideb têm impactado nas ações desenvolvidas pela gestão escolar, no tocante aos dois indicadores utilizados para medir a qualidade do ensino na escola: o fluxo escolar e as médias de desempenho na avaliação nacional Saeb, tendo como referência o município de Paço do Lumiar (MA), e como objetivos específicos: a) Discutir os pressupostos teóricos e legais que fundamentam as práticas de

gestão escolar na realidade brasileira; b) Compreender os fundamentos econômicos, políticos e sociais que sustentam o Ideb, enfatizando os dois indicadores utilizados para medir a qualidade do ensino na escola: o fluxo escolar e as médias de desempenho na avaliação nacional Saeb; c) Identificar as ações implementadas pelo gestor escolar a partir dos resultados do Ideb, tendo como referência uma escola no município de Paço do Lumiar (MA); e) Elaborar um curso de formação de gestores da escola, a fim de oportunizar reflexões acerca dos desdobramentos do Ideb na organização do trabalho do gestor escolar.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O cenário educacional do século XX foi marcado por reformas a partir da reestruturação produtiva do capitalismo, apoiado pela ideologia neoliberal, atribuindo novos e restritos sentidos no papel do Estado redimensionando as políticas públicas à lógica do mercado em ordem progressiva, impregnando na educação o sentido de mercadoria, assemelhando a escola a um armazém (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007). Segundo Afonso (2000), nessa direção são implementadas reformas educacionais coerentes com o modelo neoliberal, em sua maioria como uma parte de um mecanismo de submissão da educação ao figurino do capital. Esses acontecimentos impactaram diretamente na forma de organização da escola, provocando mudanças tanto na cultura organizacional, como na função da gestão escolar.

Ressalta-se o papel da gestão escolar, a descentralização no sistema educacional e a autonomia da escola, com participação efetiva. Entretanto, pondera-se que a autonomia das escolas depende de uma reconfiguração das práticas de gestão e dos processos de tomada de decisões. Segundo Oliveira (2003, p. 331), é necessário “[...] introjetar na esfera pública as noções de eficiência, produtividade e racionalidade inerente à lógica do capitalismo”. Neste aspecto, Laval (2004, p. 195) considera que “[...] por trás da ‘óbvia mudança tecnológica [...]’, a modernização anuncia uma ‘mutação da escola’”, não só em relação à sua organização, mas, também, aos seus valores e propósitos. Para reforçar este fundamento, essas mudanças impuseram contornos estruturais à educação na sua dialética político-pedagógica, no que diz respeito aos

processos de proposição e materialização, como traz Dourado (2007, p. 926):

Configurando-se, desse modo, em claro indicador de gestão centralizada e de pouca eficácia pedagógica para mudanças substantivas nos sistemas de ensino, ainda que provoquem alterações de rotina, ajustes e pequenas adequações no cotidiano da escola, o que pode acarretar a suspensão das ações consolidadas na prática escolar sem a efetiva incorporação de novos formatos de organização e gestão.

Trata-se, certamente, de “um desafio ao mesmo tempo político e pedagógico”, do qual não é possível a gestão escolar se esquivar, visto ser inerente às suas atribuições. Faz-se necessário, nessa mesma linha, conceber o Ideb como categoria importante neste estudo. Diante disso, este estudo está sendo pautado na visão de autores e estudos mais específicos, que analisam como os resultados do Ideb têm impactado nas ações desenvolvidas pela gestão escolar, no tocante aos dois indicadores utilizados para medir a qualidade do ensino na escola: o fluxo escolar e as médias de desempenho na avaliação nacional Saeb, e os seus reflexos nas redes de ensino e suas escolas, como vê-se em Belo e Amaral (2013), Gatti (2013), Bonamino e Souza (2012), Cunha (2012) e Gomes (2016).

Na busca da qualidade da educação, têm-se as políticas de avaliação apontando um indicador que tem, como objetivo, medir a qualidade dos trabalhos desenvolvidos nas escolas, a partir de aplicações de testes padronizados, com o intuito de responsabilizar e culpar aqueles que não cumpriram as suas funções. Sobre a qualidade da educação, Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 9) atestam que:

[...] é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento de variedades e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino aprendizagem e muito menos em tais insumos.

Gomes (2016, p. 99) compreende que: “[...] a melhoria da qualidade da educação no País perpassa por medidas tanto no campo do ingresso e permanência na escola, como principalmente, por ações que

atingam o epicentro da problemática da baixa qualidade da aprendizagem na educação básica”. Referindo-se à década de 1990 até o cenário atual, a autora supracitada enfatiza que:

O discurso da qualidade nesse período se consolidou como critério mercantil tendo sido incorporado no espaço da escola por meio da perspectiva de Qualidade Total, a qual, advindo do âmbito empresarial, introduziu na educação os pressupostos do mercado, reduzindo a organização social e educacional a uma questão técnica, quantitativa, distanciando-a de questões de ordem política e crítica mais ampla (GOMES, 2016, p. 93).

Advoga-se, a partir desta concepção de qualidade, portanto, que a gestão escolar, nessa ótica, compreenda o seu papel na impressão de objetivos de avaliação interna escolar, que resistam aos ideais de avaliação acrícos, superficiais e esvaziados de conhecimentos socioculturais (GATTI, 2013; BONAMINO; SOUZA, 2012). Portanto, é importante imprimir historicidade, contextualidade e totalidade, além da compreensão das contradições que não estejam aparentemente visíveis para se desvelar a essência dos aspectos a serem investigados, destacando-se, neste processo complexo, a importância dos papéis desenvolvidos pela gestão escolar na dinâmica dessas contradições que provocam mudanças determinantes na qualidade da educação.

## **METODOLOGIA**

Para o alcance dos objetivos traçados na pesquisa, optou-se por uma abordagem de natureza quanti-qualitativa, opção essa que se explana pela própria especificidade do objeto de estudo, pois esse modelo proporciona a investigação o entendimento de um fenômeno em profundidade, e de forma detalhada. Os estudos de Minayo (2007, p. 22) evidenciam que o foco da pesquisa quanti-qualitativa “[...] não são incompatíveis, há uma complementar quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riquezas de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa”, visto que objetiva a compreensão do grupo social, sua realidade e suas concepções dos fatos, o que trará à investigação em curso um caráter próprio, específico e penetrado

do contexto dos investigados, proporcionando promover aos dados quanti-qualitativos descrições detalhadas de situações, com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos.

Como procedimento de investigação, adotar-se-ão: levantamento bibliográfico, pois respalda a elaboração de um referencial teórico que norteia a construção da argumentação deste trabalho, seguido da análise documental, porquanto a mesma ocasiona possibilidades de compreensão da contextualização histórica e sociocultural do universo pesquisado, pois, como reforça Figueiredo (2007), na análise documental os documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem o seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de provas para outras, de acordo com o interesse do pesquisador, e ainda a pesquisa de campo, com a finalidade de descrever, explicar e explorar fenômenos reais inseridos em contextos específicos, aqui o contexto de uma escola do Ensino Fundamental, no município de Paço do Lumiar (MA).

O materialismo dialético, aqui definido como método, possibilitará aproximações investigativas mais concretas com a realidade estudada, pois o método é uma forma de intervenção no mundo à medida em que se propõem a ir além da interpretação, sugerindo a transformação da realidade estudada. Dessa forma, a abordagem metodológica em questão orienta a investigação do objeto na sua concreticidade (totalidade), desvendando-se a natureza da sua realidade social, superando a pseudo concreticidade, num movimento dialético de compreensão das categorias de gestão, qualidade e Ideb, no contexto das políticas sociais e educacionais, no complexo cenário global, nacional e local, dadas as reais condições de trabalho dos sujeitos envolvidos na pesquisa (MARX, 2011; KOSIK, 2002).

Como participantes, sujeitos(as) de pesquisa entrevistados(as), ter-se-ão: gestor, gestor adjunto, coordenador e professores. Para a análise e interpretação dos dados, pretende-se, com base em Bardin (2011), abordar os sujeitos participantes desta investigação, apropriando-se da técnica de Análise de Conteúdo, não desprezando, porém, os dados quantitativos que serão imprescindíveis às interpretações. Como Produto Técnico-Tecnológico (PTT) da investigação, deve ser elaborada e desenvolvida uma proposta de formação com gestores que oportunize

reflexões sobre a gestão escolar e as intencionalidades relacionadas ao índice de qualidade oficial, o Ideb. Em relação aos aspectos éticos e legais, tem-se a Plataforma Brasil e o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) ainda a submeter a pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir dos debates e novas leituras empreendidas nas disciplinas de Políticas de Educação, Políticas de Avaliação da Educação e nos estudos realizados no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Planejamento e Qualidade na Educação Básica (GPQE), foram produzidos levantamentos teóricos para aprofundar conhecimentos sobre as categorias gestão, qualidade e Ideb a serem desenvolvidas na pesquisa, base de sustentação para a pesquisa de campo. Autores com Afonso (2000), Libâneo (2008), Paro (2018), Oliveira (2003), Laval (2004), Saviani e Duarte (2012), dentre outros, fundamentam o estudo.

Com o propósito de alcançar ou não as metas estabelecidas pelo Ideb, a Secretaria de Educação, a comunidade escolar e a sociedade civil, discutem com base nesses resultados, a qualidade dos serviços que foram prestados por essas instituições, sem levar em consideração fatores externos e internos, que provocam interferências nos processos administrativos e pedagógicos, que desencadeiam ingerências no cotidiano escolar. Belo e Amaral (2013, p. 351), advogam que “[...] a utilização desse indicador esbarra nas especificidades, dificuldades e divergências de entendimento que podem ocorrer na leitura dos índices e resultados apresentados pelas escolas no Brasil [...]”, bem como no “[...] seu uso como fonte de ação política para resolver problemas históricos que acompanham a organização da educação no país”.

Dessa forma, é importante registrar que a pesquisa em pauta tem referência numa perspectiva de avaliação promotora do pleno desenvolvimento do potencial humano, e na construção de um sistema de ensino consistente, com agenda permanente de luta por uma educação realmente emancipatória, num projeto omnilateral de formação humana<sup>1</sup>. Defende-se que a gestão escolar, nessa ótica, compreenda o

---

1 O conceito de omnidirecionalidade é de grande importância para a reflexão de Marx sobre questões educacionais. Ele se refere a uma formação humana em oposição à formação unilateral induzida pelo trabalho alienado, divisão social do

seu papel na impressão de objetivos de avaliação interna e escolar, que resistam aos ideais de avaliação acríticos, superficiais e esvaziados de conhecimentos socioculturais (GATTI, 2013; BONAMINO; SOUZA, 2012; SAVIANI; DUARTE, 2012).

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

A educação no Brasil passou por mudanças significativas desde a redemocratização do país, com foco na ratificação e promulgação da CF de 1988, que garante um conceito amplo de educação e a registra como um direito social inalienável. Na busca pela modernização e reforma nacional, a implantação de novos modelos de gestão foi desencadeada por essas intensas mudanças, cujo norte político ideológico visava trazer para a esfera pública os conceitos de eficiência, produtividade e racionalidade inerentes à lógica capitalista.

Sob a égide dessa racionalidade técnica, surge uma contradição no trabalho do gestor escolar, que deve buscar um equilíbrio entre o arcabouço geral das disposições legais da participação valorativa e o processo democrático na realidade escolar.

Em relação ao Ideb, a gestão escolar esbarra em desafios que comprometem a realização de um trabalho autônomo, democrático e comprometido com a formação integral do indivíduo, pois a imposição de metas e de indicadores impactam diretamente na forma como as escolas estão organizadas, levando à mudança na cultura organizacional e no papel da gestão escolar, que se tornam não apenas gestores, mas captadores de recursos, buscando parcerias e responsabilizando-se pelos sucessos e, sobretudo, pelo “fracasso” da escola.

---

trabalho, reificação, relações burguesas alienadas, em suma. O conceito não foi definido com precisão por Marx, porém, há indícios suficientes em seus escritos de que pode ser entendido como uma ruptura ampla e completa com o homem finito da sociedade capitalista.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional:** regulação e emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BELO, F.; AMARAL, N. C. IDEB da escola: a aferição da qualidade do ensino tem sido referencial para se (re) pensar a educação municipal? **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 2, p. 339-353, jul./dez. 2013.

BONAMINO, A.; SOUZA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, 2012.

CUNHA, E. O. **A gestão escolar e sua relação com os resultados do IDEB:** um estudo em duas escolas municipais de Salvador. 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2012.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n.100 p. 921-946, out. 2007.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação:** conceitos e definições. Brasília, DF: INEP, 2007.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica.** 2. ed. São Caetano do Sul, São Paulo: Yendis Editora, 2007.

GATTI, B. Possibilidades e fundamentos de avaliações em larga escala: primórdios e perspectivas contemporâneas. *In:* BAUER, A.; GATTI, B.; TAVARES, M., R. **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil** – origem e pressupostos. Florianópolis:

Insular, 2013. p. 47-69. (Ciclo de Debates, v. 1).

GOMES, A. L. **Do plano de escola à escola do plano:** implicações do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola) na qualidade do ensino nas escolas municipais de São Luís/MA. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), Pará, 2016.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa:** neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: MF Livros, 2008.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro I, volume I. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. *In*. MINAYO, M. C. S.; GOMES, S. F. D. R. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, A. B. S. (Coord.). **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade.** São Paulo: Saraiva, 2003. 177p.

PARO, H. V. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino.** 2. ed. Ed. Intermeio, 2018.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. *In*: SAVIANI, D.; DUARTE, N. (Orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar.** Campinas: Autores associados, 2012.

# SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO LUÍS (SIMAE) E QUALIDADE DO ENSINO: análise da apropriação dos resultados pela escola

**SILVA, Dalmiran Colaço**

<http://lattes.cnpq.br/1290548524242929>

[dalmiran.colacoyahoo.com.br](mailto:dalmiran.colacoyahoo.com.br)

**GOMES, Albiane Oliveira**

<http://lattes.cnpq.br/2000850391605148>

[professoralbianegomes@professoruema.br](mailto:professoralbianegomes@professoruema.br)

## INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte da pesquisa de mestrado em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), na Linha de Pesquisa “Gestão educacional e escolar”, vinculado do Grupo de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Qualidade na Educação Básica (GPQE) e que pretende analisar como a gestão escolar tem se apropriado dos resultados do SIMAE para alçar melhorias na qualidade do ensino da rede municipal de São Luís-MA, tendo como referência uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental.

Com efeito, o presente texto apresenta os resultados do SIMAE<sup>2</sup>, sistema próprio de avaliação, implantado em 2017 na rede municipal de São Luís- MA. Segundo consta no Termo de Referência da SEMED (SÃO LUIS, 2017), a avaliação educacional em larga escala na rede municipal tem como premissa a qualidade da oferta com foco no desempenho dos estudantes do ensino fundamental e dar-se por meio de aplicação externa dos testes padronizados de proficiência dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.

Logo, é um estudo que nos instiga a olhar de forma diferenciada os resultados da avaliação como um fator de transformação na escola e, sobretudo *pela* escola, incentivando-nos a colocar em discussão o papel da gestão e dos/as professores/as para a superação do déficit de aprendizagem dos estudantes na escola.

---

2 Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís

O uso dos resultados das avaliações no desenho das políticas educacionais de estados e municípios elevam as informações produzidas pelas avaliações externas, que são subsídios para a gestão educacional e o trabalho pedagógico na escola. As avaliações externas ou avaliações em larga escala, a exemplo do objeto de estudo em tela, influenciam no processo educacional, pois são aplicadas de maneira a mensurar a qualidade da educação. A criação dos Sistemas Municipais e Estaduais de Avaliação permite que a busca pela qualidade do ensino não seja somente pela escola, mas sobremaneira por meio das políticas públicas que devem ser implementadas articuladas às demandas da escola.

Segundo Freitas (2009), a avaliação externa pode ser definida como:

Um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitem verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar as políticas públicas (FREITAS, 2009, p.47).

A perspectiva da gestão escolar como uma referência no âmbito educacional nos remete a novos ideais, novas práxis, novos paradigmas que norteiam a busca de uma educação de qualidade. O papel assumido atualmente pela gestão se estende para além de administrar, supervisionar e orientar o processo educativo, tornando-se fundamental no contexto escolar. Consciente do viés democrático que a gestão possui e abrange o exercício do poder, nela estão incluídos os processos de planejamento, de tomada de decisão e de avaliação dos resultados alcançados, onde miram em seu horizonte resultados de qualidade.

Nesse sentido, a pesquisa de mestrado onde se origina este texto almeja discutir como os resultados das avaliações são analisados e apresentados para a escola, bem como identificar as estratégias adotadas pelos gestores que viabilizam, ou não, mudanças a partir desses resultados. O interesse pelo estudo sobre avaliação deu-se com a minha inserção profissional em setores de avaliação das secretarias estadual e municipal (SEDUC e SEMED) onde as discussões sobre essa temática são constantes. De modo mais direto, parte de uma análise que tem como base os dados provenientes das edições do SIMAE de 2017,

2018 e 2019 presentes nas Revistas Pedagógicas do Professor<sup>3</sup>. Essas revistas tratam de como é possível interpretar os resultados por aluno, turma e por escola e são utilizadas pela equipe gestora como estudo dos resultados do SIMAE.

Sendo assim, o estudo tem como objetivo geral analisar como a gestão escolar tem se apropriado dos resultados do SIMAE para alcançar melhorias na qualidade do ensino da rede municipal de São Luís-MA, tendo como referência uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental e como objetivos específicos: compreender os pressupostos políticos, econômicos e sociais que marcam o surgimento das avaliações externas a partir dos anos de 1990, discutindo a emergência dos sistemas municipais de avaliação a exemplo do SIMAE; identificar como a escola, tendo como sujeitos os gestores e os professores, tem se apropriado dos resultados da avaliação realizada pela rede municipal de educação, enfatizando as possíveis contribuições para a melhoria da qualidade do ensino; elaborar uma proposta de oficina pedagógica para a utilização dos resultados da SIMAE pela escola. Tem a seguinte problemática: Como a gestão escolar tem se apropriado dos resultados do SIMAE para alcançar melhorias na qualidade do ensino da rede municipal de São Luís-MA?

Compreendemos que os sistemas de avaliação municipais e estaduais trazem melhorias significativas no desenho dos resultados. É importante ressaltar que por meio da divulgação dos resultados e da fixação das metas pode ser estabelecido a forma de monitorar a qualidade do ensino na escola como está explicitado na meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) ao abordar que é preciso “fomentar a qualidade da educação básica” sendo esta meta voltada para a avaliação. Isso, pois, não somente o acesso e permanência dos estudantes no ambiente escolar, mas a qualidade para a Educação Básica. Tendo isso em vista é possível analisar que a meta 7 é desafiadora, e que junto a ela são demandadas mudanças nas infraestruturas das escolas, pois isto também diz respeito à qualidade. Segundo Gomes (2016, p. 117) “a questão da qualidade

---

3 Revistas Pedagógicas tem como objetivos orientar a leitura, a apropriação e a utilização dos resultados da escola nos testes de Língua Portuguesa e Matemática aplicada no âmbito do SIMAE, bem como contribuir para a reflexão sobre o uso dos resultados dos componentes curriculares na avaliação externa. (CAED/UFJF. 2019).

se revela numa meta compartilhada em que todos ideologicamente devem juntar esforços para alcançá-la.” Debate que se concretiza uma multiplicidade e sentidos em torno da educação, tendo em vista que qualidade é sim um conceito histórico e polissêmico.

## **AVALIAÇÕES EXTERNAS: CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO EDUCACIONAL**

As avaliações externas no meio educacional têm atuação especial por parte de gestores públicos e comunidades escolares, com compromisso, com os resultados destinados a cada escola, o que proporciona um debate para a melhoria da qualidade do ensino. Para quem vivencia o cotidiano da sala de aula, é um desafio compreender a leitura dos resultados das avaliações externas e estimular estratégias, propostas de intervenções voltadas para o ensino aprendizagem do estudante.

As avaliações educacionais em larga escala, ou seja, avaliações externas tem no seu bojo uma reflexão sobre o desenvolvimento do trabalho educativo no interior da escola, especialmente quando os resultados estão relacionados aos componentes curriculares onde o foco é leitura e resolução de problemas, sendo importante dizer que:

[...] a avaliação externa não termina com a divulgação dos resultados das provas e indicadores. Ela continua à medida que envolve a sociedade, as escolas, comunidades e poder público nos debates sobre os resultados e, a partir disso, caminho tanto para adensar e dialogar com as avaliações internas realizadas no âmbito das escolas [...], quanto no âmbito das secretarias (BLASIS; FALSARELLA; ALAVARSE. 2013 p. 39).

Diante dessa visão entende-se que a avaliação externa contribui para uma reflexão do processo educacional na escola, além de ressaltar que os resultados advindos das avaliações podem identificar deficiências no processo de ensino aprendizagem dos estudantes. Na visão de Blasis (2013), a avaliação externa colocasse-se em um patamar de importância que pode contribuir para o avanço da aprendizagem. A autora alinha o diálogo entre três formas de avaliação partindo do relacionamento respeitando o lugar de cada uma.



**Fonte:** elaborado a partir dos estudos de Blasis, (2013, p. 258)

Esse entendimento permite estabelecer uma relação entre avaliação externa (institucional) e avaliação interna (avaliação da aprendizagem) voltada para sala de aula; enquanto a avaliação externa verifica se os alunos atingiram a aprendizagem esperadas ao final do ciclo, a avaliação da aprendizagem realizada pela escola tem um diagnóstico da situação de turmas e estudantes podendo intervir no processo educativo ao longo do ciclo.

É mister ratificar que:

Relacionar as informações sistematizadas pelas avaliações realizadas no âmbito interno das escolas, a avaliação institucional e avaliações externas pode iluminar a compreensão sobre os desafios vivenciados pela escola concretamente e ajudar a decidir sobre as quais políticas são as mais adequadas. (BLASIS, 2013, p. 259).

Esse diálogo entre as três formas de avaliação parte do entendimento de que quando relacionadas clarificam a tomada de decisões que são pertinentes aos seus resultados, respeitando o lugar de cada uma com suas especificidades e características.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada encontra-se nos levantamentos bibliográficos mediante leituras de livros, artigos disponíveis de forma pública, digital, bem como a seleção dos autores com temáticas em: Avaliação em larga escala (BLASIS; FALSARELL; ALAVARSE, 2013); (BLASIS 2013); FREITAS (2009).

A pesquisa empírica tem o intuito de conhecer a realidade e tem como lócus uma escola de ensino fundamental da rede municipal de São Luís/MA, utilizando a técnica do estudo de caso. Dessa forma já elaborado a Carta de Apresentação (CA) da Pesquisa, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), roteiros de entrevistadas semiestruturadas, por meio dos quais buscaremos coletar informações das ações realizadas com os resultados obtidos nas avaliações externas. Os estudos de Godoy (2005) ressaltam ser indispensável o estudo e análise do empírico em seu ambiente natural, valorizando, o contato contínuo do pesquisador com o ambiente e o objeto estudado.

Como Produto Técnico Tecnológico (PTT) elaboraremos uma Proposta de Oficina Pedagógica, com o objetivo de análise e interpretação dos resultados quando realizada as avaliações externas no âmbito da escola; discussão da importância dos resultados da avaliação para a escola que podem ser utilizados para elaboração de ações e estratégias. A presente proposta não se baseia no ineditismo, mas, tem intenção de enriquecer e apoiar o que já vem sendo realizado na escola pela equipe pedagógica.

O percurso metodológico se deu até o momento por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental. A abordagem da pesquisa empregada é de cunho qualitativo, pois perspectiva capaz de descrever a realidade pesquisada. Entendemos que a abordagem qualitativa “se caracteriza ao fazer uma questão “como” ou “por que” sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle” (YIN, 2004, p. 28).

O caráter exploratório e descritivo da pesquisa tem como propósito a obtenção das informações a respeito do Sistema Municipal de Avaliação Educacional, no que tange à elaboração de estratégias pedagógicas para a rede pública municipal de São Luís. Para a apreensão do objeto de estudo, a linha de pensamento adotada é a dialética, por entender a complexidade do fenômeno em análise, ou seja, a avaliação e a utilização de seus resultados.

Na pesquisa de campo a ser realizada, teremos como lócus uma escola dos anos iniciais da rede municipal, a qual teve sua escolha apresentando seus resultados em virtude de sua evolução nas avaliações. Por meio do portal do INEP<sup>4</sup> podemos observar que a escola tem a sua série histórica nas avaliações do SAEB. No recorte temporal do nosso estudo as três Edições do SIMAE 2017, 2018, 2019, com os critérios descritos, torna-se possível à realização das entrevistas para obtenção dos resultados. Os participantes da pesquisa serão 1 (um) gestor geral e 1 (um) adjunto, 5 (cinco) Professores e 1 Suporte Pedagógico (PSP) junto aos quais aplicaremos entrevistas semiestruturadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os desdobramentos dos objetivos expostos permitem compor resultados, tendo como referência uma escola da rede municipal. Por isso, ao estudar o SIMAE enquanto política pública, articulando como a divulgação dos resultados pode contribuir para uma interpretação pedagógica, e, diante disso, pensar na importância da apropriação dos resultados pela equipe gestora da escola. Nesse sentido, os resultados podem permitir um redimensionamento das ações de formação continuada para à Equipe pedagógica da escola, visando o fortalecimento da comunidade escolar, além de outras intervenções necessárias.

As leituras já realizadas e os objetivos traçados nos possibilitam constatar, como dado preliminar, que existem vinculações das políticas adotadas pelo município de São Luís, que implantou em 2017, um sistema próprio de avaliação na rede municipal, característica semelhante às políticas estabelecidas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Dessa forma, podemos dizer que os objetivos propostos para investigação trazem a análise dos resultados da avaliação externa com foco nos resultados do SIMAE. E, nesse contexto permitem desenvolver a análise e interpretação pedagógica dos mesmos.

Como resultado parcial fica o entendimento de que a avaliação externa possibilita as secretarias e escolas traçar um diagnóstico de suas redes e desenvolver estratégias para o enfrentamento dos problemas que estejam afetando o desempenho dos estudantes, contudo cabe-nos ainda examinar como tais ações têm se materializado nas escolas.

---

4 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

## REFERENCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005 de 26 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação – PNE** e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://www.pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/1543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-130-005-2014>. Acesso em: 13 dez. 2021.

BLASIS, Eloisa de; FALSARELLA, Ana Maria; ALAVARSE, Ocimar. **Avaliação e aprendizagem. Avaliações externas: perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino**. São Paulo: Cenpec/Fundação Itaú Social, 2013.

BLASIS, Eloisa de. **Avaliação em larga escala: contribuições para a melhoria da qualidade na educação**. Cadernos Cenpec v.3 n.1 p. 251-258. Jun. 2013.

FREITAS, Luiz Carlos. **Avaliação Educacional**. Caminhando pela contramão. Rio de Janeiro 6ª ed. Vozes 2009.

GODOY, Arilda Schmltd. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. São Paulo 1995.

GOMES, Albiane Oliveira. **A qualidade da educação para além de uma perspectiva Indicista**. UEMA. Discussão apresentada no Fórum Internacioanl de Pedagogia. p. 115-123. 2016.

GOMES, Albiane Oliveira. **DO PLANO DE ESCOLA À ESCOLA DO PLANO: Implicações do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) nas escolas municipais de São Luís/MA**. (Tese Doutorado) UFPA. 2016.

SÃO LUIS. Secretaria Municipal de Educação. SIMAE 2019. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. **Revista do Professor-**. v. 1. Juiz de Fora. 2019.

SÃO LUIS. Secretaria Municipal de Educação. **Termo de Referência em Avaliação** Educacional em larga escala para realização do SIMAE. São Luís, 2017.

MINAYO, C. de Sousa. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. O desafio da Pesquisa Social.** 26<sup>a</sup> ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007 p. 9-29. 2007.

YIN, R. K. Estudo de caso: **planejamento e métodos.** Tradução: Daniel Grrassi. 2. Ed. Porto Alegre: Bopkman, 2001.

# **GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: as distorções entre os discursos e as ações em uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental público luminense**

**FRANÇA, Dayane de Sousa Vasconcelos**

<http://lattes.cnpq.br/6815018924534736>

[dayane.s.vasconcelos.franca@gmail.com](mailto:dayane.s.vasconcelos.franca@gmail.com)

**CARVALHO, Maria Goretti Cavalcante de**

<http://lattes.cnpq.br/6200466605282232>

[goretticavalcante2008@yahoo.com.br](mailto:goretticavalcante2008@yahoo.com.br)

## **INTRODUÇÃO**

Quando falamos na palavra democracia, logo vem em mente política ou forma de governo. Está relacionada à política de governo quando proporciona aos indivíduos o direito de participar sobre as resoluções que afetam a sua vida, por meio do voto. É o que observamos é que este instrumento democrático — o voto dá a oportunidade para que um grupo eleja os seus representantes políticos, como: vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, além de governadores e presidente da república.

Desde a Constituição Federal de 1988, ficou atribuído às escolas públicas, o princípio de gestão democrática, expressa no seu artigo 206, inciso VI, como um dos princípios necessários para a socialização das ações educativas, com a concepção que aconteça de fato o envolvimento de todos os integrantes da comunidade escolar e seja efetivada uma educação de qualidade.

Posteriormente, é reafirmado, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDBEN (Lei n.º 9394/96), um princípio de desempenho das instituições escolares direcionado para autonomia escolar e pela gestão democrática, nessa perspectiva é perceptível que a autonomia deve-se fortalecer na compreensão direta da democratização da gestão e é extremamente necessário que a democracia administrativa acrescente autonomia à escola.

A relevância de investigar sobre a temática da gestão escolar democrática na formação de cidadãos e cidadãs é de convidar a sociedade

para que repense e reformule os seus conceitos sobre: homem, conhecimento e mundo. Sabemos que a cidadania está garantida na Constituição Federal de 1988, entretanto para ser efetivada dificilmente acontece por conta dos inúmeros obstáculos existentes, entre eles: burocracia, falta de vínculo entre as diferentes classes sociais, baixa representatividade das lideranças comunitárias, entre outros. Nesse sentido, a participação na gestão de uma escola pública proporciona a comunidade escolar o exercício dos direitos, além da conscientização dos deveres que se têm para cumprirem enquanto indivíduos.

Diante do exposto, realizamos o presente trabalho, a partir do seguinte problema: quais são as distorções existentes entre os mecanismos de democratização escolar (PPP, Conselhos, Propostas Pedagógicas, Planos, Projetos, ATAS de reuniões, entre outros) e as práticas do cotidiano escolar de uma escola da rede pública luminense de anos iniciais? Além desse problema norteador, há subsequentes questões problematizadoras: qual o perfil de gestão da escolar dos anos iniciais do Ensino Fundamental do município de Paço do Lumiar - MA? Como a comunidade escolar participa das decisões administrativas e didático-pedagógicas para garantir a educação como direito constitucional? Qual produto educacional é possível produzir para fortalecer a concepção de gestão democrática para a comunidade da escola pesquisada do referido município? Estas reflexões se apresentam como um potencial para a construção de um aporte teórico e metodológico sobre a gestão escolar democrática, no âmbito dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Nesse intuito, o interesse investigativo sobre a gestão escolar democrática é justificado a partir de leituras e estudos realizados na especialização “Supervisão, Gestão e Planejamento Educacional”, além da experiência, atuando como professora formadora na disciplina “Gestão Democrática” no curso de Formação Inicial e Continuada (FIC), que ampliaram os conhecimentos sobre o assunto. Entretanto, no exercício de coordenadora pedagógica, na área de educação básica em escolas públicas, constatei que o modelo de gestão democrática, como está amparado nos marcos legais da Constituição Federal e já mencionada, apresentava fragilidades e desencontrava com a teoria e prática. De acordo com Lück (2017, p.33), “a gestão escolar é uma dimensão, um enfoque de atuação, um meio e não um fim em si, uma

vez que o objetivo final da gestão é a aprendizagem efetiva e significativa dos alunos [...]”. Mediante a esses fatos, várias reflexões foram surgindo por compreender a importância do envolvimento da comunidade escolar para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

A partir das questões problematizadoras, o objetivo geral deste estudo é analisar as distorções existentes entre os discursos e a ação da gestão democrática da Unidade Escolar Básica Maria Montessori<sup>5</sup> que contempla a etapa de anos iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de Paço do Lumiar - MA, para a identificação de elementos que precisam ser refletidos pela comunidade escolar sobre a garantia do direito constitucional à educação. E se desdobra nos seguintes objetivos específicos: a) compreender os conceitos de gestão escolar no contexto histórico da escola pública brasileira, a partir dos teóricos da escola nova; b) identificar para análise as concepções de gestão democrática e as legislações que a norteiam; c) analisar no sentido de apreender como se dá o exercício da gestão democrática na escola pública de Ensino Fundamental luminense; d) elaborar um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de formação continuada na modalidade on-line acompanhado de certificação, com a finalidade de direcionar e melhorar o desenvolvimento do trabalho educacional da comunidade escolar da instituição pública pesquisada.

O presente estudo está estruturado nas seguintes seções: introdução; dois tópicos teóricos; metodologia; resultados e discussão e considerações parciais. Na primeira, aqui já apresentada, apresentamos as intencionalidades da pesquisa. Na segunda seção, intitulada “Percurso da Gestão Democrática na Educação Brasileira”, abordaremos sucintamente os conceitos apresentados nas legislações. A terceira seção, denominada “Princípios da Gestão Escola Democrática, destacaremos os mecanismos fundamentais para o exercício da democracia no âmbito escolar. Na quarta seção, será apresentada a metodologia utilizada, como quinta seção os resultados e discussão descrevendo brevemente os aspectos transcorridos até o momento e como última seção, se têm as considerações parciais com uma síntese dos aspectos futuros.

---

5 Nome fictício atribuída a escola lócus da pesquisa.

## **PERCURSO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Nessa seção, apresentamos os seguintes documentos: Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88); da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96), Lei 9.394/96; do Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), aprovado pela Lei 13.005/2014 (BRASIL, 1996; 2014); das dimensões da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018) e do Plano Municipal de Educação de Paço do Lumiar - MA (2014-2023) correlacionados com a gestão escolar democrática.

Na Constituição Federal de 1988, a gestão democrática é um princípio norteador do processo de ensino, primordial para assuntos que precisem do envolvimento dos profissionais da educação, na preparação do projeto pedagógico, com a colaboração da comunidade para se concretizar a gestão democrática escolar. Dessa forma, a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988, p. 167) apresenta, no art. 206 e inciso VI “a gestão democrática do ensino público, na forma de lei”, como um de seus princípios fundamentais. Nessa perspectiva, compreendemos, no âmbito da lei, a concessão da produção de mecanismos para envolver os integrantes da comunidade nas tomadas de decisões na gestão escolar.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN nº 9394/96, a gestão democrática é um dos princípios do ensino público, no seu artigo 3º, Inciso VIII: “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996). Entretanto, percebemos que nesse texto, não caracteriza necessariamente suas normas, essa atribuição ficou estabelecida no artigo 14 que:

os sistemas de ensino definam as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I- participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, p.15)

O Plano Nacional de Educação - PNE reitera a promoção da gestão democrática por meio do inciso VI do artigo 2º (referente às Diretrizes do PNE), que propõe duas Metas, a saber: Meta 7 e Meta 19. A primeira é abordada na Estratégia 7.16, na qual trata sobre a “qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades” e seleciona “apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.” (BRASIL, 2014, p. 64).

Reconhecendo que o processo de gestão democrática nas escolas públicas exige transparência nas ações exigidas e participação da comunidade escolar no planejamento e aplicação dos recursos financeiros. Os gestores precisam garantir o espaço decisório de fato nos locais onde atuam, pois, toda ação significa melhorias nos processos escolares e na aprendizagem, visando resultados positivos. Dessa forma, entendemos que impulsionar a ação cooperativa e diálogo poderá trazer qualidade no âmbito escolar.

Pensando na democracia, a segunda edição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi analisada em oficinas nacionais em todo o país, onde mais de 9.000 (nove mil) participantes, entre educadores, gestores e estudantes, puderam sugerir sobre a construção do documento antes de sua versão final (MOVIMENTO PELA BASE, 2020). A BNCC foi divulgada em três edições:

a primeira, em 2015, que passou por uma consulta pública na plataforma online, de modo que toda a sociedade pudesse contribuir para a formulação desse documento; a segunda, em 2016, que foi redigida a partir das contribuições da consulta pública; e, por fim, em 2017, saiu a primeira parte da versão final, destinada à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, para, posteriormente, em 2018, ser homologada toda a base, incluindo a parte do Ensino Médio (MELLO; CAETANO; SOUZA, 2019, p. 3).

Podemos perceber que a construção da BNCC foi realizada do ponto de vista democrático, ouvindo todos os agentes da comunidade

escolar, que posteriormente se relacionaram diretamente com o processo de implantação da base em relação ao novo currículo nacional. Diante do âmbito de democracia, é primordial considerar como a escola pode ajustar o Projeto Político Pedagógico (PPP) ou Projeto Pedagógico (PP)<sup>6</sup> no âmbito da BNCC. Diante da rigidez do currículo, cabe aos gestores e professores das escolas considerar a elaboração e organização do PPP, tendo em vista o processo coletivo e o compromisso com a gestão democrática, mesmo quando defendidos na premissa de que “conhecimento comum a todos”. Por fim, há um desafio: enfrentar a proposta da BNCC para refletir a gestão escolar atual na perspectiva da manutenção da identidade da escola.

Por sua vez, o Plano Municipal de Educação – PME (2014-2023) do município de Paço do Lumiar, apresenta, especificamente, na sua meta 16: “assegurar o cumprimento da lei municipal 424/2009 para a efetivação da gestão democrática na educação” (PAÇO DO LUMIAR, 2014, p.56). A lei supracitada dispõe sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração do Magistério Público do referido município, no seu art. 22, inciso II: “as funções de Direção e Direção Adjunta serão ocupadas por professor com habilitação de nível superior, pertencente ao quadro permanente, que serão eleitos e/ou seletivados obedecendo aos critérios exigidos para direção escolar e comprovação, de no mínimo, 02 (dois) anos de docência” (PAÇO DO LUMIAR, 2009, p. 16-17). Diante desses fatos, constatamos que a eleição direta é o método de escolha dos gestores e adjuntos das escolas públicas de Paço do Lumiar - MA.

## **PRINCÍPIOS DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA**

Na contribuição de Libâneo, Oliveira e Toschi (2010, p.53): “[...] as instituições públicas são exortadas a trilhar novos caminhos organizacionais, na linha da ‘autogestão’ e que as aproxima das suas congêneres do setor privado [...]”. A partir dessa citação, podemos inferir que, para a construção de uma gestão participativa, foram surgindo princípios fundamentais, contribuindo para a transformação

---

6 Também é chamado de “PP”, desde a instauração do governo Bolsonaro, porque o Ministério da Educação (MEC) retirou a palavra “político” do nome - tem uma estrutura básica, incluindo missão, antecedentes e características locais, situações específicas, aprendizado dados, guias de ensino e planos de ação.

social. Sendo eles: autonomia, participação e descentralização. Dessa forma, se torna essenciais para um entendimento da gestão escolar na perspectiva democrática. Nesse pensamento, nas subseções seguintes aprofundaremos o estudo sobre cada uma delas.

Ao abordar a gestão democrática, logo pensamos sobre a autonomia na perspectiva de educação, e as autoras Luce e Medeiros (2006, p. 2), apresentam que: “pensar a autonomia é uma tarefa que se apresenta de forma complexa, pois se pode crer na ideia de liberdade total ou independência, quando temos de considerar os diferentes agentes sociais e as muitas interfaces e interdependências que fazem parte da organização educacional”. Nesse ponto de vista, compreendemos que autonomia não é algo tão fácil, pois nos leva a pensar em emancipação, quando devemos levar em consideração a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem da escola.

Entendemos que a participação depende de alguém ser aberto ou permitir que se comporte, então a prática de tal participação não pode ser considerada democrática, porque a democracia não é concedida, mas imposta: não pode haver “ditadores democráticos”. Se a democratização das relações da escola pública depende deste ou daquele diretor magnânimo que “concede” a democracia, então um dia não podemos esperar um sistema educacional democrático. Então, as unidades escolares, assim como o sistema de ensino, precisam ter mecanismos que assegurem a participação dos agentes que fazem parte da comunidade escolar, que orientam a política educacional e, principalmente, o compromisso de defender o conceito de instituições escolares democráticas (PARO, 2018).

Outra definição básica do conceito de gestão democrática é a descentralização, permitindo a comunicação direta e eliminando as relações verticais existentes no ambiente escolar. No entanto, a descentralização é frequentemente utilizada para gerenciar processos e recursos a partir de uma perspectiva de mercado, ou para compartilhar a responsabilidade com uma agência central pelo sistema educacional que se expandiu nos últimos anos (LÜCK, 2017). Ou ainda, “quando se observa que alguns sistemas de ensino descentralizam, centralizando, isto é, dando um espaço com uma mão, ao mesmo tempo que tirando outro espaço, com outra [...]” (LÜCK, 2017, p. 17). Essa fala nos leva

a concluir que os princípios empregados não serão a democratização, mas o uso mais racional de recursos e agilidade para buscar maiores situações de resolução de problemas.

## **METODOLOGIA**

Para a construção do presente estudo, optamos por traçar o caminho metodológico, com a pesquisa inspirada no materialismo histórico-dialético Kosik (2007), investigando uma proximidade com o objeto de estudo, considerando os aspectos históricos, buscando o entendimento a partir das contradições presentes. Quanto aos fins, se classifica em descritiva defendida por Gil (2019), pois planeja relatar e identificar como acontece a gestão democrática da escola pública pesquisada.

Para tanto, utilizamos a abordagem qualitativa em Minayo (2015) com a realização de análises bibliográfica em Gil (2019) e documental fundamentadas em Severino (2018), Gil (2019), Cellard (2010) e Lüdke e André (2014). Dessa forma, recorreremos à fundamentação teórica, produzida por autores como: Libâneo (2021), fomentando conceitos sobre a teoria e prática da organização escolar; Lück (2017), ampliando o estudo sobre a participação da comunidade escolar; Paro (2018), fortalecendo a discussão sobre a administração escolar no ensino público; entre outros, por meio de fontes variadas, como livros, textos legais (Leis e documentos oficiais), pesquisas em sites, livros, artigos, monografias, dissertações na intenção de criar embasamento teórico para aprofundar os estudos e fundamentar a pesquisa.

Trabalhamos na perspectiva de pesquisa de campo descrita por Marconi e Lakatos (2021), como técnica de produção dos dados. Utilizamos a observação e entrevista semiestruturada em Minayo (2015), para analisar e discutir os dados, com o apoio dos princípios da análise de conteúdo conceituada por Bardin (2015), com a qual poderemos produzir a discussão dos resultados em categorias.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No final do primeiro semestre de 2022, realizamos a Qualificação junto ao Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE, na qual

tivemos importantes contribuições da Banca examinadora que nos fizeram reestruturar o Produto Educacional para um curso de formação continuada no formato on-line. Também submetemos o trabalho à Plataforma Brasil<sup>7</sup> para análise, visto que tem como base de sua proposta a pesquisa com seres humanos. Em seguida, foi direcionado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme a Resolução n. 466/12 (BRASIL, 2012). Considerando as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, utilizamos como suporte dessa pesquisa a Resolução n.º 510/2016 (BRASIL, 2016), que traz em seu bojo a preocupação com as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, por ser uma pesquisa referente ao contexto educacional, seremos regidos por tal documento.

Após realizada a análise e aprovação pelo Comitê de Ética, com a emissão Parecer sob n.º 5.132.978 e Qualificação, partimos para o campo de pesquisa nesse início de segundo semestre de 2022 para a realização da observação e coleta de dados com gestores, coordenadores, professores, funcionários e pais/responsáveis representantes do Conselho Escolar, totalizando um total de 16 participantes.

Portanto, as análises das observações e entrevistas estão em processo de sistematização e serão relacionadas com o objeto de estudo, a problemática, os objetivos apresentados e fundamentação teórica, efetivando a decodificação dos dados e resultando na categorização e interpretação. Em seguida construiremos o produto educacional com o propósito de contribuir como devolutiva para a comunidade escolar pesquisada.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Tendo em vista o objeto dessa pesquisa, o Produto Técnico Tecnológico-PTT será o Projeto Pedagógico de um curso on-line aberto acompanhado de um slide de conteúdo, em parceria com o Núcleo de Tecnologias para a Educação (UEMANET), de título: “GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: como colocá-la em prática?”. A proposta foi pensada da seguinte forma: Apresentação; Justificativa; Objetivos; Plano do Curso; Organização Curricular; Procedimentos didáticos e metodológicos; Recursos; Avaliação; Certificação; Cronograma do

7 Plataforma Brasil é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/CONEP.

curso; Considerações Finais; Referências e Apêndices. O desenho do curso foi estruturado em 4 (quatro) módulos, com carga horária de 60 horas, distribuídos da seguinte forma: Módulo I: O que é Gestão Escolar Democrática? Conceitos e definições; Módulo II: Princípios e diretrizes da Gestão Democrática; Módulo III: A Gestão Escolar com as suas dimensões e competências e Módulo IV: Aprendendo na prática a elaborar os instrumentos de participação na gestão escolar.

O PTT para este estudo consiste em requalificar e promover a renovação e aperfeiçoamento profissional da comunidade escolar pesquisada e dos interessados pela temática. Será desenvolvida no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sob a orientação da pesquisadora. No AVA serão postados atividades e materiais didáticos, tais como: slide de conteúdo da disciplina, tutorial, videoaulas interativas, jogos, podcast e outros. Almejamos, com este produto educacional, contribuir para o sucesso de toda escola, principalmente no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019. Disponível em: CF.pdf (stf.jus.br). Acesso em: 18 de mar. de 2022.

BRASIL. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: lei\_de\_diretrizes\_e\_bases\_1ed.pdf (senado.leg.br). Acesso em: 18 de mar. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação: Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 de out. de 2022.

BRASIL. Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016. **Dispõe sobre as normas aplicáveis à pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 de maio de 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2fmmKeD>. Acesso em: 10 de abr. 2022

BRASIL, Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. **Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/1mTMIS3>. Acesso em: 10 de abr. 2022.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epidemiológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional**: uma questão paradigmática. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2017.

LUCE, Maria Beatriz. MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de. “Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências” IN: LUCE, Maria Beatriz. MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de (org.). **Gestão escolar democrática**: concepções e vivências. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

MARCONI, Mariana. de Andrade.; LAKATOS, Eva. Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 9 ed. – São Paulo: Atlas, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MOVIMENTO PELA BASE. **A construção da BNCC: linha do tempo. 2020**. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/linha-do-tempo/>. Acesso em: 17 out. de 2022.

PAÇO DO LUMIAR. Plano Municipal de Educação. **Decênio 2014-2023. Publicado o D.O.U. de 26 de dezembro de 2014**.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 17. ed. São Paulo Cortez, 2018.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2018.

TEIXEIRA, A. **Educação para a democracia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1997.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2004.

# GESTÃO PARTICIPATIVA E QUALIDADE DE ENSINO: PONTOS E CONTRAPONTOS

**CORRÊA, Dayane Gomes Melo**

<http://lattes.cnpq.br/5454003249359511>

[d.ayanegomes@hotmail.com](mailto:d.ayanegomes@hotmail.com)

**GOMES, Albiane Oliveira**

<http://lattes.cnpq.br/2000850391605148>

[albianegomes@professor.uema.br](mailto:albianegomes@professor.uema.br)

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresentado ao IV Seminário de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), insere-se na linha de pesquisa Gestão Educacional e Escolar, com vinculação ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Qualidade na Educação Básica (GPQe), tendo como objeto de estudo a relação entre a gestão participativa e qualidade de ensino nas escolas públicas municipais.

Por meio de levantamento bibliográfico a respeito da gestão educacional e escolar até o ponto em que ela se torna em gestão democrática ou participativa, mediante estudos das obras de Teixeira (1961), Paro (2005), Bacelar (2008), Luck (1997), Gomes (2016) dentre outros, foi possível conhecer que desde o início deste século, a rapidez dos avanços tecnológicos, a globalização do capital e as mudanças relacionadas ao trabalho, por exemplo, a perda de direitos sociais, trouxeram significativas mudanças para o processo político de gestão escolar em todo o território brasileiro. Essas mudanças acabam por interferir na organização sociocultural em que a escola está inserida e nos papéis dos demais atores que, por sua vez, constroem seu cotidiano.

Estar ciente desse processo e de toda a legislação dele proveniente, bem como dar suporte e fortalecer as discussões e deliberações conjuntas da escola, é um desafio que se apresenta não só aos gestores educacionais e escolares, mas a toda comunidade e, principalmente, para todos os representantes que trabalham na escola pública e usam dos seus

serviços. A redemocratização da instituição escolar, implica reorganizar sua gestão por meio do redimensionamento das maneiras como os diretores escolhem trabalhar e também da articulação e consolidação de outras instâncias participativas no processo de gestão, educação, ensino e aprendizagem.

Faz-se necessário frisar que a gestão participativa nesse processo de redemocratização trouxe uma oportunidade de se (re)pensar a escola pela vertente da tomada de decisão por todos, acolhendo ideias e comungando de pensamentos coletivos que possibilitem uma melhoria na qualidade de ensino. A esse respeito, Luck (2010, p. 29) ressalta que “a participação de todos, nos diferentes níveis de decisão e nas sucessivas fases de atividades, é essencial para assegurar o eficiente desempenho da organização”.

Todavia, é relevante que a participação seja pautada em um processo criativo e interativo que perpassa a tomada de decisão, levando em consideração o mútuo apoio na convivência do cotidiano da gestão escolar, na busca constante, por seus agentes, da superação de suas dificuldades e desafios e, além de tudo, do bom cumprimento de sua finalidade política, social e cultural do desenvolvimento de sua identidade social.

Assim, é fundamental que se tenha garantia no processo de democratização, para que a gestão participativa de fato seja exercida, principalmente em relação ao desenvolvimento de mecanismos democráticos na escola, tais como: a elaboração do projeto político pedagógico, a formação dos conselhos da escola e dos grêmios estudantis, dentre outros, que tem um papel imprescindível no fazer democrático, pois, conforme Autor (data) a cultura e outras prerrogativas como a lógica organizacional das escolas só irão funcionar em uma intervenção democrática se todos que vivenciam e compõem a comunidade educacional e escolar contribuirão para esse processo inovador.

Nesse sentido, a investigação em questão, ainda em fase de construção, busca respostas para seguinte problematização: Quais os mecanismos democráticos utilizados na escola para promover a democratização da gestão e sua possível contribuição para a qualidade do ensino lá ofertado?

Desse modo, a pesquisa se propõe, como objetivo geral: analisar

como os mecanismos democráticos podem contribuir na prática da gestão democrática e na qualidade do ensino, tendo como referência uma escola da rede municipal de São Luís, Maranhão, e como objetivos específicos: historicizar as concepções de gestão escolar e sua relação com a qualidade do ensino na realidade brasileira, sobretudo a partir dos anos de 1990; conhecer os mecanismos utilizados para o alcance da democratização da gestão na escola; analisar o grau de participação dos sujeitos escolares nas tomadas de decisões na escola.

É sabido que a gestão educacional, imbricada em um conteúdo discursivo legal, está contida na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº - 9394/96. Portanto, a compreensão do conceito de Gestão para os que já são gestores em escolas se consolida como um desafio, uma vez que a compreensão do termo diz respeito, em si mesma, a uma participação, ou seja, do labor vinculado de outras pessoas que analisam situações para decidir sobre qual postura ter ou tomar diante de alguma situação emergente ou não de forma conjunta.

Dessa forma, de acordo com LUCK, (1997) “o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, pela participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação, mediante seu compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos” (LUCK, 1997, p. 1) e para Ferreira (2004), “Gestão significa tomada de decisões, organização, direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir suas responsabilidades” (FERREIRA,2004, p.15).

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Ao falarmos de gestão educacional e escolar, fazemos referência ao conceito de gestão, que de acordo com Risco (2022) é a “ação de gerir, de administrar, de governar ou de dirigir negócios públicos ou particulares; administração”. Além do dicionário, muitos autores utilizam dessa similaridade para descrever e conceituar o referido assunto, alguns até tratam da gestão como um ato administrativo, como é o caso dos autores Lück (2006) e Leão (1945). De acordo com os autores mencionados, a administração e a gestão, historicamente um elo no que diz respeito a educação, a começar pela administração escolar,

que foi inspirada na administração empresarial. Mesmo a administração escolar sendo inspirada na empresarial, muitos autores assim como Arroyo (1979), Félix (1985), Paro (2005), Bordignon e Gracindo (2000) e outros criticavam a administração educacional, pois acreditavam que gerenciar uma escola é bem diferente de gerenciar empresas e organizações sociais.

Para Luck (2007), a gestão em seu conceito supera o de administração, a autora não acredita na ótica de substituição de termo, mas na superação dos mesmos, passando, assim, a administração a ser um elemento da gestão, já a gestão envolve uma concepção mais prática e que abrange e envolve elementos culturais, políticos e pedagógicos, e consistir em sua conexão orientado pelos princípios democráticos (LUCK, 2007, p.36).

Cabral Neto (2007, p.123) ressalta que: “a reestruturação do Estado e as modificações assumidas pela nova gestão pública impactaram diretamente em toda a organização dos serviços públicos, trazendo mudanças também na gestão educacional”. Dessa forma, seus sentidos diferem um do outro, sendo que a gestão educacional se remete ao sentido macro da Educação, que está relacionado aos órgãos maiores do sistema de ensino e as políticas públicas que se destinam a eles. No entanto, a gestão escolar encontra-se no seu sentido micro, perpassando pelas escolas.

Um novo contexto surge frente a uma reabertura do sistema político do Brasil, que foi balizado pelo fim da ditadura militar (1964-1985), a reestruturação do Estado e a luta pela democratização do país em 1980, isso traz à tona a questão da democratização da escola pública, não apenas a questão do acesso, mas também pela democratização das práticas desenvolvidas na gestão escolar. O regime político já se encontrava assegurado pela Constituição Federal de 1988. O grande resultado dessa luta no âmbito da educação foi a aprovação do modelo de “Gestão Democrática do Ensino Público”. Contudo, de acordo com a visão de Vieira (2006), ao mesmo tempo em que a gestão democrática se apresenta como uma conquista, marcada pelas lutas, ela também pode ser vista como uma resposta à crise do capital.

Do ponto de vista constitucional os Artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988 abrangem a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada pela

colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN de 1996, define “como princípios da gestão democrática a participação dos profissionais da educação na elaboração dos projetos pedagógicos da escola”. Corroborando com esta tese, Chaves (2014) assinala que a gestão democrática possui uma relação direta com a autonomia e a participação, e que ambos são aspectos importantes nos espaços educacionais. Esta afirmação dela vem baseada no art. 14 e 15 da LDBEN 9.394/96.

Barroso (2000) diz que embora autonomia e independência sejam sinônimos e possuam um conceito relacional, elas não se confundem, e afirma que a autonomia da escola e do sistema escolar é sempre relativa e que não corresponde à independência do conjunto de instituições e do sistema. Para ele autonomia é: “uma maneira de gerir, orientar, as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com suas próprias leis” (Barroso, 2000, p. 16). Conforme é descrito por Paro (2005, p.46), “a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico em construção coletiva”, desta maneira se faz necessário mecanismos institucionais que incentivem práticas participativas dentro da escola pública.

## **METODOLOGIA**

O formato de pesquisa desse trabalho será a intervenção, levando em conta que “toda pesquisa é uma intervenção” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p.17) e que esta dará suporte prático para o aprimoramento das tarefas a serem desenvolvidas. Segundo Gil (2008, p. 27), “a pesquisa aplicada, apresenta muitos pontos de contato com a pesquisa pura, pois depende de suas descobertas e se enriquece com o seu desenvolvimento”, entretanto é importante ressaltar que a pesquisa aplicada se preocupa menos com o desenvolvimento de teorias de valor universal que para aplicação imediata numa realidade circunstancial.

Para acompanhar a contextualização da pesquisa aplicada, atribuiremos uma abordagem do problema qualitativa. Esse visa proporcionar uma riqueza aos detalhes nos mostrando possibilidades

nas interpretações a partir dos dados já obtidos. Acerca dos objetivos, trabalharemos com a pesquisa exploratória, pois é por meio dela que conseguiremos ter mais familiaridade com o que está sendo pesquisado. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 52) a pesquisa exploratória “[...] possui planejamento flexível. Em geral, envolve: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulam a compreensão”.

A pesquisa terá como participantes membros da comunidade escolar (gestor); tendo como *locus* uma escola municipal de São Luís. Utilizaremos como coletas de dados, observação e entrevistas semiestruturadas que nos dizeres de Gressler (2003, p. 165) “é construída em torno de um corpo de questões do qual o entrevistador parte para uma exploração em profundidade”. Será utilizado também questionários “O questionário é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante (respondente). O questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou um programa de coleta de dados” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 108).

Para isso, utilizamos a metodologia de Análise de Conteúdo que segundo Bardin (1977, p. 42) define como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

A análise de conteúdo é uma ferramenta que auxilia o pesquisador com os dados que surgem e apontam para uma resposta plausível para o questionamento da investigação desta pesquisa. Segundo Bardin (1977) a análise de conteúdo perpassa por três fases, que são: pré-análise; exploração do material; e por fim o tratamento dos resultados a inferência e a interpretação.

A primeira fase, denominada de pré-análise, é fase de organização dos dados para construção do corpus da pesquisa, que de acordo com Bardin (1977, p. 96) “é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”. Com o corpus da pesquisa já estabelecido, parte-se para segunda fase, a de exploração do

material. Quando a pré-análise é bem realizada, a esta fase trata-se de uma administração sistêmica das tomadas de decisões.

Por fim a última etapa corresponde ao tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação que é o tratamento dos dados, usando os princípios apresentados por Bardin (1977) e Franco (2008): “Exclusão mútua; Homogeneidade; Pertinência; Objetividade e a fidelidade; Produtividade”.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir dos debates, e das literaturas obtidas ao longo do processo e do desenvolvimento das disciplinas políticas de educação, políticas de avaliação da educação, gestão educacional e escolar: fundamentos, processos e práticas e dos estudo e interações alcançadas com Grupo de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Qualidade na Educação Básica (GPQe), foram obtidos dados por meio de um levantamentos bibliográficos, com aspectos históricos e aspectos legais, sobre a gestão participativa e qualidade de ensino nas escolas públicas municipais, o alicerce que sustenta essa pesquisa são autores como Arroyo (1979), Félix (1985), Paro (2005), Bordignon e Gracindo (2000) e outros, que fundamentam o estudo..

Quando falamos de gestão, fica perceptível que no dicionário há similaridade dos termos gestão e administração, os termos além da analogia dos conceitos, possuem historicamente um elo no que diz respeito a educação, a começar pela administração escolar, que foi inspirada na administração empresarial.

Mesmo a administração escolar sendo inspirada na empresarial, muitos autores assim como Arroyo (1979), Félix (1985), Paro (2005), Bordignon e Gracindo (2000) e outros criticavam a administração educacional, pois acreditavam que gerenciar uma escola é bem diferente de gerenciar empresas e organizações sociais. E este modelo de administração começou a ser questionado na década de 1960 até meados da década 1970, quando o mundo capitalista entra em crise, às críticas feitas ao modelo e o discurso feito, apontando que o modelo de gestão seguido pelo setor privado era o ideal, e que o setor público deveria se organizar e seguir o mesmo modelo, desencadearam uma série de reformas e reconstruções no setor público, com essas mudanças surge

um novo contexto surge frente a uma reabertura do sistema político do Brasil, que foi balizado pelo fim da ditadura militar (1964-1985), isso traz à tona a questão da democratização da escola pública, não apenas a questão do acesso, mas também pela democratização das práticas desenvolvidas na gestão escolar, do ponto de vista dos aspectos legais, Artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988 abrangem a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, também temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN de 1996, que assegura a gestão democrática com seus princípios.

Dessa forma, registra-se a importância das críticas em torno da gestão e das lutas, pois elas foram fatores preponderante para que se chegasse ao patamar que nos encontramos hoje, com leis asseguradas na Constituição, com princípios que norteiam a educação, com planos e estratégias que servem de base, para que se alcance os resultados obtidos.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Concluir se os objetivos foram alcançados, tomando como referencial a discussão dos resultados, que foram pautados a partir da similaridade dos termos gestão e administração e o elo histórico existente entre eles, as mudanças ocorridas na educação brasileira, que foram mudanças significativas, sendo fator preponderante para mudança no modelo de gestão pública, gestão esta, que inicialmente era fundamentada na administração geral.

Com as mudanças foi a aprovação do modelo de “Gestão Democrática do Ensino Público”, este novo modelo de gestão possui uma relação direta com a autonomia e a participação, trazendo para a cena da Educação, a gestão democrática demanda a participação da sociedade no processo de elaboração, implementação, avaliação e fiscalização da política de educação, por meio de organismos institucionais.

Por fim a descentralização e autonomia tem um papel importante no processo de gestão democrática e participativa. Elas caminham juntas possibilitando, assim, a participação direta ou indireta de sujeitos envolvidos nesse tipo de gestão. A escola através da gestão participativa agrega valores coletivos, trazendo uma participação maior de todos na tomada de decisão em prol do desenvolvimento qualitativo das questões pedagógicas, administrativas e operacionais do espaço escolar.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; CAMARGO, R. B. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, R. de O.; ADRIÃO, T. (orgs). (2007) **Gestão financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. 2º ed. São Paulo: Ed. Xamã. (Coleção legislação e política educacional: textos introdutórios).

BACELAR, L. P. **O papel do Conselho Escolar para a democratização da gestão**. Fortaleza: UEC, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9.394/96. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil](http://www.planalto.gov.br/ccivil). Acesso em: 12. De outubro de 2022

DUARTE, Ana Lúcia Cunha; ALVES, Kallyne Kafuri . **Gestão Educacional e Escolar em tempos de afirmação da educação pública e democrática** / Ana Lúcia Cunha Duarte, Kallyne Kafuri Alves (organizadoras). – Curitiba: CRV, 2022. 162 p.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 25, n. 89, p. 1227-1249, Set./Dez. 2004 1227. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> .

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRAWCZYK, N. A gestão escolar: um campo minado - Análise das propostas de 11 municípios brasileiros. **Educação e Sociedade**, v. 20, n. 67, p. 112-149, 1999.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque a ensino público/ Christian Laval; tradução Marina Echalar. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

LEÃO, A. C. **Introdução à Administração Escolar**. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

LUCK, H. A evolução da Gestão Educacional, a partir da mudança pragmática. **Revista Gestão em Rede**, n. 3, p. 13-18, 1997.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2005

PASSOS, E. KASTRUP, V. ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHARDSON, R. J. (Org.). **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3ª ed. revista e ampliada São Paulo: Atlas, 2008.

RISCO. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/gestao/>>. Acesso em: 04 de outubro de 2022.

TEIXEIRA, A. Que é administração escolar? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.36, n.84, p.84- 89, 1961.

# INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL: caminhos para avaliação participativa

**VENANCIO, Giullia Cristina Mulato**

<http://lattes.cnpq.br/5874504518835120>

[professoragiullia@gmail.com](mailto:professoragiullia@gmail.com).

**ALVES, Kallyne Kafuri**

<http://lattes.cnpq.br/6531776916968549>

[kallynekafuri@hotmail.com](mailto:kallynekafuri@hotmail.com).

## INTRODUÇÃO

O presente estudo é desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE-UEMA), na linha de pesquisa da Gestão Educacional e Escolar. A investigação tem como objetivo analisar os processos de autoavaliação institucional dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (2009) em uma instituição pública no município de São José de Ribamar - MA.

A investigação parte das diversas discussões na área educacional sobre a implantação de avaliações institucionais em creches e pré-escolas brasileiras com vistas a oferta de qualidade. No percurso metodológico, partimos da análise bibliográfica, documental e revisão de literatura, que serão seguidas pela observação participante, entrevistas semiestruturadas e por momentos formativos.

Assim, apresentamos considerações sobre a avaliação da educação infantil a partir da legislação vigente e dos estudos de Campos (2011,2013), Rosemberg (2013), Viera (2015,2021), entre outros. Neste contexto, analisaremos as possibilidades de participação e envolvimento dos diversos sujeitos que compõem a gestão da educação infantil e do processo de autoformação que se desenvolve a partir dos apontamentos desencadeados a partir da avaliação institucional.

Como resultado das discussões e análises da investigação, pretende-se realizar um ciclo formativo que abordará discussões sobre a implementação de políticas públicas com vistas a elaboração de um documento de marco legal educacional voltado a legitimação a nível municipal da utilização dos Indicadores de Qualidade da Educação

Infantil, levando em consideração a promoção de reflexões no contexto da gestão educacional como estímulo a efetivação de políticas que visem alcançar os parâmetros de qualidade voltados a educação da primeira infância.

Discussões relacionadas à avaliação vêm ganhando destaque nas políticas públicas educacionais brasileiras desde a década de 1990. No que se refere a Educação Infantil, diversas documentações legais apresentam considerações sobre a análise da qualidade ofertada às crianças. Compreendemos assim como Dahlberg, Pence e Moss (2003) que o termo qualidade é um conceito construído, subjetivo e baseado em valores, crenças e interesses. Ainda segundo os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006) o termo qualidade refere-se a:

- a) qualidade é um conceito socialmente construído, sujeito a constantes negociações;
- b) depende do contexto;
- c) baseia-se em direitos, necessidades, demandas, conhecimentos e possibilidades;
- d) a definição de critérios de qualidade está constantemente tensionada por essas diferentes perspectivas. O documento era acompanhado de um vídeo e de um cartaz.

Para as análises sobre a avaliação de qualidade trazemos como referência o documento dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (2009), documento criado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, da Ação Educativa, da Fundação Orsa, da UNDIME e do UNICEF. A avaliação em questão foi criada com o objetivo de auxiliar as equipes que trabalham na educação infantil, trazendo a comunidade, pais e professores a discutirem e autoavaliarem a instituição de educação infantil a qual estão inseridos, analisando aspectos que dizem respeito à oferta educacional de crianças inseridas em creches e pré-escolas.

O presente estudo parte do objetivo geral de analisar os processos de avaliação participativa e de autoavaliação no contexto de implementação dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil em uma instituição pública no município de São José de Ribamar. Para tanto, elencamos a seguinte questão norteadora: De que forma a

autoavaliação institucional participativa pode possibilitar a garantia de qualidade da Educação Infantil? Para responder a tal problemática, o presente estudo apresenta os seguintes objetivos específicos:

- a) Compreender a relação entre a gestão e avaliação institucional, tendo como referência os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (2009);
- b) Apontar as contribuições da gestão participativa para implementação dos indicadores de qualidade na Educação Infantil;
- c) Motivar ações de formação com vistas a efetivação de resolução municipal com o objetivo de registrar através de ato normativo a relevância do processo de avaliação das instituições de educação infantil no contexto municipal de São José de Ribamar.

Escolhemos este tema por ser um questionamento que entendemos ser pertinente, pois diante de análises realizadas ao longo da nossa trajetória profissional e experiência vivenciada a partir de autoavaliação norteada pelo documento dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009), percebemos as potencialidades da avaliação na efetivação da gestão participativa e as potencialidades de construção de uma educação de qualidade apoiada a discussões coletivas que visem a promoção de ações e reflexões sobre a prática pedagógica.

Neste contexto, analisaremos as possibilidades de participação e envolvimento dos diversos sujeitos que compõem a gestão da Educação Infantil, além do processo de autoformação que se desenvolve como consequência das discussões desencadeadas ao longo da avaliação institucional. Para tanto, apresentamos a seguir os procedimentos metodológicos desenvolvidos ao longo do presente estudo.

## **METODOLOGIA**

A presente investigação será de abordagem qualitativa, com enfoque em estudo de caso desenvolvido em uma instituição de Educação Infantil pertencente a rede municipal de São José de Ribamar, na qual será realizado levantamento de dados baseado nas vivências da avaliação institucional dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, além da análise documental acerca da legislação que rege tal avaliação, e ainda, entrevistas semiestruturadas com membros da

comunidade escolar, possibilitando a construção de saberes, dialogando entre a teoria, os documentos oficiais e a vivência da autoavaliação institucional.

Por se tratar de um estudo que tem como princípio a escuta dos sujeitos participantes do processo de implementação da avaliação institucional como impulsora para a construção de uma educação de qualidade, nossa investigação parte das narrativas dos sujeitos envolvidos no processo de avaliação institucional. Logo, nossa pesquisa partirá a partir do processo de avaliação institucional na escola, sendo nossa participação ao longo das plenárias de debates e durante o período de elaboração do plano de ações essenciais para compreendermos a dinâmica de avaliação e discussões, além da realização de oito entrevistas semiestruturadas, sendo estas realizadas com a gestora escolar, por compreendermos que é necessário conceber suas percepções sobre o processo avaliativo; quatro representantes de professores, por entendermos que suas concepções trarão discussões relacionadas a qualidade da educação com vistas a aprendizagem; três representantes de pais, por considerarmos que sua atuação em momentos de discussão da qualidade educacional trarão apontamentos sobre as possibilidades da participação democrática.

Diante das questões e dos objetivos elencados, optamos por conduzir a investigação por meio da triangulação de dados, utilizando-nos das seguintes fontes de dados, a saber: observação participante e entrevistas semiestruturadas à luz das discussões de Minayo (2014) e ainda, da análise documental a partir das concepções de Helder (2006).

Como forma de análise e discussão do objeto de pesquisa, foram realizadas pesquisa do tipo revisão de literatura com o objetivo de mapear as principais produções no campo educacional de discussão da temática investigada, pois entendemos que baseadas na revisão de estudos primários, seria possível uma avaliação mais profunda do objeto de pesquisa (SCHUTZ; SANT'ANA; SANTOS, 2011). Assim, utilizamos as bases de dados de produções científicas do Banco de Periódicos, Teses e Dissertações da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os anais das reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), e ainda, a plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). O levantamento teve como foco as produções realizadas entre os anos de

2009 a 2022 e apresenta discussões sobre as políticas e discussões da avaliação no contexto da educação infantil.

Dessa forma, espera-se que a presente investigação, derivada da pesquisa de mestrado que sustenta este texto, contribua para reflexões no campo de implementação de práticas de gestão participativa e estímulo a utilização de mecanismos de autoavaliação que tenham como objetivo oportunizar a comunidade escolar discutirem aspectos relacionamos a análise das diversas dimensões que visem a garantia da qualidade educacional. Para sustentar tais proposições, apresentamos na sequência o percurso histórico e teórico das discussões sobre avaliação da educação infantil no Brasil.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As discussões sobre qualidade na educação infantil ganharam destaque nos últimos anos. Dentre as discussões, a ausência de políticas e ações em escala nacional para a avaliação de creches e pré-escolas brasileiras, tais ideias vêm sendo pautadas por autores como Campos (2011,2013), Rosemberg (2013), entre outros.

Em relação à “qualidade” corroboramos ainda com Kuhlmann Jr. (p.190, 2010) quando este diz que “Não se pode aceitar que a defesa da qualidade seja desvinculada de nossa trajetória de lutas (...) – propostas que têm seguido sempre a perspectiva não do consumo, do mercado, mas do direito de todos a uma vida digna”.

Quando nos referimos à qualidade educativa está implícito um princípio de que sua determinação é intersubjetiva. Ou seja, depende de processos de negociação, participativos e democráticos, acerca dos aspectos e das ações próprios da oferta da educação infantil em uma dada instituição (BRASIL,2015, p.29).

Assim, nos propomos a traçar olhares voltados à avaliação institucional a partir de espaços de discussões que possibilitem olhares sensíveis para a construção de propostas que valorizem a Educação Infantil a partir de suas especificidades. Portanto, vemos o instrumento de avaliação dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil como uma oportunidade de garantia da democracia a partir do pluralismo de discussões que norteiam seu desenvolvimento.

Vale ressaltar que no campo da educação básica brasileira diversas referências avaliativas em larga escala a níveis nacionais já são implementadas, como a exemplo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) avaliando a qualidade da educação básica atualmente voltada a análises no ensino fundamental e médio a partir de testes padronizados com os alunos. Na Educação Infantil, embora se haja um movimento pela luta por avaliações que visem pontuar a qualidade da educação oferta em creches e pré-escolas, é importante destacar a luta dos movimentos sociais e profissionais por avaliações que tenham como pressuposto a análise global dos elementos que compõem a educação infantil.

No cenário histórico das discussões e implementação de políticas voltadas a oferta de educação das crianças de 0 a 5 anos a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) apresentaram grandes avanços para a compreensão e delimitação de políticas voltadas a educação da primeira infância em creches e pré-escolas brasileiras. Embora tais documentações reiterem a importância da educação infantil para o desenvolvimento integral da criança, pouco se pontuava sobre discussões voltadas a avaliação da qualidade nesta etapa educacional.

Com a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DECNEI (2010), corroborando com os documentos já aqui supracitados, apresentam em sua definição de educação infantil que caberia ao Estado “a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade” (DCNEI, 2010, p.12), sendo estabelecidos princípios, fundamentos e procedimentos para a orientação de políticas públicas e propostas pedagógicas de Educação Infantil. Neste sentido, não se fazia necessário apenas a oferta de atendimento as crianças pequenas por parte do Estado, mas a necessidade de se pensar a busca por qualidade em tais instituições.

Neste mesmo viés, o atual Plano Nacional de Educação (2014-2024) apresenta na meta 1 que trata da universalização da educação infantil na pré-escola até 2016 para crianças de 4 e 5 anos de idade e da ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 3 anos de idade até o ano de 2024, estratégias que visam a garantia de elementos avaliativos dentro do contexto da qualidade.

Tais ações destacam os Parâmetros Nacionais de Qualidade que deveriam subsidiar a avaliação da qualidade no atendimento em instituições de educação infantil, possivelmente fazendo referência aos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil – Volumes 1 e 2 publicados em 2006, que apresentavam como principal objetivo estabelecer padrões de referência orientadores para o sistema educacional no que se refere à organização e ao funcionamento das Instituições de Educação Infantil, tal documentação embora pouco disseminada e conhecida por profissionais e instituições brasileiras foi reelaborado e sintetizado em um único documento intitulado Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (2018).

Os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (2009), mesmo que não oficializados enquanto avaliação obrigatória, foram implementados por diversas secretarias de educação e instituições para a avaliação da qualidade da educação infantil e corroboraram para a promoção de discussões democráticas vistas a análises da oferta de educação infantil em diversas instituições brasileiras, motivando, inclusive, estudos de sua implementação em municípios assim como evidenciados por Campos et al. (2011) e Vieira (2015,2021).

A avaliação institucional proposta pelo documento é organizada em sete dimensões e propõe que a autoavaliação institucional seja realizada democraticamente a partir de plenárias de discussões de coleta de dados junto aos membros que compõem a comunidade escolar: professores, pais, funcionários, gestores, pessoas da comunidade, autoridades locais, entre outros membros que estejam diretamente ligados ao desenvolvimento do trabalho pedagógico. Assim, através das análises e discussões seriam elencadas ações a serem realizadas levando em consideração as necessidades emergentes constatadas ao longo da avaliação.

Neste sentido, evidenciamos as possibilidades de discussões a serem geradas a partir do documento dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (2009) e da importância de evidenciarmos pesquisas e discussões que tenham como referência de abordagem as condições de oferta da educação infantil e a luta pela não implementação de testes padronizados. No escopo da apresentação de nosso estudo, passamos as considerações, abrindo esta discussão tão necessária, na realidade do

contexto do nordeste brasileiro, que por sua vez, conta com desafios e aspectos próprios.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

O presente estudo apresentou uma breve discussão da trajetória histórica avaliativa da educação infantil no contexto brasileiro. A partir das reflexões apontadas percebemos que embora tenhamos avanços em termos de documentos legais e referenciais que apontem a necessidade de avaliação da qualidade de oferta educacional as crianças de 0 a 6 anos, ressaltamos a relevância das avaliações institucionais realizadas a partir de instrumentos coletivos de participação, porém reforçamos a necessidade de efetivação das políticas de avaliação de forma a universalizar tais discussões dentro das instituições.

Por isso, apresentamos como proposta de produto a elaboração conjunta de um ato normativo que, elaborado a partir de documentos oficiais e discussões com a comunidade escolar partindo das experiências já vivenciadas na aplicação das avaliações nacionais, buscando complementação e adequação a realidade vivida no município, levando em consideração os diversos contextos e infâncias vivenciadas nas escolas de educação infantil, ressaltando a valorização da gestão participativa dentro do processo educativo.

O presente produto educacional terá como principal objetivo contribuir para a implementação da política de autoavaliação institucional e para a promoção de reflexões acerca do trabalho já desenvolvido pelas instituições municipais e análises sobre a oferta e garantia de direitos as crianças atendidas, sendo seu conteúdo encaminhado à Secretaria Municipal de Educação com o objetivo de ser legitimado enquanto política pública. Acreditamos que o proposto produto contribuirá significativamente para a efetivação das práticas de avaliação no município e possibilitará a definição de políticas públicas a partir dos resultados, possibilitando a produção de boas práticas educacionais que visem a valorização e garantia de instituições de educação infantil de qualidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: 2010.

BRASIL. **Contribuições para a política nacional** - A avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto. Curitiba: Imprensa/UFPR; Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Coordenação Geral de Educação Infantil - MEC/SEB/COEDI, 2015.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: Secretaria da Educação Básica, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, 2018.

CAMPOS, Maria Malta. **Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.43, n. 148, p. 22-43, jan./abr. 2013.

CAMPOS, Maria Malta. **ESPOSITO**, Yara Lúcia. **BHERING**, Eliana. **GIMENES**, Nelson. **ABUCHAIM**, Beatriz. (2011). **A qualidade da educação infantil**: Um estudo em seis capitais brasileiras. Cadernos de

Pesquisa, 41(142), 20-54. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742011000100003>>. Acesso em: 10 setembro de 2022.

CÔCO, Valdete; VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade. **Trajetória histórica da avaliação institucional na educação infantil brasileira**. In: CIHELA (CONGRESO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DE LA EDUCACIÓN), Montevideo, Uruguay, 2018. Disponível em: [http://www.sitioftp.com/EventosOPC/programa/resumenes/Panel/306/306\\_1\\_2.pdf](http://www.sitioftp.com/EventosOPC/programa/resumenes/Panel/306/306_1_2.pdf). Acesso em: 05 jun. 2022.

DAHLBERG, G., MOSS, P. & PENCE, A. **Qualidade na educação da Primeira Infância**: Perspetivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. 7ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Políticas de educação infantil e avaliação**. Cadernos de pesquisa, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 44-75, jan./abr. 2013.

SCHUTZ, G. R.; SANT'ANA, A. S. S.; SANTOS, S. G. **Política de periódicos nacionais em Educação Física para estudos de revisão sistemática**. Revista Brasileira de Cineantropometria do Desempenho Humano, Santa Catarina, v. 13, n. 4, p. 313-319, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/rbcdh/article/view/1980-0037.2011v13n4p313>>. Acesso em: 13 outubro de 2022.

VIEIRA, Maria Nilceia Andrade. **Avaliação institucional na**

**educação infantil**: percursos formativos. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2015.

VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade. **Vivências formativas com a avaliação institucional na educação infantil**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2021.

# COLABORAÇÃO DOS ENTES SUBNACIONAIS PARA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO MARANHÃO

**SOUZA, Hélia de Jesus**

<https://lattes.cnpq.br/7814142347610147>

[heliahjs@gmail.com](mailto:heliahjs@gmail.com)

**GOMES, Albiane Oliveira**

<http://lattes.cnpq.br/2000850391605148>

[albiane11@hotmail.com](mailto:albiane11@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

As iniciativas regionais de colaboração dos entes subnacionais no Brasil, via Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE), tiveram suas primeiras experiências, no âmbito educacional, na última década do século XX, por meio da articulação de 12 municípios do Recôncavo Baiano. Tal iniciativa tinha o objetivo de promover a cooperação entre as diferentes cidades na busca de minimizar os altos índices de analfabetismo e evasão escolar. A experiência vem se expandindo pelo território nacional e atualmente são catalogados 13 Ades com participação de 225 municípios, conforme dados apurados pela Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação, em 2022.

No Maranhão, são 04 (quatro) ADEs contando com a participação de 42 municípios que se organizam com vistas a promoção de ações colaborativas visando a melhoria da educação. Contudo, tal iniciativa não foi regulamentada conforme preconiza a Constituição Federal/88, em seu artigo 23, que afirma que Leis Complementares devem fixar normas para cooperação entre os entes federados. Foram criados outros mecanismos jurídicos para que houvesse a regulamentação dos Ades, permitindo a participação de fundações vinculadas a empresas privadas.

Atualmente, a regulamentação jurídica para promoção do regime de colaboração entre os municípios através de ADEs, consta no Parecer nº 9/2011 (BRASIL, 2011) e Resolução nº 1/2012 (BRASIL, 2012b), e na Lei nº 13.005/2014, Plano Nacional de Educação - PNE (2014/2024).

Nesse contexto, esta pesquisa que é parte integrante da dissertação de mestrado, em fase de desenvolvimento e já qualificada,

trata do regime de colaboração dos entes subnacionais para melhoria da educação através do ADE Guarás. Esse, que está localizado na região do litoral norte do Maranhão, conta com a participação de nove municípios: Serrano do Maranhão, Porto Rico, Bacuri, Cururupu, Central do Maranhão, Cedral Mirinzal e Guimarães. A questão de pesquisa que se coloca utilizando o Ade Guarás como referência analítica: como e em que medida os arranjos intermunicipais promovem a qualidade da educação no Maranhão?

A partir dessa questão central, algumas questões norteadoras são necessárias, a exemplo: Quais os condicionantes econômicos, políticos e sociais que ensejaram os Arranjos de Desenvolvimento da Educação? Como a colaboração intermunicipal pode contribuir como estratégia o desenvolvimento da qualidade da educação no Maranhão? Quais as repercussões na qualidade da educação provocadas quanto a criação do Ade Guarás?

A partir disso, o propósito da investigação tem como objetivo geral: analisar o processo de colaboração intermunicipal no Maranhão enfatizando suas repercussões para a qualidade da educação tendo como referência a experiência do Ade Guarás.

Esta proposta se desdobra nos seguintes objetivos específicos: Discutir os condicionantes econômicos, políticos e sociais que ensejaram os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE); analisar a colaboração intermunicipal como estratégia de enfrentamento do fracasso escolar no Maranhão; examinar as repercussões do ADE Guarás a partir da ótica dos implementadores institucionais (Grupo Natura, gestores municipais, gestores escolares) na educação dos municípios de Cururupu e Porto Rico do Maranhão; elaborar uma nota técnica acerca dos arranjos intermunicipais no Maranhão, com foco na experiência do município de Cururupu e Porto Rico do Maranhão no contexto das políticas públicas educacionais no Brasil.

A pesquisa se justifica pela contribuição científica que pretende alcançar e a partir da experiência profissional da pesquisadora de 18 anos atuando na formação de professores o que a permitiu conhecer a realidade educacional de diferentes cidades maranhenses e a busca incessante dos gestores municipais em construir políticas educacionais eficientes para suas cidades com os escassos recursos financeiros arrecadados e transferidos pela União. A organização dos municípios através de

ADE tem se tornado atrativo aos gestores que contraditoriamente, abre caminho para o crescente envolvimento do setor privado e sua lógica de mercado na arena pública, por meio das parcerias público-privadas.

## **DO DESMEMBRAMENTO TERRITORIAL AO REGIME DE COLABORAÇÃO DOS ENTES SUBNACIONAIS MARANHENSES: EM BUSCA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO**

Dos 217 municípios maranhenses, 70% possuem menos de 25 mil habitantes. Esses municípios possuem enormes heterogeneidades territoriais, com características geográficas, sociais e culturais diversificadas e preservam costumes e tradições de cidades pacíficas. São regiões majoritariamente rurais, embora denominadas urbanas pelo IBGE (2019), preservam o contato direto com o meio ambiente, são economicamente agrárias e com baixos índices de violência. Historicamente, estes municípios possuem grandes dificuldades em resolver graves problemas sociais e econômicos que os acompanham mesmo antes de sua denominação enquanto ente federado.

A constituição do Maranhão enquanto unidade política ocorreu em 1534 com baixo interesse da Coroa Portuguesa em ocupar a grande extensão de terras o que veio contribuir para o significativo atraso econômico e social de suas cidades. A formação dos municípios maranhenses no Brasil Colonial esteve fortemente ligada a presença da igreja nos espaços territoriais que tinham a incumbência de resolver problemas administrativos, jurídicos e religiosos. Tais espaços denominados freguesias, foram transformados em vilas e municípios seguindo as orientações judiciárias e administrativas oriundas do Governo Central que definiu orientações básicas para constituição das cidades, pois segundo Lima (1945), a divisão administrativa e judiciária, existente até então, era caracterizada pela falta de ordem, lógica e estabilidade.

A definição dos limites territoriais das cidades maranhenses só veio ocorrer nas primeiras décadas do século XXI, através do Decreto nº 25/1931 e do Decreto Lei nº 820 de 30 de dezembro de 1943, o que permitiu a regulamentação e organização dos municípios com o propósito de extinguir aqueles que não possuíam viabilidade econômica

e fixando a divisão administrativa e judiciária do Estado (IMESC, 2021).

A tênue ocupação do Maranhão e, por conseguinte, da Amazônia brasileira possuía três particularidades: a) foi tardia b) os surtos de ocupação ocorriam em consequência de valorizações momentâneas de produtos no mercado internacional e c) enfrentava dificuldades devido ao extenso território. As poucas tentativas de ocupação do interior foram malsucedidas na implementação de uma base econômica e populacional estável e sustentável (FILHO, 2016, p. 16).

Assim, até a década de 60 do século passado, a economia do Maranhão permaneceu majoritariamente rural, com frágil base produtiva, ausência de infraestrutura social, pouca produtividade econômica, fraco investimento na agricultura local. É somente a partir dos anos 70, com a construção das rodovias, São Luís/Belém e São Luís/Brasília houve a substituição da matriz produtiva do estado, foram realizados investimentos de grande envergadura no agronegócio, mais notadamente na soja e celulose (FILHO, 2016).

Embora tais investimento tenham impactado na economia maranhense positivamente, provocaram um tímido desenvolvimento econômico com geração de emprego. Permanecendo grande concentração de terras e renda nas mãos de poucos produtores agrícolas, que ao promover a mecanização da agricultura, a grande massa de pequenos agricultores se vira obrigando a se deslocar para os grandes centros urbanos. Nesse cenário, ficou constatado que embora houvesse fartura agrária com acúmulo de capital para poucos empresários, havia um imenso estado de pobreza rural que ainda persiste nos tempos atuais (FERREIRA, 2008).

Acrescenta-se a esse cenário econômico a presença de um estado oligárquico com exacerbada miséria. Merece destaque nesse período, o investimento realizado na indústria metalúrgica e sua contribuição para o crescimento econômico do estado, no entanto, não obteve êxito esperado, apenas uma tímida alteração da matriz produtiva do setor industrial.

A estratégia política para resolver tal problemática foi a emancipação de novos municípios, com intuito de provocar a

distribuição territorial com criação de novas estratégias econômicas e desenvolvimento de políticas sociais ao alcance da população. Nessa perspectiva com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, foram emancipados 136 municípios maranhenses. Entre os anos de 1994 e 1995, foram constituídos mais 81 entes federados, numa tentativa de desenvolvimento econômico e melhoria da condição social da população maranhense.

O boom da distribuição política aconteceu entre 1994 e 1995 com 81 municípios criados. O resultado foi a tentativa de urbanização de áreas rurais até então praticamente inacessíveis, mas que gradativa e timidamente buscam a sua identidade para assim favorecer ao maranhense oportunidades de políticas públicas que, mesmo insuficientes permite melhor condição de vida, enquanto os municípios mais antigos crescem, em que pese as incertezas próprias da imperfeição humana (IMESC, 2021, p. 15).

Os processos de desmembramentos dos municípios maranhenses, acentuados a partir da década 90, seguiu a lógica de descentralização ordenada pela atual Carta Magna do país, que embora tenha criado mecanismos de cooperação entre os entes subnacionais, permitindo maior autonomia no âmbito das políticas públicas, criou outros entraves que impossibilitaram o seu desenvolvimento econômico, social e em especial, o desenvolvimento educacional.

O sistema federalista de 1988 do Brasil, ao contrário do que estabelecia na sua primeira Constituição, em 1821, com grande concentração de poder Governo Central e pouca autonomia entre os entes subnacionais, vai promover mudanças que impactam diretamente na governabilidade das políticas públicas dos municípios. Os municípios são instituídos como entes federados e assim como a União, estados e o Distrito Federal, passam a ser responsáveis pela promoção de importantes políticas públicas e em destaque a educação (ABRUCIO, 2013) (LIMA, 1945).

Fica sob seu encargo os níveis: educação infantil e ensino fundamental, ou seja, 90% do alunado aproximadamente, que outrora eram também de responsabilidade dividida com o Estado. Agregando

a isto, a emancipação dos novos municípios maranhenses, conforme citado anteriormente, com menos de 20.000 habitantes. Tais cidades possuem como fonte de renda quase exclusivamente verbas federais, não possuíam estruturas físicas adequadas para promoção do ensino, falta de capacitação profissional e escassez de recursos financeiros e pequena capacidade gerencial entre os municípios.

Historicamente, os municípios que conseguiram cumprir com as determinações constitucionais e implementaram políticas educacionais locais apresentando bons desempenhos foram aqueles que possuíam maior poderio econômico, em especial as cidades da região sul e sudeste, e também os que tiveram apoio financeiro dos seus estados e da União, como exemplo o Rio de Janeiro. Vê-se, assim, que os municípios nordestinos, em especial os menores, que possuem baixos recursos para financiamento das suas políticas educacionais, ficaram a depender das transferências constitucionais para equalizar as disparidades regionais (FILHO, 2016).

Como consequência, o desempenho das políticas sociais, com ênfase na política educacional dos municípios maranhenses, nas últimas décadas, demonstrou que a descentralização política e a regulamentação do Fundeb não apresentaram o resultado esperado, houve sim, maior dependência financeira dos municípios em relação aos Estados e União. Esta realidade tem dificultado a elevação da escolaridade da sua população, impedindo a eliminação do ciclo de analfabetismo que por séculos vem sendo transferido de geração a geração.

Tal fato se dá, em grande medida, pela falta de coordenação da União em promover o regime de colaboração entre os entes federados. A falta de regulamentação do regime de colaboração estabelecida no artigo 23, § único e a ausência do sistema nacional de educação normalizando a cooperação entre os entes subnacionais tem impulsionado os organismos não governamentais (ONGs) e entidades privadas a buscarem estratégias atraentes a serem implantadas nos municípios com discurso de melhoria da qualidade da educação.

As alternativas apresentadas por esses organismos têm estimulado os gestores municipais a aderir aos discursos neoliberais na expectativa de erradicar problemas educacionais locais. Assim, nas últimas décadas foram criados diferentes associações, arranjos e parcerias com o terceiro setor/ sociedade civil com o propósito de implantação de políticas

educacionais locais que minimizem a desigualdade que persiste no âmbito educacional entre os municípios brasileiros e em especial, os municípios maranhenses.

O Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) constitui um destes modelos. Tem o propósito de promover o regime de cooperação horizontal entre os municípios que estão próximos geograficamente e apresentam características sociais e econômicas similares, podendo compartilhar experiências educacionais com a expectativa de melhoria dos indicadores educacionais e, com isso, garantindo acesso, permanência, aprendizagem e a conclusão dos estudos de todos os alunos. Assim, busca superar o modelo que se restringia às redes de ensino local, e através da coordenação e cooperação entre federados, articule o tradicional regime de colaboração vertical (estados, municípios, União), com o regime de colaboração horizontal (município e município) (ABRUCIO, 2017), (ADRIÃO, 2016), (ARAUJO, 2012).

Nesse contexto, esta pesquisa trata do Arranjo de Desenvolvimento Educacional (ADE) no território maranhense, que se caracteriza como uma organização entre municípios que, ao se aproximarem por desafios educacionais semelhantes, buscam alternativas para superá-los. Portanto, a pesquisa tem se desenvolvido levando em consideração métodos e técnicas que permitem a elucidação dos sujeitos da pesquisa, que descreveremos esses aspectos a seguir.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa científica já qualificada e em fase de desenvolvimento está na base classificatória de pesquisa aplicada, entendida como “o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos” (BERVIAN & CERVO, 1996, p.47). Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa utiliza a abordagem qualitativa, tendo como procedimentos metodológicos as pesquisas bibliografia, documental e de campo.

Atendendo aos preceitos de Yin (2010) sobre investigações que requerem descrições amplas e aprofundadas de determinados fenômenos sociais, este trabalho utiliza a técnica de estudo de caso, sendo selecionada duas cidades do Maranhão que compõem Ade Guarás, como unidades de análises: Cururupu e Porto Rico, descrevendo-a,

assim, como um estudo de casos múltiplos. Para compreender a natureza do fenômeno educacional em estudo, buscamos inspiração nos pressupostos epistemológicos do materialismo dialético histórico que segundo Marx (2006, p.v45),

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas da consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual.

Portanto, compreender a realidade educacional dos municípios de Cururupu e Porto Rico do Maranhão no contexto da descentralização das políticas públicas estabelecida na Constituição de 1988 requer uma abordagem teórica que permita alcançar uma aproximação e compreensão da realidade. Portanto, é necessário analisar as singularidades e contradições envolvidas nas diferentes etapas da implantação do Ade Guarás, levando em conta seu contexto sócio-histórico, bem como os fatores externos que motivaram a busca de parcerias intermunicipais mediadas pelo setor privado.

Ademais, a pesquisa tem seguido as etapas descritas a seguir. Inicialmente, a pesquisa bibliográfica procura elucidar importantes categorias analíticas como: *federalismo*, *parcerias público-privadas* e *Regime de Colaboração*, sendo essenciais para pensar o impacto do empresariado na educação pública, suas estratégias e ações voltadas para os municípios com a narrativa de melhoria da educação, conforme indicam: Peroni (2013), Araújo (2012) 2013), Dourado (2004), Freitas (2008), Adrião (2016). Mészáros, (2009).

A seguir, foi iniciada a pesquisa documental, pois permite “investigação de determinada problemática, não em sua interação imediata, mas por meio de estudo dos documentos [...] revelando o seu modo de viver e compreender um fato social” (SILVA, 2007, p.

455). Assim, a análise dos documentos internos dos ADEs, bem como a documentação jurídica brasileira está sendo objeto de estudo.

A pesquisa de campo, ainda não iniciada, se concentrará nas secretarias municipais de educação do município de Cururupu e no município de Porto Rico do Maranhão, bem como nas escolas das cidades envolvidas na pesquisa. O público pesquisado será a equipe gestora da Ade Guarás, representantes do Grupo Natura, dirigentes municipais de educação e gestores escolares das cidades envolvidas na pesquisa. Os instrumentos de coleta de dados serão: entrevistas semiestruturadas com os secretários municipais de educação dessas cidades, equipes gestoras do ADE e diretores do Grupo Natura e para os diretores escolares, serão aplicados questionários.

A análise dos dados terá como base os estudos de Bardin (1979), com a utilização de Análise de Conteúdo que segundo Minayo (2007, p.84) é uma “técnica que permite uso de inferências que partem da descrição dos conteúdos explícitos da comunicação para se chegar à dimensão que vão para além da mensagem”. O procedimento metodológico da análise de conteúdo a ser aplicado seguirá Bardin (1979): Categorização e Inferência, cabendo destacar que durante a aplicação dos instrumentos de coleta de dados serão desenvolvidos a dissertação e produtos de pesquisa. Concernente a isso, como proposta de produto técnico tecnológico será elaborada uma nota técnica sobre os arranjos intermunicipais no Maranhão, com foco nos municípios de Cururupu e Porto Rico do Maranhão no contexto da política pública de educação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa científica está alicerçada nos escritos de Freitas (2012), Mészáros (2008), Dourado (2004), Romanelli (1978) e Libâneo (2012) e outros. Os autores versam sobre importantes categorias de análises que possibilitaram a elaboração das primeiras seções deste trabalho de dissertação. Na primeira seção, dissertou-se sobre os condicionantes econômicos, políticos e sociais para formação do Ade no Brasil, resgatando, para tanto, o contexto histórico da formação do estado federado, a criação dos municípios enquanto entes federados, em especial os maranhenses. Abordou-se, também os interesses do setor

privado sob entidades públicas com discurso de melhoria da qualidade da educação por meio de arranjos de desenvolvimento educacional. A implementação do ADE na legislação brasileira e sua implementação no território maranhense também estão presentes neste estudo.

Após cumprir a fase da pesquisa bibliográfica e análise documental do ADEs, será iniciada a pesquisa de campo que terá como lócus as secretarias municipais de educação dos municípios de Cururupu e Porto Rico do Maranhão. Os questionamentos a serem aplicados ao público a ser investigado já foram finalizados, bem como a elaboração do formulário a ser enviado remotamente, via google forms. As entrevistas nos permitirão compreender por meio das falas e perspectivas dos diretores do Ade Guarás, dos dirigentes munícipes e do Grupo Natura, a realidade vivenciada pelos sujeitos, suas percepções e o impacto da implantação do ADE no litoral oeste do estado do Maranhão para superação da baixa qualidade da educação.

A aplicação dos questionários, permitirá reunir um conjunto sistemático de informações dos sujeitos investigados “para entender suas percepções sobre os sujeitos em estudo” (SEVERINO, 2017, p.151). Assim, com os gestores escolares, buscará compreender o impacto das ações educacionais propostas pelo ADE para melhorar a educação nas cidades. O objetivo é extrair 50% para cada categoria de pesquisa. Os questionários serão enviados através de dispositivos móveis. Dessa forma, a pesquisa ainda possui importantes etapas a cumprir. Além das citadas acima, o produto técnico tecnológico, a análise dos dados coletados e a redação final da dissertação serão intensificados.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F.L. Cooperação intermunicipal: experiências de arranjos de desenvolvimento da educação no Brasil. Curitiba: Positivo, 2017.

ARAUJO, Gilda Cardoso. Federalismo e Políticas Educacionais no Brasil: Equalização e Atuação do Empresariado como Projetos em Disputa para a Regulamentação do Regime de Colaboração. **Educ. Soc., Campinas**, v. 34, n. 124, p. 787-802, julho-set. 2013.

ADRIÃO, Theresa et.al. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação & Sociedade**. Campinas. V.37, n. 134, jan-mar, 2016 (p. 113-131).

ARAUJO, G. C. de. Federalismo cooperativo e arranjos de desenvolvimento da educação: o atalho silencioso do empresariado para a definição e regulamentação do regime de cooperação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 28, n. 2, p.515-531 mai/ago. 2012.

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.

BRASIL. Parecer nº 9, de 30 de agosto de 2011<sup>a</sup>. **Análise de proposta de fortalecimento e implementação do regime de colaboração mediante arranjos de desenvolvimento da educação**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação 2011.

BRASIL. **Resolução no 1, de 23 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a implementação do regime de colaboração mediante Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – PNE**, Brasília: MEC, 2014.

FERREIRA. Antônio José de Araújo. **Políticas Territoriais e a Reorganização do Espaço Maranhense**. Tese (Doutor em Geografia – Universidade de São Paulo). São Paulo, 2008.

FILHO. Claudiomar Matias Rolim. **Formação Econômica do Maranhão: De Província Próspera a Estado mais Pobre da Federação**. O que deu tão errado? Dissertação (Mestre em Economia – Universidade de Brasília. Brasília. 2016.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação** / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 84p. - (Estudos e pesquisas. Informação geográfica, ISSN 1517-1450; n. 11)

IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Evolução Político-Administrativa do Estado do Maranhão** 2. ed. – São Luís: IMESC, 2021.

LIMA, R. (1945). A divisão territorial administrativa e judiciária do Brasil. **Revista de Direito Administrativo**, v.1, n. 2, 729-745. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/rda.v1.1945.8528>. Acesso em: 01 out. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

REDE DE COLABORAÇÃO. <http://www.redeintermunicipaledu.com.br/integrantes>. Acessado em 10.10.2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941 –**Metodologia do trabalho científico**. 24. ed.– São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, L. R. C. da. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9. ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009, Curitiba. Anais... Curitiba: PUCPR, 2009. O.

SOUZA, C. **Condições institucionais de cooperação na região metropolitana de Salvador.** In: CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (Coord.). Como anda Salvador. Salvador: EDUFBA, 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

# **GESTÃO ESCOLAR FRENTE AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE): Uma proposta de sistema de informatização da prestação de contas nos IEMA PLENOS em São Luís – MA**

**VIEIRA, Janaine Lira**

<http://lattes.cnpq.br/7922700379173634>

[jannabio@yahoo.com.br](mailto:jannabio@yahoo.com.br)

**ALBUQUERQUE, Severino Vilar**

<http://lattes.cnpq.br/3497157552176004>

[svalbuquerque@uol.com.br](mailto:svalbuquerque@uol.com.br)

## **INTRODUÇÃO**

O presente resumo, apresentado ao IV Seminário de Pesquisa em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA), traz uma síntese do estágio atual da dissertação, em construção, no âmbito do PPGE, Mestrado Profissional em Educação, cujo objetivo é analisar, na perspectiva da gestão democrática, o papel da gestão escolar no controle dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), buscando apreender as formas de participação da comunidade quanto à utilização e à prestação de contas de tais recursos.

Atualmente, entende-se que o gestor escolar é responsável pelo funcionamento administrativo e pedagógico da escola (LÜCK, 2009; LIBÂNEO, 2015). Considera-se, portanto, que sua atuação é fundamental para a qualidade na Educação, sobretudo para que os direitos fundamentais, já definidos na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º 9.394/96, possam ser legitimados em cada sistema de ensino e dentro de cada instituição pública de ensino. Nesse âmbito, a gestão deve garantir espaços de participação da comunidade nas discussões e deliberações que consistam em tomada de decisões quanto ao atendimento educativo em todas as dimensões. Essa assertiva é compartilhada por Libâneo (2015), Lück (2009), Paro (2010) e Pinheiro (2012), entre outros autores que dão suporte teórico-conceitual à compreensão e à análise do fenômeno.

Desse modo, analisar a participação da comunidade escolar no sistema de gestão de instituições públicas de ensino permite entender, de igual modo, que a questão de recursos públicos transferidos diretamente às escolas precisa garantir a participação dos representantes da comunidade escolar, por meio de instâncias colegiadas, na tomada de decisão quanto à utilização, ao monitoramento e à prestação de contas. Insere-se, nesse âmbito, a gestão dos recursos do PDDE.

OPDDE teve início em 1995, inicialmente com a denominação de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), integrando um conjunto de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cujo objetivo era financiar despesas de custeio. A partir da Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, o PMDE passou a ser denominado PDDE, e os recursos eram repassados às Secretarias de Educação que, então, direcionavam para as escolas.

O recurso do PDDE é depositado em uma conta criada pelo FNDE, em nome da Unidade Executora Própria (UEX) de cada escola. Com base em informações do Portal do FNDE (BRASIL, 2014), a distribuição de recursos financeiros é feita por meio de duas parcelas anuais, cujo valor é calculado com base no número de alunos matriculados na escola, segundo o Censo Escolar do ano anterior, sendo dividido em capital e custeio. Beneficiam-se, com recursos do PDDE, escolas públicas estaduais e municipais, incluindo-se as Unidades de Ensino do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA).

Criado dia 02 de janeiro de 2015, o IEMA apresenta-se com o intuito de ampliar a oferta, no Maranhão, de educação profissional, científica e tecnológica. Em que pese a capilaridade dos IEMA Plenos, em todo o Estado do Maranhão, a investigação aqui proposta concentrar-se-à aos IEMA sediados no município de São Luís, com o objetivo de analisar, na perspectiva da gestão democrática, o papel da gestão escolar no controle dos recursos do PDDE, buscando apreender as formas de participação da comunidade quanto à utilização e à prestação de contas dos recursos.

Tendo em conta a temática em tela, o estudo busca responder a seguinte questão: Como se materializa a gestão dos recursos do PDDE em Unidades dos IEMA Plenos sediados em São Luís?

Considera-se, nesse estudo, a relevância que o PDDE representa hoje nas escolas da Educação Básica, uma vez que pode favorecer a melhora da infraestrutura física e pedagógica da escola, além do fortalecimento da gestão escolar e da potencialização da participação da comunidade na tomada de decisão. Daí, surgiu meu interesse por esse campo, que se ampliou a partir do momento em que assumi a função de coordenadora do Núcleo de Captação de Recursos, Corresponsabilidade e Prestação de Contas (NUCARP) do Instituto no qual trabalho.

## **GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E GESTÃO DE RECURSOS DO PDDE: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

A palavra gestão vem do latim *gestione*, que significa ato de “[...] gerir, gerência, administração”. (FERREIRA, 1999, p. 985). Gestão é, portanto, administração, tomada de decisões, organização e direção. A gestão da educação se destina à formação para o exercício da cidadania, isto é, destina-se à promoção humana.

No entendimento de Paro (2010), a gestão escolar, além de representar a estrutura orgânica de uma escola, quando se constitui democrática, contribui para abrir espaços democráticos de participação dos segmentos nas deliberações e tomada de decisões quanto às questões que afetam o atendimento educativo. A gestão se liga à forma de organização, a tomadas de decisões e à direção a ser seguida. Nesse sentido, a gestão da educação é responsável por garantir a qualidade do ensino, compreendida como processo de mediação no seio da prática social global.

A gestão dos recursos financeiros é uma ferramenta que envolve, sobretudo, planejamento, transparência, prestação de contas e avaliação da utilização eficiente do recurso. É uma das mais habituais práticas da gestão identificada em toda e qualquer organização e à qual compete fazer as devidas análises, decisões e execução. Trata-se da gestão da movimentação de dinheiro, que não é função unicamente do gestor administrativo-financeiro, mas, de todos os gestores envolvidos na gestão escolar.

Nessa perspectiva, a gestão escolar democrática e participativa nada mais é que uma gestão de tomada de decisão compartilhada, na qual todos tenham voz e ação, para que, de fato, ocorra um

processo democrático no interior da escola. Sendo assim, nascem novos olhares sobre a democratização da escola para alguns antigos entraves: as desigualdades, as discriminações, as inversões de posturas centralizadoras, os preconceitos, na perspectiva de romper com esses paradigmas, em busca de transformar a escola em um espaço de igualdade e de oportunidades para todos.

Assim, cabe às comunidades educacionais, lideradas por seus respectivos gestores e juntamente com sua equipe pedagógica, unirem-se para a ampliação da democracia na escola, com prioridade por assuntos que favoreçam a educação de qualidade e igualitária a todos, de modo que avance para uma instituição que possa, de fato, caminhar para uma educação formadora de cidadãos críticos, autônomos e conscientes dentro da sociedade. Nesse viés, de qualidade de ensino, recorreremos ao PDDE, o qual “[...] foi criado com a justificativa de resolver o problema da burocratização no repasse dos recursos às unidades escolares, procurando dar mais agilidade e racionalização na transferência e utilização dos mesmos”. (KALAM, 2011, p. 86).

A partir dos estudos de Pinheiro (2012), é possível identificarmos que o PDDE foi criado com o propósito de descentralizar os recursos; outra característica do Programa é a autonomia oferecida às escolas com o envio do recurso. Santos (2006) relata que o PDDE oferece às escolas uma autonomia relativa, pois a instituição pode gastar o dinheiro em algumas despesas previamente definidas.

Santana (2011) explica que a Lei nº 8.666/93 normaliza as formas de aplicação da verba pública na administração pública brasileira, sendo que, para compras inferiores a R\$ 7.000,00, as UEx deverão realizar uma pesquisa de preço em três empresas diferentes para fazer a cotação dos valores. A empresa que oferecer o menor preço e a documentação necessária fornecerá os itens cotados para a escola. Após a compra dos materiais com o recurso do PDDE, é necessário realizar a prestação de contas.

Conforme as orientações do FNDE, as escolas devem encaminhar a sua prestação de contas dos recursos recebidos para as Secretarias de Educação até o dia 31 de dezembro do ano do repasse. Percebemos a importância desses autores para o nosso trabalho, pois, a partir deles, obtivemos o embasamento teórico para conhecermos

e refletirmos sobre como ocorre o processo de efetivação do PDDE, alguns de seus avanços e desafios nas suas implicações.

As políticas públicas recebem recursos provenientes dos tributos diretos e indiretos que a população paga. Os tributos diretos “[...] recaem diretamente sobre a propriedade e sobre a renda das pessoas [...]”, e os tributos indiretos “[...] estão embutidos no preço das mercadorias, dos bens e serviços [...]”. (EDNIR; BASSI, 2009, p. 20). A LDBEN (BRASIL, 1996), nos artigos 68 ao 77, refere-se ao financiamento da educação. Dentre as definições presentes na Lei, encontra-se como será realizada a arrecadação de recursos. No documento, encontram-se os valores que deverão ser destinados para a educação, sendo que:

Art. 69º. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público (BRASIL, 1996, n. p.).

O PDDE, assim como outros programas federais, recebe verbas do Salário Educação, sendo que este é uma contribuição social cobrada das empresas. Desde 1964, as empresas são obrigadas a recolher 2,5% calculados sobre o valor da folha de pagamento dos funcionários. Até 2005, esse valor era destinado unicamente ao ensino fundamental. Assim, a Emenda Constitucional 53/2006, no seu artigo 212, inciso 5º, regulamenta o Salário-Educação: “A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do Salário Educação, recolhido pelas empresas na forma da lei”. (BRASIL, 2006, n. p.).

Essas primeiras aproximações teórico-conceituais mostram a importância da gestão democrática no ambiente da escola pública e, nesse âmbito, a gestão de recursos financeiros, que chegam às escolas para fortalecer o atendimento educativo, deve levar em conta a participação da comunidade na tomada de decisão, tanto em relação ao uso desses recursos como em sua prestação de contas.

## **METODOLOGIA**

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, será adotada a abordagem qualitativa, tendo em conta que essa perspectiva possibilita que se obtenham mais informações sobre o fenômeno observado. Nessa direção, Bogdan e Biklen (1994) apontam que os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Assim posto, entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. Os autores ainda enfatizam que, quando os dados em causa são produzidos por sujeitos, como no caso de registros oficiais, os investigadores querem saber como e em quais circunstâncias eles foram elaborados.

Para a coleta de dados, serão utilizados os seguintes instrumentos: Roteiro de análise documental e Roteiro de entrevista semiestruturada. Também, será utilizada a observação sistemática que, segundo Gil (2017), faz uso dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade e do diário de campo, instrumento pessoal dos pesquisadores, que tem caráter mais descritivo e interpretativo e traz à luz as aproximações e impressões inerentes ao sujeito e ao objeto, revelando o detalhamento e o progresso da pesquisa no quais já é possível anotar análise de acontecimentos, levantar ou derrubar hipóteses.

O estudo adotará a análise de conteúdo (FRANCO, 2008), que consiste em um procedimento analítico que pode ser aplicado a qualquer comunicação escrita, podendo, também, ser utilizado para análise de conteúdo de entrevistas, desde que devidamente transcritas, além de conteúdos de documentos oficiais, desde que relacionados ao objeto de estudo. Igualmente, imprimirá um olhar dialético (KOSIK, 2010) para apreender a totalidade fenomênica. Contará com a participação de gestores e membros do conselho fiscal de Unidades do IEMA de São Luís (MA).

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Como o estudo ainda não conta com dados empíricos, a análise ficou restrita a documentos disponibilizados em sítios oficiais. Nesse sentido, como primeiras evidências, a literatura especializada aponta que a gestão democrática enseja a participação da comunidade escolar

na tomada de decisões quanto à organização do sistema de gestão escolar, âmbito no qual a gestão de recursos do PDDE inclui-se. No que tange à legislação e às normas regulatórias, foi possível, até o momento, apreender o caráter de responsabilização da comunidade escolar quanto à utilização, ao monitoramento e à fiscalização de recursos do PDDE, indicando que a gestão de recursos públicos deve ser cuidadosa e participativa, a fim de que a direção dos recursos no ano seguinte seja mais eficiente com a tão almejada gestão democrática, participativa e transparente. A prestação de contas é parte da gestão dos recursos, trata-se de dados reunidos que facilitam o processo decisório da administração na prática. Notadamente, conseguiu-se descrever o impacto causado dessa relação. Todas as etapas devem ser realizadas com transparência e efetiva participação da comunidade escolar, garantindo que esses mecanismos possibilitem o controle social da utilização de recursos públicos que chegam diretamente às escolas.

## REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 20 dez. 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Manual de orientação para constituição de Unidade Executora Própria**. Brasília: FNDE, 2014. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/191-consultas?download=10427:procedimentos-uex-manual-de-orientacao>. Acesso em: 01 maio 2019.

EDNIR, M.; BASSI, M. A legislação relativa à educação e ao seu financiamento. *In*: EDNIR, M.; BASSI, M. (Org.). **Bicho de sete cabeças**: para entender o financiamento da educação brasileira. São Paulo: Peirópolis, 2009. p. 37-69.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio**: O dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília: Liber Livros, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KALAM, R. J. A. **O Programa Dinheiro Direto na Escola no contexto do financiamento público da educação: implementação de políticas e implicações na gestão escolar.** 2011. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática.** 6ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Heccus editora, 2015.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2010.

PINHEIRO, I. F. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - implicações na gestão, no financiamento e na qualidade do desempenho da educação básica: estudo de caso – modalidade tempo integral.** 2012. 83f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

SANTANA, K. C. **Efeitos do Programa Dinheiro Direto na Escola na gestão escolar.** 2011. 193f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

SANTOS, I. M. Política de financiamento da educação e participação da comunidade na gestão da escola. **RBPAE**, v. 2, n. 2, p. 315-329, jul./dez. 2006.

# **A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO UM PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: uma análise da atuação dos Conselhos Escolares do Município de Capitão de Campos-PI**

**OLIVEIRA, Jerffeson Miguel**

<http://lattes.cnpq.br/2221619121933057>

[prof.jerffeson20@gmail.com](mailto:prof.jerffeson20@gmail.com).

**FERREIRA, Antonio Alves**

<http://lattes.cnpq.br/4837741521158774>

[asalves2@gmail.com](mailto:asalves2@gmail.com).

## **INTRODUÇÃO**

O presente texto apresenta algumas considerações e resultados obtidos a partir da pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA). O estudo foi desenvolvido em duas escolas da rede municipal de Capitão de Campos, Estado do Piauí. O primeiro passo da pesquisa foi à investigação acerca do objeto de estudo, posteriormente, fizemos a escolha do local em que realizamos a coleta de dados, e logo após essa etapa, desenvolvemos o relatório de pesquisa, que teve como base os objetivos propostos e a problemática norteadora da pesquisa.

Este estudo teve por objetivo identificar os principais desafios enfrentados pelo Conselho Escolar das instituições pesquisadas, e como esses desafios podem impactar a efetivação da gestão democrática. A problemática ficou assim definida: como a participação do Conselho Escolar pode contribuir para efetivação da gestão democrática? Para desenvolvermos a pesquisa, contamos com uma revisão de literatura sobre o tema da democracia, participação, gestão escolar e Conselho Escolar, a fim de nortear nossas análises dos dados coletados, que se deu mediante aplicação de entrevista com os membros do Colegiado Escolar.

## **A PARTICIPAÇÃO COMO UM PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Investigamos a participação na perspectiva democrática dos modelos de democracia apresentados por Held (1994), e na perspectiva educativa defendida por Paro (2016, 2018), Bordenave (1994) e Benevides (1996). Na perspectiva democrática, a participação representou um princípio ora mais restrito, ora mais acessível ao corpo da sociedade civil, para tanto, observamos que a evolução da garantia desse direito sempre emergiu mediante pressão de grupos organizados em favor de mais participação e envolvimento da sociedade civil nas questões de ordem pública.

Com isso, diante do cenário em que o Estado que deveria assegurar os direitos sociais da população, demonstrava agir em prol das classes com interesses antagônicos ao da sociedade civil, gerou insatisfação por parte dos grupos organizados que tinham como premissa a luta pelos direitos sociais. Essa insatisfação motivou os movimentos sociais, que foram os responsáveis por parte dos direitos que passaram a ser assegurados numa perspectiva democrática, que não deveria acontecer apenas com apoio do povo, mais com o envolvimento direto de representantes dos interesses coletivos.

Através desses movimentos, aprofundamos nossas análises no modelo de democracia representativa e democracia participativa. O ponto de partida para essas análises consistiu em apontar para o marco legal que representasse uma conquista e um passo para uma sociedade em tese, democrática, esse marco é a Constituição Federal de 1988 (GASPARDO, 2018). O pressuposto da democracia participativa não seria de substituir a democracia representativa, mais de tentar preencher as lacunas deixadas pelo modelo anterior, ou seja, que fosse capaz de agir sobre os processos de decisões que envolvesse questões relacionadas aos direitos do cidadão.

Esse modelo de democracia, também faz referência à importância da participação do poder local na promoção de políticas públicas, considerando que seus representantes tivessem a liberdade de inserir no corpo das políticas públicas os interesses daqueles que até então não tinham voz e vez sobre as decisões que envolviam seus direitos.

Terminadas as análises que trataram dos modelos de democracia e do papel da participação para definição de cada um deles, concentramos

nossas análises no corpo da gestão da educação, mas permanecendo com o tema da democracia e da participação, para compreendermos até que ponto esses princípios que orbitavam a gestão pública, poderiam impactar nas adequações dos modelos adotados no interior das instituições escolares.

Para essa tarefa, tomamos em nosso corpo teórico as análises de obras de autores como Hora (2007), Antunes (2008), Sander (2007), Paro (2016) e alguns outros autores que nos encaminharam para seguintes conclusões. Primeiro que o ambiente escolar busca se adaptar as mudanças sociais, e para isso, se inspira em modelos bem sucedidos de gestão de empresas e instituições nacionais e internacionais. Tomamos o cuidado de apontar no texto dissertativo a influência que órgãos e instituições externas exercem sobre o ambiente escolar, e como as práticas de gestão podem ser manipuladas através de discursos em favor de mais participação e da implantação de modelos democráticos.

Demonstramos essa lógica através do modelo de gestão gerencial, desencadeado na década de 90, e posteriormente reafirmada nos interesses mercadológicos por meio das políticas públicas e discursos neoliberais, que tinham sob premissa a prestação de contas e gerenciamento de recursos, que repousavam sob o argumento dos princípios de eficiência e eficácia, que acabaram impulsionando a lógica da responsabilidade fiscal, cujo fulcro seria de que o poder local teria condições não apenas de gerenciar, mais também prover recursos necessários para prestação de serviços.

Demonstramos por meio de argumentos fundamentados que essa lógica feria o princípio de cooperação entre os entes federativos, que abordou de forma subvertida o sentido da autonomia requerida sob a gestão, uma vez que não se tratava de responsabilização, mas de ter autonomia para decidir a melhor forma gerir os recursos, e para isso, contaria com o apoio da comunidade. Com isso, a democracia ficou fragilizada e muitos grupos acabaram desdenhando de sua real função, fazendo uso demasiado do termo em discursos que propunham justamente uma manobra para a lógica do Estado mínimo, que afetaria significativamente o campo da gestão pública e dos direitos sociais, em especial a educação.

Nesse sentido, a influência que a gestão escolar sofreu e sofre de órgãos externos, representa um retrocesso no processo democrático

e fere o princípio educativo que foi defendido em nossas análises, pois condiciona o processo educativo as pressões externas e ao impacto que o capital causa, principalmente quando debatemos a lógica do ranqueamento como objetivo das avaliações internas e externas, como em alguns textos de lei, como constatamos na Meta 19 do PNE, aprovado pela Lei 13.005/2014, em relação aos critérios para provimento dos cargos de diretor escolar.

A partir deste ponto, focamos nos Conselhos Escolares, buscando identificar como estes órgãos colegiados se originaram, quais questões marcaram sua gênese, seus princípios norteadores e os desafios enfrentados para adquirir sua identidade própria. Tendo feito a investigação, direcionamos para o foco do nosso trabalho que seria analisar os Conselhos Escolares em duas escolas previamente selecionadas. Uma com Conselho parcialmente reestruturado e outra com o Conselho totalmente reestruturado, inclusive contando com membros que iriam trilhar a primeira experiência como membro do Conselho Escolar, é sobre esse tema que discorreremos a próxima seção, em que apresentaremos nossas conclusões derivadas da análise dos dados coletados em campo.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho é uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE, UEMA; Brasil. Realizamos levantamento bibliográfico e aplicamos entrevistas semiestruturadas, partindo da subjetividade do objeto de estudo, trabalhamos com abordagem qualitativa. Nesse sentido, nosso universo da pesquisa foi composto por membros dos Conselhos Escolares de duas instituições do Município de Capitão de Campos, Estado do Piauí.

Para o processo de análise de dados, focamos na técnica de análise de conteúdo, que Bardin (2016) a descreve como sendo um processo que ocorre por meio de vários passos, desde a transcrição dos dados até o processo de interpretação dos dados coletados. Os resultados detalhados estão presentes no relatório de pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento da pesquisa contou com a aplicação de entrevistas com os membros dos Conselhos Escolares das escolas pesquisadas, como instrumento para coleta de dados, caracterizando-se como pesquisa qualitativa. Posterior a essa etapa, realizamos a transcrição e interpretação dos dados coletados, da qual apresentamos uma síntese dos resultados a seguir.

Os Conselhos sempre fizeram parte dos entraves presentes na sociedade, desde que os conflitos existiram, houve a necessidade de interventores, ou seja, em sua gênese os conselhos tinham como função o apaziguamento dos conflitos que se desenhavam no interior dos grandes poderes.

Com o avanço na garantia dos direitos do povo e seu maior envolvimento na luta pelos seus direitos, a participação ganhou mais visibilidade e abriram-se os caminhos para criação de mecanismos que viabilizassem essa prática, nesse momento, os conselhos assumiam uma função mais de envolvimento e aconselhamento, que predominaram sobre a de mediação. Essas foram às três funções primárias que marcaram a gênese e desenvolvimento dos Conselhos.

No poder local, os Conselhos ganharam força e mais funções mediante o processo de democratização do país, marcado pela abertura de espaço para participação da sociedade civil nas políticas públicas. Conforme já discorreremos, as instituições escolares mantiveram-se influenciadas pela prática positiva de gestão presente nas empresas, e esse movimento também impulsionou a criação de mecanismos no âmbito da escola para possibilitar mais participação da comunidade local nos processos de tomada de decisões. É sob essa perspectiva que se instituíram os Conselhos em âmbito Federal, Estadual e Municipal, com várias funções entre elas, deliberar e fiscalizar as ações desenvolvidas e a aplicação dos recursos recebidos.

Nossas primeiras análises apontaram que tantos os membros do Conselho da escola “A” quanto os da escola “B” compreendem a importância da existência de órgãos colegiados no interior das instituições escolares, nesse sentido, consideramos crucial que exista essa consciência, pois essa existência é um reflexo dos vários movimentos sociais em favor de mais participação e da garantia dos direitos sociais.

Outro ponto que nos chamou atenção foi à questão da representatividade, caracterizada na forma como os Conselhos estão organizados, considerando que todos os segmentos da escola e da comunidade devem ter seus representantes no corpo do Conselho Escola, seguindo o princípio da disparidade dos pares, da qual observamos que esse princípio não foi seguido em nenhuma das instituições.

Embora representando uma fragilidade no tocante a sua estrutura, constatamos que para realização das assembleias/reuniões os Conselheiros eram consultados sobre as questões mais urgentes, e que tinham voz e vez para se pronunciarem durante esses momentos. Um dos pontos mais significativos foram os relatos descrevendo que as opiniões e sugestões expressas eram levadas em consideração no momento de deliberação, nesse sentido, um Conselho ativo é determinante para efetivação da gestão democrática.

Para concluirmos, destacamos que esses fatores foram relevantes para elaboração das pautas e também para assegurar o caráter democrático da gestão da escola, além de representar um avanço para gestão e ganho para comunidade, que passou a ter seus interesses representados no interior da escola. Já em relação aos desafios e perspectivas, foi observado que um dos maiores desafios é a resistência, em que foram apresentados como argumentos, à falta de conhecimento das funções e atribuições dos conselheiros e a alta carga de responsabilidade atribuída a esses cargos. E o desafio do envolvimento, em que muitos membros, apesar de compreenderem a importância do órgão colegiado, nem sempre procuram interferir nas decisões ou mesmo envolver-se nas questões da escola, assim, às vezes o Conselho seguiu apenas em interações, sem práticas efetivas.

No tocante as perspectivas, identificamos que para os conselheiros, esses mesmos desafios representam também oportunidade para aprender, mais entendem que para isso, é necessário que existam projetos de intervenção, o que possibilitou refletirmos ainda mais nosso Produto Técnico Tecnológico, que é um Curso de Formação Continuada em Conselho Escolar.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Os Conselhos estão resguardados como princípio da gestão democrática e visam assegurar o direito de participação, conforme descreve o texto da Constituição Federal de 1988 e da LDB 9.394/96, que garante a presença de representantes da comunidade em órgãos colegiados ou equivalentes. As análises construídas nos possibilitaram uma melhor compreensão das questões que circundam os Conselhos Escolares, identificando alguns dos principais problemas e as perspectivas dos sujeitos em relação à prática de participação.

Observamos também que existem várias semelhanças entre os Conselhos das instituições pesquisadas, o principal é em relação aos problemas, uma vez que os vivenciados são reflexos dos que os sujeitos esperam vivenciar enquanto membros, e o outro ponto a ser observado é que as perspectivas de superação dos problemas vivenciados já é uma questão conscientizada entre os membros que estão iniciando suas experiências participativas, isso nos remete ao que foi analisado na revisão de literatura, de que ninguém nasce sabendo participar, mas, é uma prática que se aperfeiçoa através da experiência.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ângela. *Aceita um Conselho? como organizar o colegiado escolar*. 3ª ed. São Paulo: Cortez / Instituto Paulo Freire, 2002, v. 8.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. 3ª reimp. da 1ª edição. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, p. 223-237, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/yKyLWKGyV8TNKLLKrRR6LpD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 Ago. 2021.

BORDENAVE, Juan. E. Dias. **O que é participação**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 13 Set. 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 13 Set. 2020.

BRASIL, Constituição. Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. **Brasília: Ministério da Educação**, 2014. Disponível em: [https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acesso em: 13 Set. 2020.

GASPARDO, Murilo. Democracia participativa e experimentalismo democrático em tempos sombrios1. **Estudos Avançados**, v. 32, p. 65-88, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/jGVkdSF8SjLPjQkxCckWTQG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 Ago. 2021.

HELD, David. **Modelos de democracia**. Tradução: Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte, MG: Editora Paidéia Ltda. 1987.

HORA, Dinair Leal. **Gestão educacional democrática**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

PARO, Victor Paro. *Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino*. 2ª Ed. Rev. São Paulo: Intermeios, 2018. 136p.

PARO, Vitor. Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SANDER, Benno. **Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento**. Brasília: Liber Livro, 2007.

# A GESTÃO ESCOLAR E OS PROJETOS DE EXTENSÃO NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IEMA EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO

**CAMILO, Jonhatan de Matos**

<http://lattes.cnpq.br/4448303978344003>

[jmccamilo@gmail.com](mailto:jmccamilo@gmail.com).

**DUARTE, Ana Lúcia Cunha**

<http://lattes.cnpq.br/7783722596524788>

[duart\\_ana@hotmail.com](mailto:duart_ana@hotmail.com).

**WIEBUSCH, Andressa**

<http://lattes.cnpq.br/7775729173383975>

[andressagpfope@gmail.com](mailto:andressagpfope@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A temática ora proposta versa sobre o papel da gestão com vistas à implementação de projetos de extensão no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA em São Luís do Maranhão a fim de que sejam publicizadas as práticas de gestão escolar adotadas no Instituto. Como tal, trata-se de uma temática escolhida no intuito de apresentá-la em um evento de cunho científico e não um recorte do projeto de dissertação. O IEMA é uma instituição de ensino autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC e tem como objetivo oferecer educação profissional, científica e tecnológica de nível médio e superior de forma pública, gratuita e de qualidade, buscando o desenvolvimento social, tecnológico e econômico do Maranhão.

O IEMA foi criado na perspectiva de ampliar a oferta de Ensino Médio no Maranhão, de educação profissional, científica e tecnológica. O IEMA tem como proposta implantar o Instituto em todas as regiões do Estado, oferecendo à sociedade condições e oportunidade para o desenvolvimento dos seus potenciais, respeitando as necessidades locais e as prioridades estratégicas do Maranhão. Partindo-se do princípio fundamental de uma gestão escolar democrática e participativa, compreende-se que a gestão corresponde a um processo político que envolve vários profissionais, dentre eles, gestores, supervisores,

professores, alunos, pais e funcionários em geral, com o objetivo de estabelecer um canal de diálogo aberto, no qual possam discutir assuntos, deliberar, planejar, solucionar problemas e também tomar decisões em conjunto que proporcionem um melhor desenvolvimento da escola.

Uma gestão escolar democrática e participativa deve ser pautada em quatro fundamentos importantes: participação de todos os integrantes da escola em reuniões, o pluralismo, a autonomia da gestão e a transparência. Para que se tenha uma gestão democrática é preciso ter participação, pois são indissociáveis. A participação de todos os integrantes da escola em reuniões pedagógicas e estruturais é de fundamental importância, pois nesse espaço é preciso ouvir todas as opiniões para que possam ser avaliadas e terem o consentimento e aprovação de todos. É nesse contexto de ouvir opiniões que se adentra no segundo fundamento, o pluralismo, que se refere a uma abertura de espaço para que pensamentos diferentes possam entrar na pauta da discussão, ainda que sejam conflitantes, em busca de um consenso que favoreça ambas as partes e que traga melhorias para a escola.

Guiar os caminhos de uma escola caracteriza um grande desafio para os gestores, ainda mais quando se considera as mudanças provocadas por um processo intenso de globalização, o que tem ocasionado mudanças no comportamento e no modo de vida das pessoas, essa problemática torna-se um desafio a ser gerenciado pelo indivíduo que pretende ser gestor em uma instituição de ensino.

Partindo de tais pressupostos, a proposta de pesquisa em tela terá como ponto central de investigação o papel desempenhado pelo gestor na implantação de projetos de extensão na educação básica, com ênfase nos alunos do Ensino Médio, público do IEMA, visando contribuir na perspectiva social na vida do aluno e de sua família, de modo a melhorar sua autoestima, a incentivar a praticar esporte, a evitar ficar suscetível à vulnerabilidade social e se envolver em situações de risco social.

Com base no exposto, a problemática desse estudo gira em torno do seguinte questionamento: Como são desenvolvidos projetos de extensão no IEMA e como a gestão pode atuar para promover ações de projetos de extensão de ensino?

O propósito de oferecer projetos de extensão para alunos do Ensino Básico está em oferecer cursos e atividades que possam afastá-

los do ócio improdutivo e que possam ter tempo para praticar esportes, ter uma atividade que não possam custear e tenham vontade de ocupar seu tempo e melhorar sua autoestima e relações sociais.

No viés social, essa pesquisa contribui para o debate em torno da importância de propor projetos nas comunidades e promover a abertura do campo da comunicação a reflexões e iniciativas que coloquem a juventude como protagonista de suas histórias, e não apenas receptores apáticos de uma mídia dominante, que, na maioria das vezes, não se atenta às questões minoritárias e periféricas da sociedade.

Dessa forma, a pesquisa em questão se faz relevante uma vez que se pretende colocar a gestão como mecanismo democrático para promoção de uma formação cidadã, assim como destaca Lück (2000), na medida em que o papel do gestor deve ocupar uma posição de destaque no que se refere às mudanças necessárias com vistas à transformação da realidade há muito tempo vivenciada na educação brasileira. Razão pela qual se escolheu o IEMA, por apresentar uma gestão democrática e participativa e para que se possa conhecer e compreender as práticas de gestão escolar adotadas pelo Instituto para que se tenha uma gestão democrática e de proporcione um ensino de qualidade.

A gestão escolar e suas transformações e necessidades de mudanças têm sido objeto de estudo de vários autores que trabalham essa questão destacando pontos urgentes que efetivamente podem subsidiar para uma melhoria na qualidade da gestão das escolas brasileiras: questões como das eleições comunitárias e/ou adoções de critérios técnicos específicos para escolha dos gestores da escola; a questão da autonomia; uma gestão não só democrática, mas participativa, além da permanente formação dos gestores. Logo, torna-se de suma importância que estes gestores tenham uma formação consistente e trabalhada de forma contínua frente às mudanças que ocorrem cada vez mais rápido no mundo globalizado, de forma que possam desenvolver habilidades específicas que poderão assegurar a melhoria da gestão das escolas.

O objetivo geral desse estudo consiste em analisar os projetos de extensão em execução no IEMA - São Luís e de que forma os Gestores podem contribuir nessa perspectiva da implantação desses projetos. Como objetivos específicos destacam-se: Investigar como tem sido implementada a política de gestão institucional no IEMA - São Luís com

atenção aos processos democráticos; Sistematizar o papel dos gestores mediante as novas exigências educacionais para a efetivação de uma gestão democrática, autônoma e participativa; Analisar, por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional, das Diretrizes Operacionais, do Modelo Pedagógico e da Tecnologia de Gestão Educacional, pilares da proposta pedagógica do IEMA e das propostas dos projetos de extensão, bem como as atribuições e o papel desempenhado pelo gestor nesses projetos.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A extensão universitária consiste em atividades acadêmicas que abrangem a educação, saúde, comunicação, justiça, arte, cultura, direitos humanos, tecnologia, meio ambiente e produção de trabalho, que permitem a aplicação prática dos conhecimentos obtidos durante a formação acadêmica, bem como produção de novos saberes, dentre estas atividades pode-se citar: seminários, palestras e exposições, que se caracterizam como eventos que acontecem em curto período de tempo; minicursos, projetos de extensão de ação contínua, programas especiais e programas permanentes (PAULA, 2013).

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (TAUCHEN; MONTEIRO; VIERO, 2012, p. 18).

Santos (2012) define as atividades extensionistas como um instrumento de aprendizagem que gera não só melhorias à sociedade, mas também proporciona uma formação cidadã e profissional de qualidade aos discentes. Nessa mesma linha de pensamento, o autor supracitado complementa afirmando que a extensão universitária deve ser entendida como “um conjunto de ações integradas e um

processo acadêmico-científico, com rigor estrutural, padronização de conceitos e normas, metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazo, planejamento e avaliação de seus métodos, resultados e impactos sociais”.

A extensão é um instrumento de interação entre comunidade e universidade, que funciona como um sistema de retroalimentação, onde a universidade oferece assistência e conhecimento, recebendo influxos da população e que desta forma torna-se possível atender as necessidades dos cidadãos e proporcionar melhores condições de vida a todos. Desta maneira, pode-se afirmar que a extensão proporciona mudanças no processo ensino- aprendizagem, pois representa um instrumento que correlaciona a teoria à prática (NUNES; SILVA, 2011).

Tauchen; Monteiro; Viero (2012) classificam a extensão como atividade-meio da universidade, pois consideram que é por intermédio destas que a universidade consegue alcançar seus objetivos. Para os autores supracitados o Estatuto das Universidades Brasileiras expressa que as atividades extensionistas visam “prolongar, em benefício coletivo a atividade técnica e científica dos institutos universitários”, com o objetivo de propagar o saber à população e solucionar problemas de caráter social. O ensino associa teoria à prática, com isso aperfeiçoa as habilidades pertinentes para uma formação de qualidade. A pesquisa consiste em um instrumento fundamental de incentivo à produção científica, que estimula o discente a refletir, questionar e investigar questões relevantes. Acerca da extensão torna-se importante frisar a possibilidade de troca de saberes e experiência entre alunos e comunidade, dentro e fora da universidade (PAULA, 2013).

Vale ressaltar as palavras dos autores Biondi; Alves (2011) acerca da extensão universitária: “A concepção do compromisso social da universidade permite identificar os dois objetivos básicos da extensão universitária. O primeiro é formar um aluno comprometido com a realidade do país e com a diminuição das diferenças sociais. O segundo objetivo é a formação da cidadania”. Com isso o autor ressalta que a extensão viabiliza uma conexão entre a universidade e a comunidade, havendo desta forma uma troca de conhecimento, onde ambas as partes se beneficiam.

É necessário frisar que a extensão exerce uma interação entre discentes, docentes e comunidade com o objetivo de despertar um senso

crítico, gerar hipóteses, construir novos saberes, incentivar o pensar e atuar de acordo com a realidade social (DIEHL; TERRA, 2014).

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada para a elaboração deste trabalho tem como principal finalidade obter o máximo de informações possíveis sobre as práticas, estratégias e processos de ações da gestão escolar participativa e democrática com destaque para a implantação dos projetos de extensão na Educação Básica.

Inicialmente, far-se-á uso da pesquisa bibliográfica que na visão de Brasileiro e Santos (2007) compreende um estudo que foi elaborado com base na obtenção de todo o material publicado de um determinado assunto. E busca conhecer, analisar, e assim poder identificar consensos ou discordâncias, apontar lacunas do conhecimento e direcionar trabalhos futuros. Ressalta-se ainda que tal pesquisa consiste naquela desenvolvida a partir de material já existente, como livros e artigos científicos que tratem sobre gestão escolar e propostas de projetos de extensão no ensino básico, bem como de outras formas de publicação, como artigos e periódicos.

Utilizar-se-á do método de estudo de caso, haja vista que será focada no IEMA, investigando fenômenos atuais, através da observação detalhada deste contexto. Segundo Yin (2005, p. 22), “o estudo de caso é uma investigação empírica que permite o estudo de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Com a finalidade de averiguar as práticas de gestão educacional e suas contribuições com a implantação de projetos de extensão no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, buscando estabelecer o nível de conhecimento desses em relação à temática proposta. Nesse sentido, as perguntas versarão acerca do conhecimento e a opinião que os mesmos têm sobre a importância desses projetos para o aluno e para a escola, possibilitando uma análise qualitativa das respostas, construídas de acordo com os indicadores definidos.

A análise dos dados colhidos no presente trabalho será construída a partir de uma abordagem qualitativa. Para Richardson (2009), a abordagem qualitativa de um problema se justifica por esta ser a mais

adequada para entender a natureza de um fenômeno social, no qual assegura que:

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 2009, p. 80).

A pesquisa qualitativa busca a compreensão de um determinado fenômeno em profundidade, na medida em que se utiliza de questionamentos “como” e “por que”, em detrimento de dados estatísticos, regras ou visões holísticas, já que segue num viés de analogias, interpretações e descrições.

A pesquisa também terá um viés quantitativo, pois os dados obtidos serão organizados para efeito de melhor tratamento estatístico e análise. Portanto serão classificadas e definidas as variáveis para o efeito e tratados em programa do Microsoft Office Excel 2013, utilizando os gráficos, as tabelas juntamente com as respectivas legendas. A posteriori serão interpretados os resultados desta análise a fim de que se possam tecer as considerações e retirar as conclusões pertinentes ao estudo.

Para a execução plena deste projeto serão contemplados os aspectos teóricos e estudo de caso que implicam o desenvolvimento dos seguintes procedimentos metodológicos:

- Levantamento e análise da bibliografia relacionada com o tema e a área-objeto do estudo, contemplando: artigos, livros, textos, revistas, monografias, dissertações e demais trabalhos científicos que versem sobre a temática ora proposta com o propósito de contemplar um embasamento teórico mais consistente e corroborar significativamente com as conclusões que serão inferidas;
- Aplicação de questionários a serem realizados com a equipe gestora do IEMA-MA para averiguar as contribuições e importância da gestão na proposta de projetos de extensão no Instituto;
- Sistematização do material teórico, tabulação e interpretação dos dados a fim de fundamentar e corroborar com a temática proposta.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Em face do exposto nesse trabalho, depreende-se que a proposta de projetos de extensão contribui para a formação do aluno em uma perspectiva de desenvolvimento social, construção de conhecimentos e oferece melhores condições de vida para a comunidade científica e popular, ou seja, é papel da extensão expandir à população o saber elaborado no ambiente acadêmico.

Como tal, ressalta-se que a escola tem a função pedagógica, mas também possui função social, sendo considerada um espaço de produção e disseminação de conhecimento científico, tornando-se pertinente utilizar-se do ensino e da extensão para desenvolver seu papel fundamental. Além disso, torna-se relevante afirmar que o conhecimento apenas pode ser ensinado se já estiver sido explorado/pesquisado, e assim somente pode se perpetuar se houver a extensão como instrumento de articulação entre escola/universidade e sociedade.

No tocante ao gestor, tem-se que esse ao realizar intervenções através dos projetos de extensão está adotando uma postura democrática, na medida em que tem o condão de conscientizar os alunos a priorizar o convívio escolar com justiça, diálogo, ética, solidariedade e respeito mútuo em que prevaleça o diálogo, logo consegue transformar o ambiente escolar num espaço favorável à aprendizagem e a socialização de todos os alunos, haja vista ser o principal responsável em manter o ambiente escolar salutar, evitando que se desencadeie qualquer tipo de situação delicada ou que fuja da normalidade adotando ações intervencionistas na escola que pode ser desde a formação de professores até a inclusão da sociedade no processo.

## REFERÊNCIAS

BIONDI, D.; ALVES, G. C. A extensão universitária na formação de estudantes do curso de engenharia florestal – UFPR. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v. 26, p. 209-24, jan./junho. 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3357>. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASILEIRO, A. M. M.; SANTOS, V. P. dos. **Estilo e método: produção de trabalho acadêmico**. Ipatinga: Damasceno, 2007.

DIEHL, B. T.; TERRA, E. L. Indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão: do legal ao real. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 29, n. 1, p. 133-153, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rh/article/view/6488>. Acesso em: 20 out. 2022.

LÜCK, Heloisa. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. In. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33. fev./jun. 2000. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2634>. Acesso em: 22 out. 2022.

NUNES, A. L. de P. F.; SILVA, M. B. da C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Rev. Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, n.7, p. 119-133, julho/dez. 2011. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/view/60>. Acesso em: 19 out. 2022.

PAULA, A. K. R. de. **Atividade de extensão como processo de formação acadêmica: um relato de experiência**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, M. P. dos. Extensão universitária: espaço de aprendizagem profissional e suas relações com o ensino e a pesquisa na educação superior. **Rev. Conexão**, Ponta Grossa/PR, v.8, n. 2, p.154-163, jul./

dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/4547>. Acesso em: 15 out. 2022.

TAUCHEN, G.; MONTEIRO, M. C. M.; VIERO, T. V. Políticas, concepções e ações de extensão na educação superior brasileira. **Rev. Momento**, Rio Grande, p.09-28, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/2390>. Acesso em: 10 out. 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

# **A GESTÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL EM PAÇO DO LUMIAR-MA: análise de políticas implementadas com docentes dos anos iniciais do ensino fundamental.**

**PEREIRA, Karoliny Reis**

<http://lattes.cnpq.br/2084715800569225>

[karolreispereira28@gmail.com](mailto:karolreispereira28@gmail.com)

**PAIXÃO, Maria do Socorro Estrela**

<http://lattes.cnpq.br/1297954822381544>

[mse.paixao@ufma.br](mailto:mse.paixao@ufma.br)

## **INTRODUÇÃO**

Considerando a importância da Formação Continuada em Serviço para a qualificação docente, e a elevação da qualidade do ensino, o tema abordado neste trabalho é a Gestão da Políticas de Formação Continuada com professores e professoras da rede pública municipal de Paço do Lumiar - MA, com enfoque nos anos iniciais do ensino fundamental. Como bem afirma Minayo (2016), toda investigação se inicia com um problema ou pergunta, esta pesquisa tem como indagação principal: como é a gestão da política de formação continuada de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública do município de Paço do Lumiar-MA? Sendo assim, a importância em refletir sobre a gestão da formação continuada com professores (as) da Educação Básica, sobretudo dos anos iniciais do ensino fundamental, reside no fato de que, é uma ação de análise sobre a própria qualificação e a valorização daqueles que formam a base da educação em nossos municípios, estados e país.

Para tanto, o principal objetivo desta pesquisa é analisar a gestão da política de formação continuada de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública do município de Paço do Lumiar-MA. E os objetivos específicos que o compõem são identificar as bases legais, documentais e bibliográficas, que tratam da política de formação continuada de professores, em âmbito nacional, estadual e municipal; descrever recursos (materiais, pedagógicos, financeiros, infra estruturais

e humanos), bem como estratégias de implementação (local, duração e frequência) utilizados na prática de formações em serviço, na rede municipal de Paço do Lumiar-MA; compreender as abordagens teórico-metodológicas e respectivas intencionalidades políticas e pedagógicas, usadas para a fundamentação de conteúdos formativos desenvolvidos nas escolas da rede municipal; discutir formas de acompanhamento e avaliação da formação em serviço, desenvolvida na rede municipal, bem como possíveis implicações para o desenvolvimento profissional docente; por fim, propor a elaboração de uma plataforma virtual para indicação de demandas formativas para a rede pública municipal de Paço do Lumiar-MA, de acordo com a realidade escolar e as necessidades/possibilidades de sujeitos implicados em processos formativos.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) que explicita a importância da qualificação dos profissionais docentes nas redes de ensino, e define alguns parâmetros para a formação continuada de professores, colocados nas palavras a seguir:

Art. 67 – Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: [...] aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico para esse fim; [...] período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho (BRASIL, 1996).

O entendimento de Nóvoa (1992, p. 27), é que, o desafio maior “[...] está na valorização de paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas”. Nesse sentido, é importante que a Gestão Educacional promova formações com os professores/as, em que possam contribuir com as experiências que têm, pois conhecem as demandas por fazerem parte do cotidiano escolar e serem testemunhas dos acontecimentos positivos ou não.

Sobre a reflexão crítica a respeito da prática docente, Freire (2021) aponta que se trata de uma exigência que emerge da relação teoria e prática, sem a qual, a teoria poderá se tornar palavras destituída de um significado real, de sentido, de contextualização, e a prática se esvaziará, tornando-se mero ativismo.

As vivências habilitam-nos/as para o enriquecimento das discussões, para a busca de soluções viáveis e para o aperfeiçoamento dos resultados, além da consequente qualificação profissional, pois como bem afirma Libâneo (2004, p. 229) “[...] não basta saber sobre as dificuldades da profissão, é preciso refletir sobre elas e buscar soluções, de preferência, mediante ações coletivas”.

## **METODOLOGIA**

Ao se desenvolver uma pesquisa é necessário fazer opções, escolher rotas e elementos viabilizadores daquilo que se pretende produzir. Desse modo, para o desenvolvimento da pesquisa é traçado um percurso teórico-metodológico que, pode ser entendido como um planejamento, e como sequência minuciosa de métodos e procedimentos científicos a serem realizados no decorrer da investigação, de modo que as intencionalidades se concretizem. Além desse aspecto, a metodologia de uma pesquisa viabiliza o atendimento de critérios como menor custo, maior fluidez, eficácia e confiabilidade nas informações e argumentações apresentadas, pela rigorosidade que pressupõe o método científico.

Assim, a investigação opta por uma abordagem quanti-qualitativa pela defesa que essa relação dialética é necessária para a compreensão pretendida. Ao considerar a abordagem qualitativa, não se pretende generalizar as perspectivas e sentidos sobre a gestão da formação continuada na rede municipal, mas evidenciar diferentes discursos, sentidos, produzir significados, considerar as subjetividades que fazem parte dos/as sujeitos/as da pesquisa, representados/as, aqui por um recorte, pois não é possível dar voz a totalidade que faz parte da formação na rede pública municipal de Paço do Lumiar; todos/as os/as professores/as em exercício nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A metodologia toma como ponto de partida um mapa teórico, entretanto, a busca por novas produções, por novas respostas e por novas indagações se constitui como desejo contínuo. A afirmação fundamenta-se na

defesa de que o conhecimento não é algo pronto, dado, mas está em construção que se faz e refaz constantemente (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Dessa forma, partiremos da revisão de literatura, de documentos municipais relacionados a política de formação em questão, bem como, de legislações pertinentes - nacionais, estaduais e municipais, que atravessam a construção deste trabalho.

Como bem afirma Minayo (2016), o apoio de revisões bibliográficas em estudos já feitos numa mesma área de pesquisa nos ajuda a identificar aqueles questionamentos já feitos e que poderão servir como primeiras respostas, além de apontar o caminho para que outros questionamentos sejam feitos, destacando o que já foi trabalhado e as carências para melhorar a abordagem. Compreendemos que a revisão de literatura é um meio, ou um conjunto de meios para o embasamento teórico da investigação, alicerce que pode ser percebido no transcurso de todo o texto. Ainda nesta fase exploratória, de acordo com Minayo (2006), após a delimitação do objeto e definição dos objetivos, construção do marco teórico conceitual, procederemos à seleção dos instrumentos de construção e coleta de informações. A partir do pensamento de Minayo (2016) entendemos que as entrevistas são consideradas como conversas que possuem uma finalidade e se classificam de acordo com sua forma de organização. Para Kaufmann (2013) a unidade principal de referência é a palavra gravada. Na explicação, Paixão (2015, p. 42) “Os dados qualitativos são recolhidos de modo que a palavra registrada no gravador se torna o elemento central do dispositivo e deve servir como guia para analisar os sentidos e as mediações”, neste caso, em situação formativa descrita pelos/as sujeitos/as da pesquisa. Por isso, a pesquisadora faz o exercício “[...] de se colocar intensamente na escuta” (KAUFMANN, 2013, p. 81). A esse respeito, a escuta é sobre o “[...] dito pelas interlocutoras, refletindo a respeito enquanto falam, para não correr o risco de, posteriormente, ter que fazer elaborações ricas com um material pobre ou cheio de lacunas”. (PAIXÃO, 2015, p. 42-43).

Por sua importância, e apoiados em Minayo (2016) esta pesquisa realizará observações participantes, ou seja, intenta-se observar as formações continuadas em desenvolvimento, no momento de sua execução. Apesar da pretensão e complexidade que esta ação pode trazer, posso afirmar enquanto professora da rede pública municipal de Paço do

Lumiar-MA, que algumas formações são realizadas por meio remoto, o que poderá viabilizar minha participação enquanto pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA).

Além disso, serão realizadas entrevistas em que as perguntas abordam temáticas, de maneira que, a pessoa ou as pessoas que respondem, possam discorrer livremente sobre o assunto tratado sem perder de vista a indagação que havia sido formulada. A entrevista também se constitui como uma opção viável pois como bem afirma Minayo (2016), podemos aprofundar as reflexões sobre o tema proposto, sem estar limitado por respostas prontas e previamente definidas. No que diz respeito às perguntas abertas, podemos analisar informações mais subjetivas que, embora demandem interpretações mais atentas e minuciosas, nos dão informações mais amplas. Nessa lógica, é importante focalizar que a pesquisadora como sujeita-objeto da pesquisa, como parte da totalidade que compõe o quadro de servidores/as do município, especificamente, da secretaria de educação e do segmento investigado. Significa que quem realiza a pesquisa está implicado no processo criativo e investigativo. Ao lermos Lourau (1975), observamos que a implicação é uma relação que estabelecemos com diferentes instituições que nos constituem e nos atravessam de forma espontânea: “[...] estar implicado [...] é ao fim de tudo admitir que eu sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar” (LOURAU, 1975, p. 88). A pretensão de identificação de sentidos e percepções a respeito da gestão da formação continuada na rede pública municipal de Paço do Lumiar, remete a essa relação objetivar-objetivado porque, quem investiga também é investigado, quem pergunta, de alguma maneira, também responde.

O campo de observação colaborativa e os sujeitos/as envolvidos/as nessa etapa da pesquisa são, respectivamente: a Secretaria Municipal de Educação em Paço do Lumiar, e a equipe técnica responsável pelas Formações Continuidas, a saber Coordenações dos Anos Iniciais, Currículo e Alfabetização, por entendermos que são esses os sujeitos que planejam, organizam e implementam e avaliam as formações em serviço. Concordamos com Minayo e Guerriero (2014) em que a qualificação da seleção dos sujeitos incluídos na pesquisa está naquela em que é possível abranger a totalidade do problema investigado,

considerando a existência de múltiplas dimensões. É oportuno explicar que denominamos de sujeito, o humano-histórico que diante do real se pronuncia, se expressa, cria, transforma. Busca-se com este contato descrever e analisar o percurso metodológico adotado pela Gestão Educacional na composição e organização das formações continuadas dos professores, bem como o teor das políticas adotadas nesse processo. Após o levantamento das informações, temos o tratamento e análise do material obtido com as entrevistas e observações de campo. Dessa forma, serão analisados os dados expressos em cada resposta, com precisa interpretação deles, à luz das teorias e conceitos que embasam a pesquisa.

Gomes (2016), destaca a decomposição do material a ser analisado, descrição dos resultados organizados em categorias, interpretação dos resultados obtidos com o auxílio do referencial teórico adotado. Se houver necessidade, o retorno ao campo de pesquisa será considerado. A luz dos dados e informações obtidas com o levantamento bibliográfico, documental e com campo, é produzido o texto da dissertação, com destaque para o nível de alcance dos objetivos propostos, a resposta alcançada para a questão de partida e possíveis mudanças no percurso metodológico, além de proposições para o enriquecimento dos processos formativos. Com base nos depoimentos dos docentes, observações colaborativas e as demandas que apresentarem em face das possibilidades de sua execução, sob a proposta inicial de uma plataforma virtual de cursos, em que os(as) professores/as podem encaminhar sugestões de temas e recursos a serem utilizados nas formações, deve ser aprimorada a estrutura e composição do Produto Técnico Tecnológico (PTT), como forma de aproximação entre escolas e entre elas e a Secretaria de Educação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Considerando esta primeira etapa de levantamento das bases teóricas, fundamentais para esta pesquisa, é possível destacar a relevância de alguns estudos que tratam o tema da Gestão da Política de Formação Continuada. Com base nos pressupostos descritos na letra do dispositivo legal que regulamenta a educação em nosso país, a LDB n° 9394/96, é possível perceber que não somente os professores/as são responsáveis

pela promoção de sua formação continuada, mas é atribuição dos sistemas de ensino, mediante a organização de sua gestão educacional e escolar promover espaços de estudos e qualificação com professores/as dentro da carga horária de trabalho, o poder público estimular e, ajudar as organizações do professorado para que cumpram o dever da formação permanente (BRASIL, 1996). “E onde os próprios organismos sindicais não puderem fazer, que o faça o Estado” (BRASIL, 1996). A defesa freiriana toma como tese explicativa a defesa, o fortalecimento e o valor que é

[...] necessário que os sistemas de ensino criem as condições próprias para que isso se torne possível, rompe assim com a imputação ao professor de toda a responsabilidade pela sua [...] formação que deve, portanto, ser uma preocupação coletiva articulada com a política do Estado. (FREIRE, 2001, p. 219).

Neste aspecto compreendendo também o planejamento e a avaliação do processo de ensino e aprendizagem. No que concerne à formação continuada nas redes estaduais e municipais, ou seja, da rede pública de ensino, estudo de Gatti, Barreto e André (2011, p. 199) constata que alguns obstáculos são identificados quando a pretensão de implementação de formação continuada na rede. Dentre os encontrados e que podem ter relação com esta investigação, destaca-se “[...] não retirar o(a) professor(a) da sala de aula para participar das formações. Isso faz com que as ações formativas sejam realizadas no período noturno ou aos sábados, o que provoca muita resistência”. (GATTI, BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 199). Outras dificuldades indicadas foram “[...] déficit de formação inicial, rotatividade dos professores, resistência dos professores a falarem sobre suas práticas!” (GATTI, BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 199), aspectos percebidos pelas pesquisadoras e que podem ser investigados no trabalho em curso, na rede municipal de Paço do Lumiar-MA.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

A Formação Continuada é uma expressão da valorização e reconhecimento daqueles/as que preparam a base da educação em

nossos municípios, estados e país, uma vez que, são estes profissionais que iniciam os processos de leitura, escrita, operações matemáticas fundamentais, conceitos científicos adaptados aos níveis escolares, estudos sobre acontecimentos históricos, dentre outros conteúdos e disciplinas escolares que contribuem para o desenvolvimento dos educandos.

Por essa razão, é pertinente analisar de que maneira a gestão educacional tem observado a política nacional de formação continuada e, mediante seus parâmetros, tem organizado, desenvolvido e avaliado essas formações, bem como seus resultados e impactos na educação básica no município de Paço do Lumiar, no que se refere à rede pública de ensino. É preciso ressaltar que, até o momento, esta pesquisa deteve-se apenas na busca, análise e estudo das bases teóricas e conceituais que norteiam o objeto de estudo que a ser investigado, a saber: a Gestão da Política de Formação Continuada desenvolvida no município de Paço do Lumiar-MA, ou seja, encontra-se ainda nesta etapa da fase exploratória.

Com base nos trabalhos e demais publicações que tratam deste tema é possível perceber sua relevância para o aperfeiçoamento dos processos formativos com professores e professoras, por ser um elemento da composição do seu desenvolvimento profissional. Além deste ponto, as leituras nos remetem a problemáticas relacionadas às escolhas e implementações de políticas e programas que assegurem esse direito profissional, por parte do Estado e que resguardem a qualidade social das formações em serviço.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394 de 16.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC/SEMT, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 10 maio 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S.; ANDRÉ, M. E. D. de A. **Políticas docentes no Brasil:** um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In:* MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. Série Manuais Acadêmicos.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva:** um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LOURAU, R. **A análise institucional.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1975.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. Série Manuais Acadêmicos.

MINAYO, M. C. S.; GUERRIERO, I. C. Z. Reflexividade como ethos da pesquisa qualitativa. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 4, n. 19, p. 1103-1112, 2014.

NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: DOM Quixote, 1992.

PAIXÃO, Maria do Socorro Estrela. **Trajetórias construídas em caminhos (não) planejados**: os sentidos formativos da escrita no Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de Pedagogia da UFMA. Natal, 2015. 187 f.

# **GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DA GESTÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA: uma análise do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) na rede pública de ensino de Paço de Lumiar/MA**

**SOUZA, Kelly Maria Elieuzza Alves Lima de**

<http://lattes.cnpq.br/3736985265981068>

[kellyalveslima@yahoo.com.br](mailto:kellyalveslima@yahoo.com.br)

**ALBUQUERQUE, Severino Vilar de**

PPGE/UEMA- <http://lattes.cnpq.br/3497157552176004>

[svalbuquerque@uol.com.br](mailto:svalbuquerque@uol.com.br)

## **INTRODUÇÃO**

O presente resumo decorre da dissertação (em fase de construção) do mestrado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) – Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e insere-se na linha de pesquisa, Gestão Educacional e Escolar. A pesquisa tem como objetivo analisar, à luz dos princípios da gestão democrática, a gestão dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) em uma escola da rede municipal de Paço do Lumiar/MA, entre os anos de 2016 e 2019.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi instituído pelo Ministério de Educação – MEC na década de 1990 e está inserido num conjunto de programas que consistem em transferência direta de recursos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal (BRASIL, 1999).

O PDDE, cuja gestão na escola se constitui objeto deste estudo, apresenta-se com o objetivo de contribuir para a aprendizagem dos alunos da educação básica, a fim de alcançar melhores indicadores. A Resolução CD/ FNDE nº 17 de maio de 2005 deixa claro que a aplicação direta dos recursos do PDDE nas escolas públicas deve manter uma estreita relação com comunidades escolares participativas e decisivas que, por meio dos seus conselhos escolares, tenham autonomia para avaliar as demandas, filtrar as maiores necessidades e as respectivas tomadas

de decisões que implicam os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos da escola, visando à descentralização e ao fortalecimento da autonomia em uma gestão escolar democrática (BRASIL, 2005).

Na análise desse objeto de estudo, no que tange ao entendimento legal da gestão de recursos e, de modo específico, do PDDE, são levadas em conta a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96, além do marco legal do financiamento da educação no Brasil. Considerar-se-ão, ainda, a partir da parte empírica em andamento; a participação da comunidade escolar na gestão e na fiscalização desses recursos e a atenção do poder público municipal na garantia do direito à educação de qualidade, como preconiza o atual Plano Nacional da Educação (PNE). Entre os autores que dão suporte teórico-conceitual à compreensão e à análise do fenômeno em tela destacam-se: Araújo (2010; 2013; 2018); Abrúcio (2005, 2010); Dourado (2007, 2010, 2014, 2016); Paro (2002, 2007, 2009, 2016); Fleury (2003); Lück (2009), além de outros.

O estudo justifica-se pela relevância do tema e pela relação profissional da pesquisadora levando em consideração as experiências práticas pedagógicas vivenciadas durante os onze anos de trabalho na rede pública municipal de Paço do Lumiar, e que, dentre as funções desempenhadas estão: professora no ensino fundamental anos iniciais, gestora escolar, e também membro representante dos professores no Conselho de Educação Municipal, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACCS FUNDEB), além do Conselho do Instituto de Previdência Social (PREVPAÇO) do município.

Consideramos que a temática é uma proposta desafiadora e inovadora, haja vista a importância da gestão escolar na gestão dos recursos do programa, na organização dos espaços escolares, nas práticas pedagógicas, e no desenvolvimento da gestão democrática na escola. Diante da necessidade de conhecimento e compreensão de como se materializa a gestão dos recursos nas escolas, o estudo busca responder à seguinte questão: Como é realizada a gestão dos recursos do PDDE no âmbito de escolas da rede pública de ensino do município de Paço do Lumiar/MA?

Com vistas a responder a essa questão, o estudo apresenta como objetivo geral analisar, na perspectiva da gestão democrática, como se

materializa a gestão de recursos do PDDE em uma escola pertencente à rede pública de ensino de Paço do Lumiar/MA. Para o alcance desse objetivo, o estudo desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: a) identificar, no âmbito das políticas educacionais, a partir da década de 1990, o financiamento da educação à luz do federalismo e do regime de colaboração, com centralidade para o PDDE; b) identificar a forma de constituição do conselho escolar, levando em conta os princípios da gestão democrática; c) verificar se há formação para membros do Conselho Escolar, com vistas à compreensão das atribuições que competem à função que desempenham; d) identificar se os recursos federais do PDDE contribuem para a melhoria do atendimento educativo, levando em conta o desempenho escolar dos estudantes no Ideb; e) construir, como Produto Técnico Tecnológico, um caderno pedagógico de orientações com elementos teórico-práticos para subsidiar à compreensão e à prática da gestão de recursos do PDDE, numa perspectiva democrática e participativa da comunidade escolar, a partir dos resultados do estudo.

## **ASPOLÍTICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO A PARTIR DOS ANOS 1990: O FINANCIAMENTO COMO BASE PARA O ACESSO E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA**

As primeiras aproximações com os documentos oficiais permitem entender que o financiamento da educação no Brasil, a partir dos anos 1990, tem sido, em boa medida, realizado sob orientações de organismos internacionais, com ênfase para o BM, a UNESCO e a OCDE. De igual modo, segue uma forte tendência de aproximar o atendimento educacional às necessidades de mercado, por meio de ações e programas em parceria com instituições privadas que atuam na área educacional, seja por meio de fornecimento de insumos, seja por meio de IES privadas.

No âmbito das políticas educacionais realizadas a partir dos anos 1990, constatou-se que o atendimento educacional se articula com a Reforma do Estado Brasileiro, estruturada nos moldes do regime econômico neoliberal. Nesse sentido, as diretrizes das reformas educacionais tiveram como base o estabelecimento de

currículos nacionais e a constituição de mecanismos de controle como o Sistema Nacional da Educação Básica (SAEB), e de programas de descentralização administrativa, financeira e pedagógica. No que tange ao financiamento, o marco basilar foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF – Lei 9424/96) e do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação, aprovado pela Lei 11.494/2007.

A aprovação desses dois Fundos, de acordo com Araújo (2013), promoveu o acesso da população à educação básica pública, o que produziu alterações significativas no atendimento educativo. Entretanto, esse acesso não se refletiu na qualidade da educação, haja vista os sistemas públicos de ensino conviverem com resultados insatisfatórios e uma constante busca pela qualidade da educação oferecida pela escola pública, particularmente nas redes públicas municipais de ensino. Farezena (2006) aponta que, de acordo com o que representavam os indicadores desfavoráveis atestados pela proficiência de estudantes na educação básica, na visão do Banco Mundial (BM) consiste em um problema que precisaria ser enfrentado para reduzir os investimentos nesse nível de ensino.

De acordo com Dourado (2010), uma forma apresentada pelo BM foi a adoção de medidas típicas diretamente na gestão das escolas públicas por meio de um modelo gerencial de planejamento do tipo flexível, o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE – Escola, e pela adoção de injeção de recursos financeiros diretamente nas escolas. Nesse sentido, foi apresentado, como financiamento para prover as ações da escola no que se refere ao atendimento educativo, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), voltado para a descentralização financeira direta pela escola, inaugurando um modelo de transferências de responsabilidades para os atores que integram a comunidade escolar. Isso aponta para a necessidade de uma escola em que, verdadeiramente, coloque em ação os princípios da gestão democrática, conforme se passa a discutir.

## **GESTÃO DEMOCRÁTICA E CONTROLE SOCIAL DOS RECURSOS DO PDDE: PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS**

Um dos princípios da educação pública é a gestão democrática no ensino nacional, garantida pela CF de 1988, no artigo 206, e regulamentada na LDBEN 9.394/1996. Desde então, emergiram novos conceitos de gestão escolar democrática, participação, e comunidade escolar representada pelo Conselho Escolar. De acordo com Gadotti (2014, p.1), “A gestão democrática não é só um princípio pedagógico. É também um preceito constitucional”. E conforme preconiza a CF de 1988, no art. 206, ratificado pela LDBEN 9.394/96:

Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII – valorização do profissional da educação escolar; VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX – garantia de padrão de qualidade; [...]

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, grifo nosso)

Como se pode observar a noção de gestão democrática da educação principia no art. 3º, principalmente, na medida em que propõe igualdade de acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, pluralismo de ideias e respeito à liberdade e apreço à tolerância, o que vai ao encontro dos estudos de Paro (2002), no que tange à construção da gestão democrática na/da escola, que implica a aceitação mútua. A confirmação é feita via Inciso VIII.

O que se constata é que a participação sobressai-se no novo

modelo de gestão, o que plenamente se evidencia no Art. 14 da LDBEN 9.394-96. Nesse contexto, alguns termos adquirem visibilidade como autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira. E a comunidade escolar e local são convocadas a participar da gestão por meio dos conselhos. Alguns atores que dantes figuravam como expectadores têm agora as garantias legais de participação, mas “Não basta criar mecanismos de participação popular e de controle social das políticas públicas de educação sem atentar para a necessidade de criar [...] as condições de participação” (GADOTTI, 2014, p.4).

O PDDE objeto de estudo desta pesquisa, foi instituído pelo ministério de educação, na década de 1990 é regido pela Lei 11.947/2009, e por resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. O PDDE insere-se num conjunto de programas do FNDE ancorado nas políticas de financiamento, e institui-se como importante instrumento de injeção de recursos financeiros diretamente na escola, mas evocando do sistema de gestão escolar a efetiva gestão desses recursos, por meio do controle social exercido pela comunidade, via participação.

Na gestão dos recursos do PDDE, a participação, que se expressa como controle social, pode representar um passo decisivo para que tais recursos sejam destinados às causas mais prioritárias do atendimento às demandas da escola, sobretudo àquelas que refletem diretamente no trabalho pedagógico. Nesse sentido, deve-se considerar o estilo de gestão e, nesse âmbito, a necessidade emergente de diálogo entre gestor e comunidade escolar, dando sentido à coexistência dessas duas partes fundamentais na organização do sistema de gestão escolar.

A literatura que apoia este estudo oferece elementos conceituais para entender que a participação pode ser entendida como Controle Social no âmbito da gestão democrática, e se destacar como um aspecto imprescindível na gestão dos recursos do PDDE na escola, mediante os conselhos escolares, que são órgãos compostos pelos representantes da comunidade escolar. A exigência legal da democratização do sistema de gestão escolar intensifica a necessidade de o gestor buscar o apoio da comunidade e se articular em torno dela, para dar encaminhamentos efetivos às práticas de gestão administrativa, pedagógica e financeira, sendo essa última impulsionada pela tomada de decisões quanto a utilização e à prestação de contas de recursos do PDDE que chegam diretamente na escola.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo constitui-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa, com fins exploratórios, tendo em conta as possibilidades de analisar o fenômeno em sua materialidade contextual, política e cultural. Para os autores, Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa pode envolver a obtenção de dados no contato direto do pesquisador com a situação estudada.

A fase exploratória, na qual a pesquisa se encontra, dá-se pela obtenção de documentos oficiais nos âmbitos federal e municipal que, posteriormente, serão submetidos à análise, cotejando com os documentos produzidos no campo empírico, bem como com a observação e as entrevistas que serão realizadas.

Para realização da pesquisa de campo, serão utilizados os seguintes instrumentos de coletas de dados: roteiro de entrevistas semiestruturadas; e roteiro de observação (diário de campo). A pesquisa na escola campo terá como sujeitos os professores do ensino fundamental dos anos iniciais, gestores escolares e membros do Conselho Escolar. Ratificamos que a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética.

A coleta de dados, que integrará a pesquisa de campo, adotará os procedimentos de observação e entrevistas semiestruturadas. Após isso, será realizada a sistematização, a análise e interpretação dos dados e construção do Produto resultante dos resultados revelados pelo estudo. A análise e interpretação dos dados tomará como referencial a análise de conteúdo (BARDIN, 1997; FRANCO, 2008), segundo as quais o ponto de partida é a mensagem, em suas múltiplas formas: verbal, oral, escrita, gestual, silenciosa, figurativa etc. De igual modo, para a apreensão do fenômeno a análise imprimirá um olhar dialético (KOSIK, 2007) para captar a totalidade histórica, política, econômica, social e cultural no âmbito das quais o presente objeto de estudo se materializa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Apoiado em documentos oficiais aos quais a pesquisa teve acesso, as primeiras evidências sobre a gestão democrática, o PDDE e a gestão dos seus recursos que chegam diretamente nas escolas públicas do país, merecem destaque o marco legal que tem início com a Constituição

Federal de 1988, a LDBEN de 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) aprovado pela lei 13.005/2014. No que tange às outras formas de financiamento, que contam com programas em parceria entre o Ministério da Educação e organismos internacionais, particularmente com o Banco Mundial (BM), consideradas nesse estudo como financiamento indireto, destacam-se os Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com atenção para o PDDE.

O estudo, no atual estágio, encontra-se na discussão teórica e na análise de documentos oficiais, os primeiros achados situam-se na importância da gestão democrática da educação e da escola pública, cujas bases sustentam a democracia participativa e do papel das instâncias colegiadas representativas da comunidade escolar na organização do sistema de gestão escolar, particularmente na gestão de recursos financeiros do PDDE, objeto deste estudo.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Apoiado nos estudos teóricos e bases legais que fundamentam essa pesquisa, as análises em andamento, até o momento, trazem evidências quanto às questões da Gestão escolar que deve ser calcada na gestão democrática, e no Controle social efetivado na participação da comunidade escolar através do Conselho Escolar que é uma importante instância representada pelos segmentos que compõem a comunidade escolar, e que representa centralidade na função de monitorar, acompanhar e fiscalizar a gestão do PDDE.

As análises também apontam a participação como uma dimensão fundamental para legitimação da gestão democrática na escola. Nesta perspectiva, a presença da Gestão Democrática nas políticas públicas brasileiras desde a CF de 1988, é ratificada pela LDBEN 9394/96, assim como o PNE Lei 13.005/2014, o Plano Municipal de Educação Lei 637/2014, o que vêm se reafirmando no contexto histórico, e no âmbito das políticas educacionais implementadas no país a partir dos anos de 1990.

Em face de o estudo estar em desenvolvimento ainda não há resultados definitivos, carecendo, ainda, de dados, cuja sistematização e análise ocorrerá após a pesquisa empírica, já iniciada. De todo caso, é

possível depreender sobre o fenômeno a importância conferida à gestão democrática e seus mecanismos de controle social na gestão pedagógica, administrativa e financeira, que nesse estudo se traduz pela gestão de recursos de PPDE.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Gilda Cardoso. Federalismo cooperativo e educação no Brasil: 30 anos de omissões e ambivalências. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, n.º. 145, p.908-927, out./dez., 2018.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. Dados Qualitativos. In: BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teorias e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994. p.147-202.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil [CF] de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDBEN] n.º 9.394/96**. Institui as bases da educação nacional no Brasil. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Lei do Programa Dinheiro Direto na Escola n.º 11.947/2009**. Brasília: Senado Federal, 2009.

DOURADO, L. F. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n.100, out., 2007.

FARENZENA, Nalú. A Política de Fundos e as Responsabilidades Federativas pela Oferta de Educação Básica. **FINEDUCA- Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 10, n. 21, 2020.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília: Liber Livros, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Gestão democrática da educação com participação popular: planejamento e na organização da educação**

nacional. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

PARO, Vítor Henrique. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.2, p. 11-23, jul./dez. 2002.

PARO. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

# GESTÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE DA GESTÃO DE RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAXIAS/MA

**RODRIGUES, Lêda Maria de Sousa**

<http://lattes.cnpq.br/7581876120094859>

[ledasouzacaxias@hotmail.com](mailto:ledasouzacaxias@hotmail.com)

**ALBUQUERQUE, Severino Vilar de**

<http://lattes.cnpq.br/3497157552176004>

[svalbuquerque@uol.com.br](mailto:svalbuquerque@uol.com.br)

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresentado ao IV Seminário de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), insere-se na linha de pesquisa Gestão Educacional e Escolar. A pesquisa vincula-se às políticas públicas de financiamento da educação no Brasil, tendo como objeto o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). A investigação, ainda em construção, busca responder à seguinte questão: Como se realiza a gestão dos recursos do PDDE em escolas pertencentes à rede pública municipal em Caxias - MA?

Nesta vertente, a investigação tem como objetivo, analisar, na perspectiva da gestão democrática, como se realiza a gestão dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) em escolas pertencentes à rede pública municipal de ensino de Caxias/MA. Em sua especificidade, o estudo buscará apreender como se realiza a gestão de recursos do PDDE no âmbito escolar, tendo em consideração: as percepções da comunidade quanto a utilização desses recursos; a participação da comunidade escolar na tomada de decisão no que tange a utilização dos recursos, bem como na fiscalização quanto ao uso de tais recursos, e; possíveis contribuições dos recursos do PDDE para a organização dos espaços/tempos escolares e para a qualidade da educação.

Na análise do objeto de estudo, no que tange ao entendimento legal da gestão de recursos e, de modo específico, do PDDE, serão

considerados a Constituição Federal de 1988 e a LDBEN n.º 9.394/96, bem como o Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024), Lei 13.005/2014, o Plano Estadual de Educação, regulamentado pela Lei n.º 10.099/2014 e o Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025) de Caxias/MA, aprovado pela Lei 2.250/2015. A legislação será considerada tendo em conta que define princípios e diretrizes da gestão democrática da educação e da escola públicas, bem como o financiamento da educação, com fulcro no PDDE.

O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE é uma Política de financiamento da educação de nível Federal, que possui como objetivo injetar quantias em forma de parcelas em cada unidade escolar, constituída enquanto Unidade Executora – UEx, e em caráter suplementar, para que estas sejam capazes de suprir necessidades específicas e singularidades. O PDDE foi criado pela Resolução nº 12, de 10 de maio de 1995, inicialmente com a denominação de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), integrando um conjunto de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cujo objetivo era financiar despesas de custeio. A partir da Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, o PMDE passou a ser denominado PDDE.

Desse modo, com base no FNDE (1995), o PDDE também conhecido pelas entidades participantes como PDDE Básico, atualmente é regido pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021. Ela dispõe sobre as orientações sobre os critérios de repasse, execução, prestação de contas, monitoramento e fiscalização do Programa, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Os recursos advindos do PDDE, pautado na Resolução Nº 15 de 16 de setembro de 2021, não devem ser desperdiçados, executado de acordo com a proposta da destinação do recurso, visando o artigo 4º da mesma resolução no qual sugere,

Os recursos do PDDE e Ações Integradas destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários, devendo ser empregados: I – na aquisição de material permanente; II – na realização de pequenos reparos,

adequações e serviços necessários à manutenção, conservação e melhoria da estrutura física da unidade escolar; III – na aquisição de material de consumo; IV – na avaliação de aprendizagem; V – na implementação de projeto pedagógico; e VI – no desenvolvimento de atividades educacionais;

Diante disso, na mesma Resolução no parágrafo 2º são apresentadas quais ações o recurso proveniente do PDDE, não podem ser utilizados, sendo

§ 2º É vedada a aplicação dos recursos do PDDE e Ações Integradas em: I – implementação de outras ações que estejam sendo objeto de financiamento por outros programas executados pelo FNDE, exceto aquelas executadas sob a égide das normas do PDDE e Ações Integradas; II – gastos com pessoal; III – pagamento, a qualquer título, a: a) agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados; e b) empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados; c) despesas de manutenção predial como aluguel, telefone, água, luz e esgoto; d) despesa de caráter assistencialista. IV – cobertura de despesas com tarifas bancárias, incluídas as previstas no art. 16, § 2º, desta Resolução; e V – dispêndios com tributos federais, distritais, estaduais e municipais quando não incidentes sobre os bens adquiridos ou produzidos ou sobre os serviços contratados para a consecução dos objetivos do PDDE e Ações Integradas. (RESOLUÇÃO, Nº 15, 2021).

Considerando a relevância social e política desta pesquisa, pretende-se aprofundar a temática ora proposta neste estudo, por apresentar um parecer de análise de novas abordagens críticas e teóricas a respeito das percepções da gestão escolar, a respeito das normativas dos recursos federais, bem como suas práticas na execução do PDDE.

Corroborando com um dos pilares do PDDE que é sobre a gestão democrática, Paro (2016), diz que o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola é a participação direta dos sujeitos escolares,

possibilitando, assim, o envolvimento direto de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da escola.

O estudo justifica-se pela necessidade de apreender os mecanismos utilizados na gestão do PDDE, com vistas a contribuir para a redução da reprovação e do abandono escolar e, de igual modo, para a elevação dos indicadores de qualidade da educação básica, medidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Considera-se que o PDDE presta assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal em regime de colaboração com a União.

## **GESTÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) NO ÂMBITO ESCOLAR: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

A autonomia da comunidade escolar, enquanto princípio fundante da gestão democrática, constitui mecanismo que pode viabilizar a transparência, a participação e o controle social, dos recursos do PDDE no âmbito escolar, desde a tomada de decisão quanto à utilização até a prestação de contas de tais recursos.

O PDDE configura-se como um programa que objetiva assegurar a infraestrutura física adequada para um melhor atendimento aos sujeitos do processo educacional e um ensino de qualidade para todos como prevê a constituição de 1988. Neste sentido, (BRASIL, 2009, p. 5 no art. 22), o PDDE, tem como o objetivo de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, às escolas mantidas por entidades de tais gêneros e aos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil UAB que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica, observado o disposto no art. 25, passa a ser regido pelo disposto nesta Lei.

De acordo com o Manual de Orientações para as Escolas (Brasil, 2006), o PDDE constituído em 1995 pelo Governo Federal, foi o primeiro programa de transferência de recursos financeiros da União

para escolas públicas. Com o recurso do PDDE, a escola pode realizar despesas de dois tipos: de custeio e de capital. No entanto, o montante de recursos para a educação é ínfimo perto de outros gastos e, quando se trata da educação básica esses gastos diminuem mais ainda, fato que vai de encontro ao discurso de investir-se em uma educação de qualidade, para que se possa garantir o acesso, a permanência e a apropriação do conhecimento pelo educando (EDNIR, 2009).

Como requisito básico para recebimento dos recursos financeiros públicos, a escola, se institui como uma entidade de direito público, ou seja, uma Unidade Executora Própria (UEx), que se constitui em uma associação privada sem fins lucrativos que possui maior flexibilidade legal e administrativa para gerir os recursos financeiros. No caso de escolas que não formam uma UEx, os recursos financeiros, à conta do PDDE, são transferidos por intermédio da secretaria de educação municipal, estadual ou do distrito federal. Para definição das despesas a serem realizadas, as decisões da Unidade Executora, em benefício da Unidade Escolar atendida, são tomadas por um colegiado – de modo geral, o Conselho Escolar – que também analisa e aprova a prestação de contas.

Os recursos provenientes do PDDE, pautado na Resolução N<sup>o</sup> 10 de 18 de Abril de 2013, não devem ser utilizados com desperdício, mas sim de acordo com a proposta da destinação do recurso, sendo visado no artigo 4<sup>o</sup> da mesma resolução, na qual os recursos do programa destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários, devendo ser empregados na aquisição de material permanente; na realização de pequenos reparos, adequações e serviços necessários à manutenção, conservação e melhoria da estrutura física da unidade escolar; para aquisição de material de consumo; na avaliação de aprendizagem; na implementação de projeto pedagógico; no desenvolvimento de atividades educacionais. Usualmente, os recursos do PDDE básico são depositados em duas parcelas anuais, porém de acordo com a necessidade o recurso pode ser liberado em parcela única, já o recurso das ações agregadas, o repasse é feita em parcela única ou mediante ao plano das ações financiáveis (PAF), informado previamente no sistema do PDDE Interativo.

O PDDE é um programa que encaminha seus recursos diretamente para a escola, pois exige da instituição de ensino representantes legais para fiscalizar, acompanhar e sugerir o que será realizado com os recursos ou seja, membros da comunidade escolar, por exemplo, Conselho Escolar, Colegiado Escolar, Associação de Pais e Mestres (APM) ou Círculo de Pais e Mestres. Em análise que converge para a discussão dessa temática, Pinheiro (2012) destaca que essa medida da comunidade participar próximo de gestores e professores na vida escolar permite uma gestão democrática, ao qual o principal objetivo é o bem comum dos alunos, provendo sempre as necessidades e prioridades da escola, a promoção da gestão democrática nas escolas, possibilita a comunidade em reconhecer e fazer parte de forma ativa do sistema educacional no Brasil, no que diz respeito aos recursos federais que são investidos nas escolas.

Diante da importância dos recursos financeiros, a consolidação da atuação dos órgãos colegiados no âmbito escolar, particularmente os conselhos escolares, tem sido um desafio para as práticas da vivência democrática e da participação social em escolas públicas, como têm atestado estudos recentes, inclusive os de Pinheiro (2012). Contudo, não podemos deixar de conceber instâncias colegiadas como fundamentais na realização de ações que contribuem para o funcionamento escolar, levando em conta todos os aspectos de uma escola democrática, participativa e de qualidade social, principalmente quando envolve recursos públicos no atendimento educativo que se realiza na escola pública.

## **METODOLOGIA**

Para esta pesquisa adotar-se a abordagem qualitativa que, segundo segundo Lüdke e André (1999), permite ao pesquisador lançar mão de uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes, o que possibilita cruzar informações e levantar, inclusive, dados indicativos de tensões no processo.

No que se refere à análise dos dados em pesquisa qualitativa, Minayo (2001) considera dois aspectos importantes. O primeiro relaciona-se com a ideia de que não há consenso e nem ponto de

chegada no processo de produção do conhecimento; enquanto o segundo associa-se ao fato de que a ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência (gerada na vida material) que aparece na realidade concreta.

Dado o caráter exploratório e descritivo-analítico da pesquisa, serão adotados os procedimentos de observação sistemática, análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas. Lüdke e André (1986) apontam a importância que têm os documentos por representarem uma fonte original de informações de onde podem ser extraídas evidências que sustentarão afirmações e declarações do pesquisador.

Para realização da coleta dos dados desta pesquisa, serão utilizados os seguintes instrumentos: roteiro de análise documental; roteiro de entrevistas semiestruturadas e diário de campo. Ressalta-se, que o presente estudo tomará como referencial para a análise e interpretação dos dados a análise de conteúdo. No entendimento de Franco (2008, p. 12) a análise de conteúdo tem como ponto de partida “a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. Corroborando com essa autora, Gil (2012) reforça que a análise de conteúdo é um procedimento analítico que pode ser aplicado a qualquer comunicação escrita, podendo, também, ser utilizada para análise de conteúdo de entrevistas desde que devidamente transcritas.

Nesse sentido, a análise do conteúdo dos documentos e dos depoimentos, permitirá estabelecer comparações, confrontos e articulações, perceber o movimento e as tensões que se geram nesse movimento, produzindo ricas constatações que se traduzirão, neste estudo, em profícuo campo teórico-prático no campo das ciências humanas e sociais, particularmente no âmbito das políticas públicas, da gestão da educação básica e na organização do sistema de gestão escolar. Os sujeitos envolvidos no processo de investigação serão gestores escolares, professores e membros do conselho escolar. A pesquisa será realizada em uma escola da rede pública municipal de Caxias, que tenha recebido recursos do PDDE nos últimos sete anos, ter realizado a Prova Brasil e ter sido avaliada no IDEB na série histórica de (2015, 2017; 2019 e 2021).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando que o estudo encontra-se em desenvolvimento, mais precisamente na fase da construção do texto para qualificação, ainda não há resultados definitivos e, portanto, sem análises de dados empíricos da materialidade fenomênica em tela. As principais evidências do estudo, até aqui, são aquelas reveladas pela leitura e por documentos oficiais aos quais o estudo já teve acesso, por se constituírem de domínio público.

Pela ótica teórica que têm apoiado a compreensão do objeto em estudo, assim como nos documentos oficiais, já se tem como primeiras evidências, que o PDDE integra um acordo de cooperação internacional entre o Ministério da Educação MEC e o Banco Mundial, com vistas ao atendimento público na educação básica. No que tange à gestão democrática, constitui princípio constitucional, da LDEBEN de 96 e das metas dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniela. **05 Pontos sobre Programa Dinheiro Direto na Escola**. Disponível em: [http://gestaoescolar.org.br/politicas-publicas/programa-dinheiro-direto\\_escolafinanciamento-educacao-pdde-516237.shtml](http://gestaoescolar.org.br/politicas-publicas/programa-dinheiro-direto_escolafinanciamento-educacao-pdde-516237.shtml).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Constituição (1988)**. Brasília/DF: Senado Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 15 outubro 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação: proposta do Executivo ao Congresso Nacional**. Brasília: INEP, 1998.

CRUZ, Rosana Evangelista. **Federalismo e financiamento da educação: a política do FNDE em debate**. In: GOUVEIA, A.B.; PINTO, J.M.R.; CORBUCCI, P.R. (Orgs.). **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.

EDNIR, M., BASSI, M. E. **Bicho de sete cabeças**. São Paulo: Peirópolis/Ação Educativa, 2009.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília: Liber Livros, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas 2012.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LÜDKE, Menga. e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.n. ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA EM REALIDADES DIVERSAS NO CONTEXTO

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da educação pública,** 4.ed. São Paulo: Cortez. 2016.

PINHEIRO, I. F. **O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE):** implicações na gestão, no financiamento e na qualidade do desempenho da Educação Básica: Estudo de Caso – modalidade Tempo Integral. 2012. 81f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) Faculdade De Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

# A INFLUÊNCIA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTABELECIMENTO DAS POLÍTICAS REGULATÓRIAS NO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL MARANHENSE

**PEREIRA, Marcia Thais Soares Serra**

[marciatssp@gmail.com](mailto:marciatssp@gmail.com)

**DUARTE, Ana Lúcia Cunha**

<http://lattes.cnpq.br/7783722596524788>

[duart\\_ana@hotmail.com](mailto:duart_ana@hotmail.com)

**ALVES, Kallyne Kafuri**

<http://lattes.cnpq.br/6531776916968549>

[kallynekafuri@hotmail.com](mailto:kallynekafuri@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

O foco na educação de qualidade tem sido objeto de estudos e reflexões há tempos. A própria compreensão acerca de qual é a qualidade almejada é um ponto que, pela sua própria densidade, incita o debate. No Brasil, esta preocupação remonta à década de 1990, quando foi implantado o Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb. Tal sistema permite identificar possíveis dificuldades sob a ótica do processo de aprendizagem do aluno, e definir parâmetros e metas de acordo com o Índice de Desenvolvimento das Instituições da Educação Básica - Ideb, que sintetiza o fluxo e a proficiência, a partir da aplicação de testes de Língua Portuguesa e Matemática com estudantes do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio.

Em caráter amostral, são aplicados testes de Ciências Humanas e Ciências da Natureza nas escolas públicas e privadas, em turmas de 9º ano do Ensino Fundamental. Todas as análises são feitas a partir da Teoria da Resposta ao Item (características estas vigentes no ano de 2021), o que fez com que estados e municípios passassem a refletir sobre seus próprios resultados e a instituir seus próprios sistemas de avaliação.

No território maranhense, este monitoramento ocorre, ainda, por meio do Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (Seama), cuja implantação deu-se em 2019, com a aplicação de 2 avaliações anuais

de Língua Portuguesa e Matemática contemplando o 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio das escolas estaduais e municipais (avaliação diagnóstica e avaliação somativa). De maneira geral, a avaliação segue os mesmos moldes do SAEB, no entanto, a vigência é anual. Além disso, os resultados são fornecidos em plataforma específica, permitindo visualizar o desempenho de cada estudante individualmente e identificando quais competências e habilidades demonstraram ter sido desenvolvidas, bem como a análise quantitativa dos erros e acertos.

Cumpra-se questionar, no entanto, os critérios para definição das competências e habilidades elencados na matriz de referência, bem como compreender a perspectiva de qualidade educacional adotada ao definir tais elementos. A este respeito, destaca-se o entendimento de Paro (1999), que afirma que a escola repercute a divisão social do trabalho, na medida em que é a partir do ensino que se oferta o mínimo de saberes necessários para a vida em sociedade. Mas afinal, que saberes são esses? Qual qualidade se almeja? Acerca de tais questionamentos, Dourado; Oliveira; Santos (2007, p. 11) tecem relevantes considerações ao constatarem que a inter-relação entre escolas de qualidade com os resultados obtidos em avaliações de larga escala, muitas vezes ignoram as relações e fatores extraescolares.

Assim, percebe-se a introjeção de saberes mínimos a serem absorvidos, definidos a partir da lógica do capital e associando a avaliação à responsabilização pelos resultados alcançados (AFONSO, 2005), deturpando seu real propósito. Isso posto, o presente estudo tem como objetivo analisar a interferência dos resultados do Ideb no estabelecimento das políticas regulatórias no ensino médio da rede estadual maranhense.

Para o alcance do citado objetivo, faz-se necessário, inicialmente, compreender a percepção dos gestores estaduais da Seduc/MA quanto ao Saeb e, especificamente, o Ideb na construção das políticas regulatórias. Além disso, é importante avaliar as políticas regulatórias que são implementadas pelo estado, bem como seus possíveis reflexos na melhoria da qualidade educacional, a partir da investigação acerca da forma com que tais políticas são construídas e discutidos junto às comunidades. Assim, espera-se contribuir com a elaboração de uma

proposta de nota técnica que auxilie na análise dos resultados em uma perspectiva emancipatória. Feitos tais esclarecimentos, passemos à análise dos aspectos metodológicos que norteiam o presente estudo.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa tem como abordagem metodológica o materialismo histórico-dialético, por meio do qual busca-se “analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais” (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2007, p. 24). Assim, busca-se compreender os aspectos contraditórios e dinâmicos que constituem a realidade investigada, permitindo compreender e investigar contrapontos, perspectivas diferenciadas e situadas em um dado momento histórico, político e social.

Para tanto, será realizada uma pesquisa de campo, embasada na pesquisa bibliográfica e documental. Quanto à natureza da pesquisa, utilizar-se-á a abordagem qualitativa, com ênfase no trabalho desenvolvido a partir dos resultados alcançados. Tais resultados referem-se às 682 escolas da rede estadual de ensino que contém estudantes matriculados na 3ª série do Ensino Médio Regular, conforme Censo Escolar 2021 (de um total de 750 escolas). Para compreender a forma como tais dados são manipulados, foram definidos como público-alvo os gestores da SEDUC e técnicos da área de avaliação.

Será utilizada como técnica de pesquisa a entrevista semiestruturada, com roteiros distintos para cada categoria de sujeito participante. Deste modo, serão utilizados 2 (dois) instrumentos: 1 para a realização da entrevista com a Secretária Adjunta de Gestão da Rede do Ensino e do Aprendizado e outro para a entrevista dos 5 profissionais que atuam na Supervisão de Avaliação Educacional, os quais são responsáveis pela estruturação do trabalho desenvolvido. Uma vez compreendidos os aspectos metodológicos, passemos à análise preliminar dos resultados e discussão.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Embora o presente estudo ainda esteja em andamento, percebe-se muitas similitudes entre as práticas adotadas pelo Governo Federal

e pelo Governo do Maranhão, que adotam sistemas de avaliação com características bem próximas. Assim, a partir das leituras já realizadas identificamos o que Oliveira (2011), ao abordar os estudos de Barroso (2005), apresenta como características do processo regulatório, afirmando que se trata de um processo inerente a qualquer sistema e que visa estabelecer uma espécie de lógica, a qual deve ser aprimorada a cada análise.

Além disso, a autora aponta os estudos de Dupriez e Marroy (2000), que abordam a regulação sob as óticas sistêmica, institucional e vinculadas às organizações ou sistemas de ações, o que nos incita a refletir sobre a forma como a qual tais sistemas são pensados e operacionalizados, especialmente quanto à neutralização curricular. Tais aspectos guardam relação direta ao que Afonso (2018) apresenta como *accountability*, termo que se refere à responsabilização de sujeitos e instituições quanto aos resultados encontrados, o que, à primeira vista, parece ocorrer a partir das avaliações investigadas. Nesta senda, passemos às considerações parciais.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

A partir das leituras já realizadas e dos objetivos traçados inicialmente, constata-se a evidente vinculação entre as políticas estabelecidas no contexto nacional e as políticas adotadas pelo Estado do Maranhão, o que se evidencia, inclusive, pela instituição da política do Seama, enquanto avaliação externa própria da rede estadual de ensino.

Somado a isto, as similitudes entre as avaliações investigadas são claramente observadas, dado o foco nas séries finalísticas e mesmas etapas avaliadas pelo Saeb. No entanto, é importante compreender como a avaliação é tratada pela rede, da sua concepção à consolidação. Para tanto, faz-se necessário investigar os critérios estabelecidos para definição das matrizes de referência.

Outrossim, os resultados até aqui apresentados demonstram que os resultados ainda são preocupantes no que diz respeito à qualidade da educação ofertada aos jovens. Isto porque o Ideb até então alcançado encontra-se muito abaixo da meta estabelecida e até mesmo da média nacional. Em consonância, o resultado do Seama evidencia um quantitativo expressivo de estudantes sem os conhecimentos mínimos para matrícula na série que cursam.

A proposta de vincular a proficiência ao fluxo é interessante na medida em que minimiza o mascaramento de realidades como no caso das escolas que muitas vezes apresentam altas taxas de aprovação com proficiência abaixo do razoável. No entanto, o fato de desconsiderar os diferentes contextos de certa forma macula o resultado apresentado. É incompatível a análise da realidade de escolas que apresentam boa estrutura, quadro de profissionais completo (e com formação adequada), material didático disponível, transporte escolar ativo, dentre tantos outros fatores, com outra escola que não dispõe de tais recursos. Sob a ótica nacional, o último resultado divulgado, referente ao Saeb 2021, evidencia o quão controversos os dados podem ser, na medida em que mostram avanços em um momento em que as escolas estavam fechadas em face da Pandemia de Covid-19.

Não se pretende desmerecer a metodologia empregada, mas trazer elementos à reflexão, para subsidiar o debate. É nítida a necessidade de termos uma avaliação que atenda à diversidade nacional e apresente critérios objetivos de análise. No entanto, é necessário ir além. Há a necessidade evidente de melhoria dos indicadores de proficiência, ainda tão abaixo da realidade. Há necessidade de refletir sobre como superar as dificuldades apresentadas e utilizar as avaliações efetivamente para a construção de políticas públicas eficazes. Não se trata apenas de reproduzir a ideia da política nacional, mas transcender para promover avanços na educação.

Além disso, é necessário verificar amiúde os resultados, compreendendo as suas especificidades. É importante que seja exercido o “olhar por dentro”, visando identificar os fatores que contribuem para a melhoria dos dados. É indispensável ter uma perspectiva polissêmica, como dizem Dourado, Oliveira e Santos (2007): perceber não apenas as dificuldades dos estudantes, mas os fatores que as desencadeiam. É analisar o currículo, a formação de professores, as questões estruturais, o transporte escolar e até o clima organizacional da escola, que tanto interfere no trabalho desenvolvido.

É preciso pensar sobre como promover esta melhoria. Neste intuito, pretende-se, a partir do Produto Técnico Tecnológico proposto, qual seja, Nota Técnica versando sobre as orientações para o trabalho com os resultados apresentados, incitar a reflexão acerca do uso adequado da avaliação. Assim, busca-se contribuir para uma análise contextualizada, problematizadora e emancipatória da avaliação.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

AFONSO, A. J. Políticas de responsabilização: equívocos semânticos ou ambiguidades político-ideológicas? Em: **Revista de Educação**. Campinas: PUC-Campinas, v. 23(1), p. 8-18, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v23n1a4052>. Acesso em: 10 abr. 2020.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 108p.

DOURADO, L. F. (coord); OLIVEIRA, J. F. de; SANTOS, C. de A.; **A qualidade da educação**: conceitos e definições. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. In: **Ed. Soc.** Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan/abr, 2006.

OLIVEIRA, A. P. de Matos. **A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal**. 2011. 277 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PARA A  
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL:  
uma análise das práticas avaliativas em uma escola, no  
município de Uruçuí – PI**

**CASTRO, Marta Lemos**

<http://lattes.cnpq.br/2036471085481197>

[martalemoscastro50@yahoo.com](mailto:martalemoscastro50@yahoo.com)

**DUARTE, Ana Lúcia Cunha**

<http://lattes.cnpq.br/7783722596524788>

[duarte\\_ana@hotmail.com](mailto:duarte_ana@hotmail.com)

**ALVES, Kallyne Kafuri**

<http://lattes.cnpq.br/6531776916968549>

[kallynekaufuri@hotmail.com](mailto:kallynekaufuri@hotmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

A avaliação da aprendizagem que buscamos refletir neste trabalho, é apresentada como um processo sistemático de ação-reflexão-ação, preocupada com o contexto social em que se está inserido. É por meio dela que poderá ser possível a compreensão do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, assim como, um melhor diagnóstico da realidade. Com esses diagnósticos, poderá ser possível levantar meios que melhor viabilizem uma aprendizagem significativa que contribua com o processo educacional. Uma das possibilidades de se fazer isso é buscar envolver processos de reflexão e análise no que concerne a temática da avaliação da aprendizagem aos gestores, coordenadores e professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Isso, pois, dentro do espaço escolar, gestores, coordenadores e professores têm a possibilidade de desempenhar de diferentes formas uma mediação entre o indivíduo e a sociedade. Diante do exposto, pretendemos realizar o presente trabalho, a partir do seguinte problema: Quais concepções gestor, coordenador e professores do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública de Uruçuí-PI têm sobre avaliação da aprendizagem?

O interesse na temática proposta se deu a partir de experiência profissional e acadêmica e por meio de muitos estudos e reflexões,

perceber que a temática da avaliação se tornou recorrente nas últimas três décadas, pois são inúmeros os estudos e as concepções, assim, como interesses e conflitos que a cerceiam. Contudo, a avaliação ganhou destaque não só de estudiosos da área da educação, mas também de organismos internacionais e nacionais ligados à economia, a favor de um mundo globalizado movido pelo capitalismo estruturado. Nessa perspectiva apresentada, “a avaliação tem sido mais frequentemente usada como instrumento da meritocracia, da discriminação e, no limite, da exclusão. Neste caso, ela funciona como julgamento, desembocando em veredictos sobre o desempenho humano” (ROMÃO, 2002, p. 44).

Desse modo, o presente projeto de pesquisa tem relevância social, emancipadora e educacional. Propõe reflexões aos gestores, professores e coordenadores acerca da avaliação da aprendizagem e suas contribuições, por compreender que é no ambiente da escola é que se desenvolvem os processos de avaliação. Por isso, compreendemos a avaliação como processo educativo, que possa subsidiar o pensar de um ensino-aprendizagem distinto com o intuito de promover uma transformação social na vida dos estudantes. Para isso, talvez seja necessário nos apoiarmos na ideia de que falar de qualidade também envolve refletir sobre o contexto educativo, as políticas públicas e, principalmente, as perspectivas da gestão escolar e de docência. A partir disso, temos como objetivo geral analisar as concepções do gestor, coordenador e professores de uma escola dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede pública, sobre a avaliação da aprendizagem, identificando possibilidades e apontamentos necessários à transformação social no município de Uruçuí-PI.

Para a obtenção do objetivo geral, temos os seguintes objetivos específicos: Identificar como gestor, coordenador e professores de uma escola que oferta o 4º e o 5º do Ensino Fundamental, compreendem a avaliação da aprendizagem na rede pública municipal de ensino de Uruçuí - PI; Analisar as possibilidades e apontamentos necessários à avaliação da aprendizagem na perspectiva da transformação social no contexto da rede pública de ensino de Uruçuí-PI; Compreender como a avaliação da aprendizagem pode contribuir no processo de transformação social dos estudantes do 4º e 5º do Ensino Fundamental na rede pública de ensino do município de Uruçuí- PI; Elaborar um

caderno de orientações sobre avaliação da aprendizagem na perspectiva da transformação social no contexto dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de Uruçuí-PI. Esta proposta, nos permite compor a metodologia apresentada na próxima seção.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Fazendo um breve apanhado sobre a fundamentação teórica desse estudo, temos a primeira seção intitulada gestão, avaliação da aprendizagem e transformação social no qual pontuamos em subseções a seguir. Na primeira subseção tratamos sobre os processos históricos, conceituais e políticos da avaliação, onde se apresenta um breve histórico e como ela pode contribuir para o êxito ou exclusão dos estudantes. Destaca autores como Hoffman (2019, 2011), Luckesi (2014, 2011, 2009), Saul (2016, 2015, 2010, 2008), dentre outros. Esses autores discorrem sobre a historicidade e o conceito de avaliação dentro e fora do contexto de sala de aula, onde afirmam que a real função da avaliação é ajudar a estruturar a aprendizagem significativa. Porém, se polarizada por exames, não pode cumprir sua função de promover decisões para melhorar a aprendizagem.

Ainda nessa subseção, discutimos sobre a avaliação em uma perspectiva emancipatória que vai ao encontro de uma perspectiva crítica, na qual é possível refletir sobre que tipo de avaliação da aprendizagem se pretende propor aos estudantes. Aqui pontuamos que não temos a intenção de colocar a avaliação da aprendizagem e a avaliação emancipatória como sinônimos, entendemos que são conceitos diferentes, mas que podem se complementar. Além dessa contextualização sobre os processos históricos e conceituais que trazemos aqui, também podemos citar as legislações que embasam nosso estudo sobre a temática da avaliação como as portarias nº 482, de 7 de junho de 2013, nº 458, de 5 de maio de 2020, e a de nº 10, de 8 de janeiro de 2021 que tratam da avaliação e seus processos, onde uma contextualiza o Sistema de Avaliação da Educação Básica e a outra traz normas complementares sobre a Política Nacional de Avaliação da Educação Básica, nessa ordem. Além dessas portarias, trazemos como ponto de partida das políticas relacionadas a avaliação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394 de 1996, por se tratar de

um documento que traz em termos gerais uma avaliação que tem a intenção de acompanhar o processo de aprendizagem.

Na segunda subseção, discorremos sobre a conscientização para a transformação social, onde discutimos a importância desse termo para a educação onde nos baseamos em autores como Freire (2014, 2018, 2019, 2021), Romão (2002, 2008, 2020), Luckesi (2019, 2011, 2014), dentre outros. E, na terceira subseção desenhamos a fundamentação histórica e conceitual da gestão educacional e escolar e seus pressupostos onde apresentamos uma discussão teórica sobre as origens gestão educacional e escolar e seus processos históricos até os dias hodiernos com o qual refletimos sobre os processos hegemônicos e como contrapartida, os contra hegemônicos, visando discutir sobre que qualidade em/da educação necessitamos para construir e transformar uma sociedade justa e democrática. Nessa subseção nos baseamos em autores como Paro (2000, 2006, 2007, 2015, 2016), Lück (2015), entre outros.

## **METODOLOGIA**

A metodologia deste trabalho tem como linha de pensamento o Materialismo Histórico Dialético conceituado por Leite (2017), tendo como base o método dialético definido por Gil (2008), onde é possível compreender e interpretar a realidade contrapondo e depois utilizando a totalidade. Para a investigação da presente pesquisa, serão trabalhados os aspectos qualitativos, o que possibilita caracterizá-la a partir de uma abordagem qualitativa defendida por Minayo (2007) e como uma pesquisa de campo referenciada por Gil (2008). Utilizaremos como produção dos dados a entrevista semiestruturada com base em Minayo (2007) com um gestor, um coordenador e 8 professores de uma escola da rede pública de ensino de Uruçuí – PI, totalizando 10 participantes. Para análise e discussão dos dados, utilizaremos a análise de conteúdo com base em Bardin (1979, 2016), com a qual poderemos traçar a discussão dos resultados em categorias a posteriori. Com base na metodologia desse projeto, apresentamos aqui apenas um recorte do que foi feito até o momento. A seguir, refletimos sobre os resultados e discussões desse estudo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa pesquisa ainda está em andamento, aguardando o parecer do Comitê de Ética. Nesse contexto, só foi possível submeter este trabalho nesse segundo semestre de 2022, cujo processo de número CAAE: 64126422.7.0000.5554 está ainda em apreciação do Comitê de Ética. Este estudo tem como pressuposto teórico as legislações nacionais, programas, artigos e livros de autores que corroboram com a temática da avaliação da aprendizagem na perspectiva emancipatória. Para isso, nos ancoramos em Luckesi que trata da avaliação da aprendizagem (2009; 2011), Saul, avaliação emancipatória (2010), Hoffman, avaliação mediadora (2011), Freire avaliação transformadora (1976; 2018; 2021), dentre outros.

Por avaliação da aprendizagem, entendemos que é uma avaliação inerente ao desenvolvimento dos estudantes, uma vez que consideramos “a avaliação como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem”, pois, “suas finalidades estão intimamente relacionadas às concepções do que significa aprender” (DEPRESBITERIS; TAVARES, 2017, p. 45). Este estudo além de buscar uma construção social, através de uma educação de qualidade, pautada na perspectiva emancipatória para a transformação social, com base na realidade vivenciada por estudantes e nas concepções dos gestores, coordenadores e professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas municipais, também traz conceitos inerentes para compreensão da temática da avaliação da aprendizagem. Como pontuamos anteriormente, não temos a intenção de tratar a avaliação da aprendizagem e a emancipatória como sinônimos. Nosso intuito é mostrar que esses dois tipos de avaliação podem se complementar e trazer mais melhorias para a aprendizagem dos estudantes.

O processo de escrita do projeto, se encontra em construção, pois sempre que possível é revisado pela orientadora e coorientadora. O objeto de estudo, a problemática, o objetivo geral e os específicos, assim como o referencial teórico e metodologia estão definidos. A coleta dos dados foi realizada nesse segundo semestre de 2022 e sua análise se encontra em andamento. Temos como previsão no que tange a estrutura e alinhamento do trabalho, em meados de janeiro de 2023, o qual após aprovação da orientadora e da coorientadora, o trabalho possa ser enviado à Coordenação do Programa e à banca para a defesa final da

dissertação e apresentação do Produto Técnico Tecnológico.

Nesse sentido, no tocante às reflexões acerca da temática, o produto técnico tecnológico que propomos, é um Caderno de Orientações, que foi pensado com o intuito de contribuir com as reflexões e discussões acerca da temática da avaliação da aprendizagem em uma perspectiva emancipatória que está sendo construído juntamente com os participantes da pesquisa. Entendemos que a perspectiva emancipatória, em um primeiro momento pode ser caracterizada como uma utopia, algo distante de ser alcançado, porém compreendemos que é um caminho relevante na produção do conhecimento que pode proporcionar a emancipação dos estudantes (SAUL, 2010). A partir do que já foi estudado e pesquisado, entendemos que ainda há muito a ser feito no que tange a avaliação da aprendizagem, porém, compreendemos que essa temática tem inúmeras possibilidades quando o assunto é a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Diante disso, pontuamos que o processo de avaliação da aprendizagem tem muito a contribuir, especialmente no que concerne à transformação social dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de ensino. A partir disso, apresentamos na próxima seção, as considerações parciais, desenvolvidas em articulação à pesquisa em andamento.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Esperamos, com a realização dessa pesquisa, contribuir com as discussões sobre a temática da avaliação da aprendizagem dentro de uma perspectiva emancipatória. Pretendemos também colaborar com outros trabalhos que, porventura, enveredem na temática da avaliação e suas influências dentro do ambiente escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Com relação aos objetivos desse estudo, pelo fato de a pesquisa ainda se encontrar em andamento, pontuamos que o processo de avaliação da aprendizagem na perspectiva emancipatória, possibilita a compreensão dessa temática como um processo de grande importância para a educação. Um processo que integra o diagnóstico, o acompanhamento e a análise dos resultados. Nessa compreensão, os processos de avaliação da aprendizagem na educação apresentam contribuições no desenvolvimento e acompanhamento da realidade dos estudantes, aperfeiçoamento da prática pedagógica através de reflexões contínuas e tomada de decisões a partir de diagnósticos realizados.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70, 1979.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. – Tradução Luís Antero Beto, Augusto Pinheiro. – São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996. 8. ed. Brasília: edições câmara, 2013. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: 05 de nov. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº. 482**, 7 de jun. de 2013. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB. Disponível em: 03 de jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 458**, 5 de mai. de 2020. Institui normas complementares necessárias ao cumprimento da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica). Ministério da Educação. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/saeb/2020/legislacao/portaria\\_n458\\_05052020.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2020/legislacao/portaria_n458_05052020.pdf). Acesso em: 05 de nov. 2022.

DEPRESBITERIS, L.; TAVARES, M. R. **Diversificar é preciso...: instrumentos e técnicas de avaliação de aprendizagem**. Senac, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. – 58 ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Conscientização** [livro eletrônico], São Paulo: Cortez, 2018.

FREIRE, P. **Direitos Humanos e Educação Libertadora: gestão**

**democrática da educação pública na cidade de São Paulo.** Editora Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Política e educação.** – 7º ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social.** – 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOFFMANN, J. **Grandes descobertas na educação.** Editora Mediação, 2011.

HOFFMAN, J. **Avaliação: mito & desafio.** – 46 ed. – Porto Alegre: Mediação, 2019.

LEITE, P.S. C. **Contribuições do materialismo histórico-dialético para as pesquisas em Mestrados Profissionais na área de ensino de humanidades.** In: 6º Congresso Ibero-americano em Investigação Qualitativa, 2017.

LUCK, H. **Gestão educacional:** uma questão paradigmática, v. I, Série Cadernos de Gestão. Porto Alegre: Vozes, 2015.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem:** componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011b.

LUCKESI, C. C. **Sobre notas escolares:** distorções e possibilidades. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

- PARO, V. H. **Por dentro da escola pública.** São Paulo: Xamã, 2000.
- PARO, V. H. **Administração escolar:** introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.
- PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino.** São Paulo. Ática. 2007.
- PARO, V. H. **Diretor escolar: educador ou gerente.** Cortez Editora, 2015.
- PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Cortez, 2016.
- SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo.** 8 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

# A CONTRIBUIÇÃO DO GESTOR ESCOLAR PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS A PARTIR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

**NOVA, Mary Luiza Silva Carvalho Vila**

<http://lattes.cnpq.br/5980317021775247>

[maryluizas@yahoo.com.br](mailto:maryluizas@yahoo.com.br)

**SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos**

<http://lattes.cnpq.br/6057206547897855>

[sandrasantos@professor.uema.br](mailto:sandrasantos@professor.uema.br)

## INTRODUÇÃO

O direito a educação formal das crianças de zero a cinco anos em creches e pré-escolas tem uma história bastante recente no Brasil. Foi a partir da metade dos anos 1980 que a educação de crianças pequenas passou a ser concebida como um assunto importante para o Estado fazendo com que a educação em creches e pré-escolas fosse preconizada como sendo um direito social das crianças na Constituição Federal de 1988 (OLIVEIRA, 2011).

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9394/96 – integrou a Educação Infantil a educação formal, preconizando-a como primeira etapa da Educação Básica (BRASIL, 1996). Todavia, quando ocorreu a expansão do acesso das crianças às creches e pré-escolas percebeu-se que a baixa qualidade do atendimento era um desafio que precisava ser enfrentado. Dessa forma, no início dos anos 90 aquela parcela da sociedade que havia lutado pela ampliação da quantidade de creches e pré-escolas, passou a se mobilizar para que o direito da criança a uma educação de qualidade fosse reconhecido.

Se por um lado, a qualidade da educação na primeira infância se tornou extremamente necessária frente aos artigos publicados na década de 1990 que evidenciavam as precárias condições de funcionamento de instituições de educação infantil, ressaltando “a falta de materiais pedagógicos, a baixa escolaridade e a falta de formação dos educadores, a ausência de projetos pedagógicos e as dificuldades de comunicação com as famílias” (CAMPOS; FULLGRAF; WIGGERS, 2006). Por outro

lado, de acordo com Campos et al. (2011), investigações realizadas no Brasil em instituições de boa qualidade evidenciaram o impacto positivo que ocorrera na continuidade da escolaridade das crianças que as frequentavam. “A duração desse impacto variou, conforme o estudo considerado, desde os primeiros anos da escola primária até a vida adulta” (CAMPOS et al, 2011, p. 18).

Portanto, a garantia da qualidade nos trabalhos desenvolvidos em creches e pré-escolas com crianças que estão em uma fase de suma importância do desenvolvimento humano tem se apresentando necessário a redução de desigualdades educacionais nas etapas posteriores de escolarização, conforme apontam os estudos desenvolvidos por Coleman (1966) e Crahay (2002). Bem como exercem um impacto significativo no desenvolvimento global e na sua qualidade de vida de cada indivíduo, conforme pesquisas de Heckman (2006, 2008, 2013), Heckman & Pinto & Savelyev (2013) e de Heckman & Karapakula (2019).

Considerando todos estes aspectos, nos propusemos a desenvolver uma pesquisa de mestrado cujo a questão norteadora é: Como a atuação de gestores(as) escolares de instituições de Educação Infantil podem contribuir para a redução das desigualdades educacionais? Assim, esta investigação tem por objetivo principal analisar a atuação do(a) gestor(a) escolar em instituições de Educação Infantil da rede pública de ensino do município de São Luís, Maranhão, com vistas a implementação dos marcos teóricos e legais para esta etapa.

A fim de alcançar o objetivo principal deste estudo, foram delineados os seguintes objetivos específicos: analisar contribuições teóricas que versam sobre as desigualdades educacionais; explicitar avanços legais e teóricos relacionados a Educação Infantil; destacar o possível impacto da qualidade da Educação Infantil na redução de desigualdades educacionais, e; investigar se a atuação de gestores escolares na gestão de instituições públicas de Educação Infantil está em consonância com os marcos legais e teóricos para esta etapa.

A investigação sintetizada neste resumo expandido está em fase de conclusão. Dessa forma o trabalho dissertativo será dividido em quatro seções de modo que a primeira seção consistirá na introdução comportando o percurso metodológico da pesquisa, a segunda abordará

as percepções teóricas e legais sobre a educação infantil, a terceira discorrerá sobre a gestão da instituição educativa como sendo um dos elementos fundamentais para a garantia da qualidade da educação infantil o que pode vir a repercutir na redução de desigualdades educacionais nas etapas posteriores de escolarização de cada criança e a quarta seção apresentará a caracterização do estudo e seus resultados.

## **A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SEU IMPACTO NAS ETAPAS POSTERIORES DE ESCOLARIZAÇÃO**

A educação é um direito social que foi assegurado às crianças em creches e pré-escolas desde a Constituição Federal (BRASIL, 2020). No entanto, somente em 1996 que a Educação Infantil foi integrada a Educação Básica através da Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a com a emenda Constitucional nº 59/2009 o ingresso da criança na Educação Básica passou a ser obrigatório a partir dos 4 (quatro) anos de idade (BRASIL, 2014). A LDB preconiza que Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem por finalidade promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). Nas últimas décadas

A produção científica na área [da Educação Infantil] tem aumentado de forma significativa, possibilitando um acúmulo de conhecimentos que tem contribuído para subsidiar a formulação de orientações e documentos legais que estimulam a melhoria da qualidade da educação oferecida às crianças (BARBOSA et al, 2016, p. 12).

Para o Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância (2014), somente um trabalho de qualidade na Educação Infantil pode viabilizar que esta etapa cumpra sua finalidade de iniciar o processo de formação de um cidadão crítico, autônomo, capaz de refletir sobre a realidade que o circunda e agir sobre essa realidade. A legislação educacional vigente no Brasil preceitua a garantia de

[...] padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do

processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022) (BRASIL, 1996, art. 4º, inc. IX).

A fim de que a primeira etapa da educação básica cumpra sua função sociopolítica de assegurar à criança a formação necessária ao exercício pleno da cidadania, bem como cumpra com sua função pedagógica de conceder embasamento necessário a construção de conhecimentos demandados nas etapas subsequentes de escolarização, o Ministério da Educação publicou documentos que subsidiaram as práticas educativas na Educação Infantil, dentre os quais destacasse aqui os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2018), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010), Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2015), Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

Cabe ressaltar, que “as questões públicas que motivam o PNE podem ser vislumbradas nas desigualdades educacionais” (BRASIL, 2015, p.11). Assim, com base nos resultados de estudos sobre a importância da oferta de educação com qualidade na Educação Infantil, priorizou esta etapa prevendo, já na META 1, a universalização do atendimento de crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos na pré-escola e a ampliação para 50% do atendimento de crianças até 3 (três) anos na creche. Contudo, com base no Painel de Monitoramento o PNE, até 2019 esta meta não havia sido alcançada sendo que a cobertura de pré-escolas era de 94,1% e da creche 37%.

Para Campos (2020), ainda que a meta definida no Plano Nacional de Educação não tenha sido alcançada a expansão verificada na cobertura representa um grande avanço pois, demonstra que a educação infantil ganhou “um espaço importante na agenda pública, na medida em que esse atendimento se expandiu no país” (CAMPOS, 2020, p. 895).

Os documentos norteadores para a Educação Infantil, publicados pelo Ministério da Educação desde a década de 1990, partiram do entendimento que a frequência de crianças em instituições de educação infantil de qualidade pode estar relacionada a um melhor desenvolvimento psicossocial e intelectual da criança, sobretudo

daquelas de menor poder aquisitivo. Nessa mesma direção, em 17 de maio de 2022 o Governo Federal lançou o “Programa Primeira Infância na Escola”, instituído pela portaria nº 357, com a finalidade de promover iniciativas que “elevem a qualidade da educação infantil e potencializem o desenvolvimento integral das crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 2022).

Ao longo dos últimos anos “várias pesquisas têm contribuído para ampliar o conhecimento a respeito das crianças, de suas necessidades, características, potenciais, formas de aprender e desenvolver-se” (BRASIL, 2018, p. 11). “Estas pesquisas há algumas décadas vêm atestando a importância do acesso das crianças à educação, tanto para os processos de escolarização que se sucedem como para a formação dos indivíduos em uma perspectiva mais global” (BRASIL, 2014, p. 16).

Esses estudos apontam que a garantia da qualidade nos trabalhos desenvolvidos com as crianças em creches e pré-escolas têm se apresentando necessária para minimizar desigualdades educacionais nas etapas posteriores de escolarização. Concebe-se que a compreensão das desigualdades educacionais emerge da aceção de três conceitos sistematizados por Crahay (2002) quais sejam: igualdade de tratamento, igualdade de oportunidades e igualdade de conhecimentos (também nomeada *igualdade de aquisição*). De acordo com Crahay,

A igualdade de tratamento [...] é respeitada quando todos os alunos recebem a mesma qualidade e os mesmos conteúdos de ensino. A igualdade de oportunidades será satisfeita se as oportunidades educacionais mais ricas forem oferecidas àqueles que são realmente os mais merecedores [...]. Por fim, os que sonham com a igualdade de aquisição consideram que é legítimo dar mais aos mais desfavorecidos no plano intelectual e cultural, a fim de criar uma nova situação na qual todos os indivíduos sejam dotados de competências consideradas fundamentais para se desenvolver na sociedade do século XIX (CRAHAY, 2013, p. 13).

Sobre a desigualdade educacional no Brasil, Lima reflete que, esta

[...] é forjada em vários níveis, que vão desde a dimensão da oportunidade de acesso, cujas políticas de expansão de vagas visaram equacionar; passando pelas condições de

ofertas após o ingresso no sistema educacional (dimensão de tratamento), que tiveram por foco as políticas de uniformização do sistema de ensino (currículo, formação docente, recursos e infraestrutura) e, por fim, o nível da desigualdade de conhecimentos, que demanda políticas de ações afirmativas às populações mais vulneráveis (LIMA, 2020 p.51).

É importante assinalar que, embora exista uma vasta literatura internacional sobre os impactos da qualidade da Educação Infantil sobre o aprendizado dos estudantes ao longo da vida, sobretudo daqueles indivíduos advindos de condições mais desfavoráveis (SANTOS, 2015), os dados nacionais sobre os impactos a qualidade da educação infantil ainda são escassos (NATAL, 2020). De acordo com as pesquisas do Comitê Científico Núcleo Ciência Pela Infância (2021), ainda há pouca informação sistematizada sobre a qualidade do trabalho realizado nas instituições de educação infantil no Brasil.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa em desenvolvimento está pautada na linha teórica do materialismo dialético uma vez que se propõe a analisar a atuação de gestores escolares de instituições de educação infantil da rede pública municipal com vistas à implementação dos marcos teóricos e legais para esta etapa. Neste sentido, tal qual aponta Kosik (2002), a abordagem orientada pelo materialismo dialético visa ressaltar a importância da prática social para a transformação da realidade.

Dessa forma, o percurso teórico-metodológico traz uma abordagem qualitativa, a fim de aprofundar o entendimento da temática pesquisada, bem como, quantitativa, pois possibilitará tornar os conceitos mais precisos, permitindo que se obtenha mais informações sobre os fenômenos observados. Segundo Goldemberg (2004, p. 67), “a integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular”.

Para realização desse estudo, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa documental a fim de balizar o trabalho

realizado na etapa da pesquisa de campo conforme pontuam Marcone & Lakatos (2019). Na pesquisa de campo, faremos a coleta de dados, com a aplicação de um questionário elaborado através da ferramenta *Google Forms*, e a entrevista com o roteiro semiestruturado, buscando investigar a relação entre a teoria e prática nas instituições pesquisadas, partindo do pressuposto levantado por Rosa e Arnald (2006) de que a opção de coleta de dados através da Entrevista permite ao pesquisador/entrevistador obter os resultados verdadeiramente fidedignos.

Nesse contexto, é importante destacar que para Minayo, a pesquisa de campo “permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social” (MINAYO, 2007, p. 61).

Uma vez concluída a pesquisa de a campo, os dados coletados serão categorizados e analisados a luz da técnica de Análise de Conteúdo sistematizada por Bardin (2016), cujo propósito é fazer inferências com vistas a melhor interpretação dos conteúdos produzidos a partir de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2016, p. 44).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir da revisão bibliográfica e documental, foi possível perceber que a etapa da educação infantil é importante para a redução das desigualdades educacionais pois, a depender da qualidade das práticas, ambientes e espaços nestas instituições, se boa ou ruim, irá exercer um impacto positivo ou negativo nas etapas posteriores de escolarização da criança. Para Campos et al (2011, p. 18),

A oportunidade de acesso à EI [Educação Infantil] de qualidade é um direito da criança e constitui um benefício que não pode ser medido somente por resultados futuros, mas principalmente pelas vivências que proporciona à criança naquela fase de sua vida. Entretanto, do ponto de vista das políticas públicas, especialmente em um país como o Brasil, onde os indicadores educacionais revelam

a persistência de déficits importantes na escolaridade básica da população, o debate sobre o impacto da EI na escolaridade futura ganha sentido e compõe uma gama de questões a serem mais bem pesquisadas no contexto brasileiro.

Campos (2011), coordenou uma pesquisa que teve por objetivo principal avaliar a qualidade da educação infantil em seis capitais brasileiras (estudo de qualidade) e, a partir desses resultados, identificar diferenças no desempenho escolar de crianças no início do ensino fundamental associadas à frequência em uma pré-escola de qualidade (estudo de impacto) englobando 762 estudantes de escolas públicas que haviam realizado a Provinha Brasil, dos quais 605 haviam frequentado uma instituição de educação infantil avaliada no estudo da qualidade e 157 crianças que não frequentaram nenhuma instituição. Através da referida pesquisa foi constatado que crianças que frequentaram instituições de educação infantil de qualidade obtiveram melhor desempenho na Provinha Brasil.

Embora o contexto educacional brasileiro careça de mais estudos sobre a qualidade na educação infantil, pesquisas realizadas em alguns países, dentre os quais se destacam aqueles desenvolvidos nos Estados Unidos e na Inglaterra (APPES; MENDOLIA; WALKER, 2012), apontam a relevância com que essa questão precisa ser considerada. Deve-se pôr em evidência que os resultados obtidos nesses estudos subsidiaram a definição dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2018).

Tendo em vista que o Programa Primeira Infância na Escola, tem como eixos: avaliação e monitoramento da implementação dos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil; gestão, liderança e fortalecimento institucional, e; currículo e práticas pedagógicas (BRASIL, 2022, art. 8), é possível depreender que a liderança da gestão das unidades de creche e pré-escolas é considerada um ponto fundamental para a elevação da qualidade na Educação Infantil. De acordo Lück (2014), a constatação de que o exercício da liderança pelo gestor escolar é de extrema relevância para a qualidade da educação e efetiva formação do educando, está cada mais presente na literatura internacional.

Para Lück (2014), a gestão escolar não se realiza sem o exercício de liderança, “que pressupõe uma influência orientadora, estimuladora, motivadora, inspiradora e conscientizadora” (LÜCK, 2014, p.55). Nessa mesma perspectiva, Libâneo (2015) aponta que o sucesso do processo educativo está diretamente relacionado as habilidades e competências do gestor escolar e na sua capacidade de “aglutinar as aspirações, os desejos, as expectativas da comunidade escolar e articular a adesão e a participação de todos os seguimentos da escola na gestão de um projeto comum” (LIBÂNEO, 2015, p. 97).

Conforme assinala Libâneo (2015), o exercício da função de gestor escolar requer que o mesmo tenha conhecimentos e habilidades que propiciem o bom funcionamento da escola em todos os seus aspectos pois, ainda que a gestão do ensino deva ser democrático-participativa<sup>1</sup> como preceitua a Constituição Federal e a LDB, é o gestor escolar quem conduz todo o processo. A liderança assertiva do gestor escolar possibilita exercer a articulação e envolvimento de todos, de modo a cumprir a função da escola enquanto promotora da aprendizagem e formação integral das crianças.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

De acordo com Crahay (2013), a oferta de educação qualidade na fase inicial do desenvolvimento humano é de suma importância para a atenuar déficits nas aprendizagens nas etapas posteriores de escolarização. Tal constatação corrobora com as pesquisas de Heckman (2016), que apontam que as experiências vivenciadas pela criança na primeira infância tem impacto significativo no seu desenvolvimento global e na sua qualidade de vida em todas as demais fases.

Para Crahay (2002) é possível combater as desigualdades educacionais concedendo às crianças igualdade de tratamento, igualdade de oportunidades e igualdade de conhecimentos. Assim, compreende-se que está é uma tarefa complexa que perpassa pela gestão da rede de ensino o que está acima do domínio do gestor escolar e requer a execução de políticas públicas nesse sentido.

No entanto, o gestor da instituição de educação infantil tem sobre a responsabilidade de liderar a equipe escolar de modo a tornar possível que se obtenha maior efetividade das ações promovidas,

orientando o desenvolvimento do processo educacional, promovendo o monitoramento e a implementação da Proposta Pedagógica da instituição de Educação Infantil, de modo que a escola cumpra sua função e promova a elevação da qualidade da educação o que, pode contribuir para a redução de desigualdes educacionais em seu entorno.

## REFERÊNCIAS

APPS, P.; MENDOLIA, S.; WALKER, I. The Impact of Pre-school on Adolescents' Outcomes: Evidence from a Recent English Cohort. In: **Economics of Education Review**, 2013, 37, 183-199. Disponível em: <https://www.iza.org/publications/dp/6971/the-impactof-pre-school-on-adolescents-outcomes-evidence-from-a-recent-english-cohort>; Acesso em: 2 dez. 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm); Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/Secretária de Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular** – BNCC 4ª versão. Brasília: 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília, DF: 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 105/2019. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

BRASIL. **Portaria nº 357, de 17 de maio de 2022.** Institui o Programa Primeira Infância na Escola. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-357-de-17-de-maio-de-2022-400967224>. Acesso em: 5 jun. 2022.

CAMPOS, Maria Malta; FÜLLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. A qualidade da Educação Infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de pesquisa.** São Paulo: FCC, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006.

CAMPOS, Maria Malta et. al. A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras. In: **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, v. 41, nº 142, p. 20-54, jan./abr. 2011.

COLEMAN, James S. *et al.* **Equality of education opportunity.** WASHINGTON: U.S. Government Printing Office, 1966. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED012275.pdf> Acesso em: 7 mai. 2022.

**COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA.** Estudo nº 8. Educação infantil de qualidade [livro eletrônico]. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2021. Disponível em: [https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2021/10/wp8\\_ed-infantil.pdf](https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2021/10/wp8_ed-infantil.pdf). Acesso em: 16 jan. 2021.

CRAHAY, Marcel. Como a escola pode ser mais justa e mais eficaz? In: **Cadernos CENPEC,** v.3, n.1, p.9-40, jun. 2013.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HECKMAN, J. J. Skill Formation and the Economics of Investing in Disadvantaged Children. In: **Science.** v.312. jun. 2006. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/James\\_Heckman3/publication/6974430\\_Skill\\_Formation\\_and\\_the\\_Economics\\_of\\_Investing\\_in\\_Disadvantaged\\_Children/links/546bb8](https://www.researchgate.net/profile/James_Heckman3/publication/6974430_Skill_Formation_and_the_Economics_of_Investing_in_Disadvantaged_Children/links/546bb8). Acesso em: 18 mar. 2017.

HECKMAN, James J. Schools, Skills, and Synapses. In: **Economic Inquiry**. v. 46, n. 03, p. 289 -324, jul. 2008. Disponível em: [https://jenni.uchicago.edu/papers/Heckman\\_2008\\_EI\\_v46\\_n3.pdf](https://jenni.uchicago.edu/papers/Heckman_2008_EI_v46_n3.pdf). Acesso em: 14 fev.2020.

HECKMAN, James; PINTO, Rodrigo; SAVELYEV Peter. Understanding the Mechanisms Through Which an Influential Early Childhood Program Boosted Adult Outcomes: Dataset. In: **American Economic Review**, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1257/aer.103.6.2052>. Acesso em: 10 jun.2022).

HECKMAN, James; KARAPAKULA, Ganesh. **The Perry Preschoolers at late midlife: a study in design-specific inference**. Working Paper. Chigargo, 2019.

KOSIK, Rarel. **Dialética do concreto**. Trad. Célia Neves; Alderico Tiríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 6a ed. rev. e ampl. São Paulo: Heccus editora, 2015.

LIMA, Naira da Costa Muylaert. A evolução da (des)igualdade de conhecimento no ciclo de alfabetização de quatro escolas públicas do estado do Espírito Santo. In: Reunião Nacional da **ANPEd**, 38, 2017, São Luís. Disponível em: [38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT14\\_766.pdf](https://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT14_766.pdf). Acesso em: 6 abr. 2022

LÜCK, H. **Liderança em gestão escolar**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. (Série Cadernos de Gestão).

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NATAL, Jaqueline França. **O impacto da qualidade de práticas pedagógicas e interações sobre a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças.** Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSA, M. V. de F. P. do C.; ARNOLD, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa, mecanismos para validação dos resultados.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SANTOS, Daniel Domingues dos. **Impactos do ensino infantil sobre o aprendizado: benefícios positivos, mas desiguais.** Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo, 2015.

# O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE TIMON (MA)

**COSTA, Poliane de Lima Vaz da**

<https://lattes.cnpq.br/1088809044581989>

[polianeelima7@gmail.com](mailto:polianeelima7@gmail.com)

**FERREIRA, Antonio Alves**

<http://lattes.cnpq.br/4837741521158774>

[as.alves@ufma.br](mailto:as.alves@ufma.br)

## INTRODUÇÃO

Ao refletirmos sobre o papel do professor, diríamos, de forma direta, que se trataria de ensinar e contribuir para a formação de um sujeito autônomo, crítico, reflexivo e participativo na sociedade. Para a efetivação plena desse papel, é importante discutirmos sobre a valorização do professor, visto que essa seria condição sine qua non para uma educação de qualidade e como direito de todos.

O interesse em pesquisar sobre o trabalho docente na Educação Infantil parte das inquietações e experiências da primeira autora deste texto, que atuou como professora e posteriormente, como coordenadora pedagógica da rede municipal de Timon (MA), além daquelas partilhadas pelos pares em relação ao trabalho docente – sobretudo da Educação Infantil – e sua valorização profissional. Na experiência na coordenação pedagógica nesse município, temos convivido e percebido as dificuldades e os desafios que surgem a cada dia.

Assim, compreendemos que o papel do professor é relevante diante das possibilidades para desenvolvermos uma educação de qualidade no país, visto que a valorização influenciará diretamente nos resultados e no desempenho dos alunos. Isso implica dizer que a má qualidade da formação inicial, as condições de trabalho e baixa remuneração impactam nos resultados da aprendizagem, em especial, na Educação Infantil, etapa essa que vem exigindo do professor novas competências para sua atuação em sala de aula. Esse fato decorre das transformações históricas e das concepções de infância e de Educação Infantil elaboradas ao longo do seu percurso de constituição social.

Considerando o exposto, o presente estudo propõe uma discussão sobre o trabalho docente na Educação Infantil e a valorização profissional de professores da Educação Infantil, a partir de um recorte temporal de 2014 a 2022, período em que o novo Plano Nacional de Educação foi promulgado através da Lei 13.1005/2014, a respeito da qual focaremos nas metas de valorização docente.

Pretendemos com esta pesquisa responder à questão norteadora: Como se configuram as condições de trabalho docente e seus reflexos na prática pedagógica da Educação Infantil no município de Timon (MA) entre 2014 e 2022? Como parte da dissertação em construção, vinculada à linha de pesquisa Gestão Educacional e Escolar, o presente estudo tem como finalidade apresentar resultados parciais alcançados pela pesquisa, cujo objetivo geral é investigar os impactos do desenvolvimento das políticas públicas de valorização profissional de professores(as) na prática pedagógica da Educação Infantil, no período de 2014 a 2022, no município de Timon (MA).

Para o alcance do objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar, na prática pedagógica, os impactos da valorização profissional de professores de Educação Infantil; descrever ações sobre a valorização profissional de professores da Educação Infantil no município de Timon (MA), presentes no Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS); e analisar as políticas públicas de valorização profissional de professores, considerando o que propõem os documentos oficiais em nível de país e município, no período de 2014 a 2022. Além disso, é nosso intuito elaborar e executar um curso de formação, com duração de 120 horas, com ciclo de estudos sobre as políticas públicas de valorização dos professores da Educação Infantil e os impactos destas na prática pedagógica.

## **A EDUCAÇÃO INFANTIL E A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE**

A Educação Infantil tem passado por avanços relevantes, de modo que essa primeira etapa da educação básica tem possibilitado aos infantes desfrutar de uma educação contextualizada e essencial para a formação humana nos aspectos social, político e pedagógico. Na busca por um atendimento de qualidade nas instituições de educação infantil,

houve um olhar direcionado para a formação deste profissional, bem como para a valorização enquanto docente.

A formação do professor é reconhecidamente um dos fatores mais importantes para a promoção de padrões de qualidade adequados na educação, qualquer que seja o grau ou modalidade. No caso da educação da criança menor, vários estudos internacionais têm apontado que a capacitação específica do profissional é uma das variáveis que maior impacto causam sobre a qualidade do atendimento (BARRETO, 1994, p. 11).

No que se refere à Educação Infantil, a proposta dos Indicadores de qualidade da Educação Infantil indica o seguinte:

Um dos fatores que mais influem na qualidade da educação é a qualificação dos profissionais que trabalham com as crianças. Professoras bem formadas, com salários dignos, que contam com o apoio da direção, da coordenação pedagógica e dos demais profissionais – trabalhando em equipe, refletindo e procurando aprimorar constantemente suas práticas – são fundamentais na construção de instituições de educação infantil de qualidade (BRASIL, 2009, p. 54).

Nesse sentido, ao discutirmos sobre a educação pública de qualidade, de direitos de todos, é importante refletirmos sobre a valorização profissional dos professores, em especial da Educação Infantil, como uma das possibilidades e condições de assegurar esse direito, articulado ao campo das políticas públicas de educação, pautada nos marcos legais. Dentre eles, está a Constituição Federal de 1988, que em seu art. 206 determina a valorização dos profissionais de ensino, garantindo, na forma de lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9.394/96, em consonância com a Constituição Federal, no seu art. 67, reafirma os princípios constitucionais de ensino, destacando que os sistemas devem promover a valorização

dos profissionais da educação. Porém, percebe-se que há ainda muito a se fazer para que a profissão docente, seja contemplada na prática, tal como rege a Lei (BRASIL, 1988, 1996). Em 2008, com a criação da Lei nº 11.738, que trata sobre o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os profissionais do Magistério Público da Educação Básica, constituiu-se o desafio quanto à luta por sua concretização por parte de alguns entes estaduais e municipais.

Outro marco importante foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que proporcionou novos olhares para os profissionais da Educação Infantil. Essa ação implicou o redirecionamento de políticas públicas voltadas para a valorização profissional desses professores, o que inclui planos de cargos, carreira e salários no contexto municipal, como exigência para esse financiamento. O novo Plano Nacional de Educação (PNE), promulgado pela Lei nº 13.005/2014, estabelece diretrizes, metas e estratégias para a educação brasileira – dentre as quais, quatro estão voltadas para a valorização docente.

Nesse sentido, a valorização dos profissionais da educação também constitui uma das prioridades, destacando-se a atenção que deve ser dada à formação inicial e continuada, especialmente dos professores. Além disso, assinala-se que faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas, o tempo de estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério (BRASIL, 2014). Entendemos aqui que todos esses aspectos impactam diretamente na prática pedagógica de professores da Educação Infantil.

Compreendemos também que essa valorização traz possibilidades, ampliando as condições de trabalho para a efetivação de um processo de ensino de qualidade. As condições de trabalho se referem tanto aos aspectos estruturais – como disponibilização de instalações físicas, materiais didáticos, equipamentos e meios de realização das atividades – quanto às relações que denotam o processo de trabalho e as condições de emprego, representadas pelas formas de ingresso, contratação, remuneração e carreira (OLIVEIRA; ASSUNÇÃO, 2010). Em consonância com esse pensamento, Corsino (2009) aponta que, para atender a essa expansão da Educação Infantil, são necessários estudos,

reflexões e articulações entre teoria e prática, formação de professores, construção e adequação de espaços, aquisição de equipamentos e materiais, organização de rotinas, elaboração de planejamento, entre outras demandas.

Além das conquistas relativas à valorização docente nos documentos oficiais, a Educação Infantil garante espaço em termos de direitos nas legislações. Diante disso, observamos que a luta pela Educação Infantil de qualidade e como direito de toda criança na faixa etária ganhou maior força na década de 1970. De acordo com Paschoal e Machado (2009), ao final dos anos 70, pouco se fez em termos de legislação que garantisse a oferta desse nível de ensino. Pouco mais à frente, em meados dos anos 80, diferentes setores da sociedade, como organizações não governamentais, pesquisadores e outros, realizaram movimentos em prol de uma educação de qualidade desde o nascimento.

A Constituição Federal de 1988 não apenas tornou-se um marco decisivo no tocante à criança pequena, representando para toda a sociedade os direitos da criança no Brasil, como também configurou, para a Educação Infantil, uma enorme abertura na política educacional do país, ao considerá-la como direito da criança, sendo dever da família e do Estado. A concepção de Educação Infantil se intensificou mais ainda com a seguridade dessa etapa nas referidas leis (BRASIL, 1988, 1996). A LDB reforça a responsabilidade do município, conforme o art. 11, quando orienta que: “os Municípios incumbir-se-ão de: V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas [...]” (BRASIL, 1996). Com isso, a Educação Infantil avança no sentido de definir uma educação voltada para o ser criança, levando-a em consideração como sujeitos com direitos assegurados pelo Estado.

Na medida em que a Educação Infantil foi reconhecida como etapa da Educação Básica, vencendo a ação assistencialista, também abriram-se margens para a escolaridade na pré-escola, o que se deu a partir de documentos que foram constituídos para a validação e a qualificação do ensino. Os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998), criados para nortear o trabalho da prática docente nessa etapa, definem objetivos, metodologias e referências para organização do espaço pedagógico, a fim de promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras.

Nesta esteira, temos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2010), que ampliam essa concepção e colocam a criança como foco da aprendizagem. Um grande marco nesse documento está no acesso ao conhecimento cultural e científico, e no acesso às brincadeiras e interações. Os referidos documentos acima serviram de fundamentação teórica para a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), visto que a mesma reforça o papel da criança como a protagonista na construção de suas aprendizagens, por meio das interações e das vivências. Esse fato tem revelado a urgência de políticas públicas para atender de modo específico às necessidades da Educação Infantil, desde a gestão até as condições materiais e estruturais.

Como parte da Educação Básica, a Educação Infantil tem alcançado avanços relevantes, possibilitando que os infantes desfrutem de uma educação contextualizada, essencial para a formação humana, nos aspectos social, político e pedagógico, implicando a necessidade de políticas públicas de valorização docente. É notório para toda a sociedade haver a necessidade de mudança na maneira de fazer educação, na melhoria do processo de ensino e aprendizagem, o que perpassa pela valorização profissional em nível regional, nacional e internacional. Esses fatores, sem dúvida, contribuem para que o professor e a sociedade reconheçam a importância da atuação deste profissional junto às crianças pequenas, pois as condições precárias inibem a ação pedagógica de qualidade, mesmo por parte daqueles professores bem formados. Isso, porque a ausência de tais condições causa desestímulo para uma busca de aperfeiçoamento nos estudos.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo tem o trabalho docente como tema, delimitado no estudo dos professores da Educação Infantil. Para a realização deste projeto de pesquisa sobre o trabalho docente da Educação Infantil da rede municipal de ensino de Timon (MA), apoiamos-nos nos parâmetros que subsidiam a pesquisa qualitativa. Segundo Sampieri, Colado e Lucio (2013, p.376):

O enfoque qualitativo é selecionado quando buscamos compreender a perspectiva dos participantes (indivíduos

ou grupos pequenos de pessoas que serão pesquisados) sobre fenômenos que os rodeiam, aprofundar em suas experiências pontos de vista, opiniões e significados, isto é, a forma como os participantes percebem subjetivamente sua realidade (SAMPIERI; COLADO; LUCIO, 2013, p. 376).

No contexto do nosso objeto de estudo, a pesquisa qualitativa permite compreender como esses profissionais concebem a sua valorização docente, o trabalho docente, além dos impactos na prática pedagógica na Educação Infantil. Nesse processo, ao escolhermos a pesquisa qualitativa, acreditamos ser algo coerente com o objeto de estudo. A presente pesquisa tem como plano de fundo o materialismo histórico-dialético, por meio do qual busca-se “analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais” (MINAYO, 2007, p. 24).

Considerando os objetivos propostos, o estudo tem uma abordagem de pesquisa de campo, que será desenvolvida em nível macro no município de Timon (MA), localizado a aproximadamente 433 km da capital São Luís (MA). Os critérios de seleção do lócus da pesquisa nos levaram a escolher as creches municipais, por abordarmos especificamente o impacto da valorização dos(as) professores(as) da Educação Infantil. O universo da pesquisa englobará 4 (quatro) creches, 8 (oito) professores(as) efetivos(as) da Educação Infantil, 1 (um) presidente e 1 (um) integrante do Conselho Municipal da Educação, bem como 1 (um) representante do Sindicato e o secretário municipal de educação; portanto, totalizando-se 12 sujeitos.

Dado o caráter exploratório e descritivo da pesquisa, serão adotados os procedimentos de análise documental e a realização de entrevista narrativa. Utilizaremos a análise documental, por entendermos que essa técnica de pesquisa nos auxilia a compreender as políticas de remuneração de professores da Educação Infantil da rede municipal de ensino de Timon (MA). Sobre essa técnica, concordamos com Lüdke e André (1986, p. 38), ao afirmarem que a análise documental “pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja

desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Já a entrevista narrativa possibilita uma maior aproximação entre pesquisador e pesquisado. Ouvimos suas narrativas ao responderem às perguntas propostas a partir de um tema gerador sobre os impactos na prática pedagógica na Educação Infantil da valorização profissional. Conforme Souza (2006), a entrevista narrativa permite adentrarmos no campo subjetivo e concreto no qual os professores atuam, envolvendo, no processo investigativo, uma dupla dimensão: de investigação e de formação.

Para a realização desta pesquisa, serão utilizados os seguintes instrumentos: roteiro de análise documental, roteiro de entrevistas e questionário, os quais são opções para “capturar” as informações necessárias ao fenômeno em estudo. O questionário, segundo Brennan, Medeiros e Figueiredo (2012, p. 186), “é um dos instrumentos de coleta de dados mais utilizados pelas pesquisas de campo, [...] é um dos mais estratégicos para reunir informações sobre as características de sujeitos, grupos e comunidades”. O questionário da pesquisa será composto de questões fechadas e abertas. De acordo com Fachin (2005), as perguntas fechadas são específicas, para que o informante/pesquisador escolha umas delas, enquanto as perguntas abertas propiciam liberdade ilimitada de respostas aos interlocutores. Nesse sentido, com as questões fechadas, tencionamos construir o perfil dos interlocutores e, com as questões abertas, realizar a construção de um conteúdo mais denso para análise, possibilitando que narrem sobre os impactos das políticas públicas de valorização profissional em suas práticas.

Para a análise dos dados, faremos uso da técnica da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2011), a qual possibilita compreender as comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens. Após a coleta, os dados serão organizados em categorias e subcategorias para uma melhor compreensão do objeto de estudo e para responder à problemática da pesquisa. A pesquisa ainda está foi submetida ao Comitê de Ética. Com essa estrutura, apresentaremos, a seguir, os resultados e as discussões parciais já abrangidos com o desenvolvimento da pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa pesquisa está em (re)construção, encontrando-se em fase de levantamento bibliográfico, por meios de artigos, livros, teses, documentos oficiais, entre outros. Encontra-se estruturada em três seções teóricas e uma seção empírica, sendo esta última a que trará as evidências da pesquisa que servirão de base para a construção do Produto Técnico-Tecnológico (PTT), sob o formato de um curso de Formação. Nessa proposta, o curso terá a duração de 120 horas, com ciclo de estudos sobre as políticas públicas de valorização dos professores da Educação Infantil e os impactos dessas políticas na prática pedagógica.

A primeira seção teórica está estruturada em introdução e percursos da pesquisa. A segunda seção (em construção) está dividida em três subseções, discutidas. Nela, pretendemos fazer uma incursão histórica acerca da Reforma do Estado brasileiro e a contrarreforma da educação nos marcos do neoliberalismo de mercado. Ademais, será feita uma análise do contexto histórico, político e socioeconômico brasileiro, a partir dos anos de 1990, e seus reflexos na valorização docente no Brasil, bem como as implicações das reformas educacionais para a educação e o trabalho docente.

Na terceira seção teórica (em construção), o estudo buscará fazer uma imersão nas políticas de Educação Infantil e nas condições do trabalho docente, com contexto histórico da educação infantil brasileira. Além disso, buscaremos traçar o perfil dos/as professores/as de educação infantil no Brasil e, por último, descrever e analisar os programas e políticas educacionais no município de Timon (2014-2022). Na quarta e última seção, o estudo dedica esforços a compreender a configuração do trabalho docente na educação infantil de Timon (MA), resgatando a breve história da Educação Infantil no município em estudo, analisando o número de escolas/número de matrículas, número de creches, qualificação dos professores, salário etc.

Os primeiros apontamentos dos materiais analisados permitem compreender que a valorização dos professores é fundamental para o pleno exercício da profissão. Tal valorização abrange as dimensões das condições materiais para a sua qualificação e para o funcionamento e manutenção das escolas, como: formação inicial e continuada de qualidade, que possibilite construir saberes, refletir criticamente sobre

suas práticas; espaços e condições de trabalho adequados à prática pedagógica na Educação Infantil; valorização salarial e profissional, com uma remuneração digna, que possibilite ascender na sua carreira, por meio de investimentos e estudos. Mancebo (2010) afirma que as condições de trabalho extrapolam a questão salarial e envolvem também a oferta de estrutura física adequada, recursos materiais e equipamentos. Na Educação Infantil, esse aspecto envolve, especialmente, a valorização dos professores.

No tocante à Educação Infantil, percebe-se o avanço acerca das concepções de infância que têm corroborado novas exigências dos profissionais que atuam na Educação Infantil. De acordo com Locatelli e Vieira (2019), o direito da criança à educação está intrinsecamente ligado às políticas educativas que garantem boas condições de infraestrutura e profissionais qualificados, já que ambos contribuem para uma educação de qualidade.

Diante do exposto até aqui, podemos perceber que a oferta de uma Educação Infantil de qualidade está relacionada à valorização profissional, bem como às boas condições de trabalho para o funcionamento e manutenção das escolas, para a formação inicial e continuada de qualidade, a qual possibilite ao docente construir saberes e refletir criticamente sobre suas práticas.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Considerando que a pesquisa está em construção e, portanto, ainda não conta com análise de dados empíricos, os principais levantamentos do estudo até aqui são aqueles revelados por documentos oficiais, tais como: Constituição de 1988, a LDBEN nº 9.394/1996 e os Planos PNE (2014-2024) e PME de Timon (MA), além de autores que versam sobre a valorização dos(as) professores(as) da Educação Infantil.

Nessa perspectiva, diante do que foi apresentado neste estudo, verificamos que estamos diante de questões antigas, já que nas últimas décadas muito se tem feito no campo das políticas públicas para a valorização dos(as) professores(as). Porém, cabe destacar que, mesmo diante de lutas pela melhoria das condições de trabalho, é necessário um esforço conjunto dos entes estaduais, municipais e federais para que toda e qualquer política pública seja concretizada e tenha assegurados os

seus recursos financeiros. Se a valorização dos(as) professores(as) está para além da remuneração, logo, são necessárias condições de trabalho, de formação continuada e assistência, em especial à saúde emocional e psicológica do professor, que muitas vezes sofre sozinho e não tem espaço de escuta.

Portanto, a partir das leituras realizadas, compreendemos que é necessário investir na valorização dos professores, para que os mesmos tenham condições plenas de realizar um efetivo exercício da profissão, promovendo assim uma educação de qualidade. Na Educação Infantil, para efetivar os direitos das crianças a uma educação de qualidade, o Estado deve garantir profissionais respeitados nos seu direito à valorização.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, A. M. R. F. Por que e para que uma política de formação do profissional de Educação Infantil? *In*: BRASIL. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1994. p. 11-16.

BRASIL. (Constituição [1988]). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1998.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020.

BRENNAND, E. J. G.; MEDEIROS, J. W. M.; FIGUEIREDO, M. A. C. **Metodologia científica na educação a distância.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

CORSINO, P. (Org.). **Educação infantil:** cotidiano e políticas. Campinas: Autores Associados, 2009.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

LOCATELLI, A; VIEIRA, L. Condições de trabalho na Educação Infantil no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 78, p. 263-281, nov./dez., 2019.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANCEBO, D. Subjetividade docente. *In:* OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (Org.). **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: FaE-UFMG, 2010. não paginado.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In:* DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-30.

OLIVEIRA, D. A. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 1, p. 17-35, 2010.

OLIVEIRA, D. A.; ASSUNÇÃO, A. A. Condições de trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (Org.). **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: FaE-UFMG, 2010. não paginado.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 1, n. 33, p. 78-95, 2009.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia da pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SOUZA, E. C. **O conhecimento de si:** estágio e narrativas de formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A; Salvador: UNEB, 2006.

# **A GESTÃO ESCOLAR NO ENSINO EMERGENCIAL: uma investigação sobre o contexto socioeducacional da pandemia da Covid -19**

**ESTRELA, Rafaelle Christine Cidreira**

<http://lattes.cnpq.br/1310149263507060>

[rafaelle.estrela@hotmail.com](mailto:rafaelle.estrela@hotmail.com).

**DUARTE, Ana Lúcia Cunha**

<http://lattes.cnpq.br/7783722596524788>

[duart\\_ana@hotmail.com](mailto:duart_ana@hotmail.com).

**ALVES, Kallyne Kafuri**

<http://lattes.cnpq.br/6531776916968549>

[kallynekafuri@hotmail.com](mailto:kallynekafuri@hotmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

Situamos este estudo no panorama das constantes mudanças, alterações e desafios educacionais em meio a restrições sanitárias da Covid-19 e nos concentramos em analisar os impactos da crise pandêmica na gestão escolar, considerando esta como “[...] atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009, p. 318).

Neste entendimento, evidenciamos que a realidade socioeducacional pandêmica tem sido uma das questões mais discutidas e exploradas por se reportar a um período atípico, movido por problemas antigos, intensificados com as políticas emergenciais de cunho neoliberal e com a improvisação do ensino ofertado que abrange diferentes enfoques e realidades. Sendo assim, a gestão com a tarefa mencionada por Libâneo; Oliveira e Toschi (2009), possui relação direta com o “processo político-administrativo contextualizado, através do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada” (BORDIGNON; GRACINDO, 2006, p. 147), demandando nossos estudos para conhecer, registrar e mover reflexões a partir da pesquisa.

Diante de tal intencionalidade, nos propomos investigar os aspectos que compõem as dimensões pedagógicas e administrativas

da gestão escolar fortemente afetadas pelos impactos da crise que se originou com e nas condições da pandemia, se abatendo na sociedade e consequentemente nas escolas. Para isto, partimos da seguinte questão norteadora: como o (a) gestor (a) escolar efetiva as estratégias pedagógicas e administrativas do ensino emergencial na etapa do Ensino Fundamental Anos Iniciais em uma escola da rede pública municipal de São Luís/ MA durante a pandemia da Covid-19?

Na intenção de responder a tal questionamento, o objetivo geral visa analisar as ações pedagógicas e administrativas adotadas pelo(a) gestor(a) escolar na implementação e efetivação do ensino emergencial na etapa do ensino fundamental anos iniciais durante a pandemia da Covid-19 em uma escola pública da rede municipal de São Luís/ MA. Para isto, mobilizamos quatro objetivos específicos, sendo que o primeiro propõe discutir como as concepções sistêmicas e os princípios da gestão escolar em articulação com as determinações legais norteadoras da gestão educacional a nível federal, estadual e municipal do ensino emergencial direciona a gestão pedagógica e administrativa na organização da escola pública municipal de São Luís/MA durante o período de calamidade pública da Covid-19.

O segundo e o terceiro objetivo específico reportam-se a investigação dos procedimentos adotados pelo (a) gestor (a) escolar durante a oferta do ensino emergencial no lócus da pesquisa, portanto, pretendem relacionar as ações e estratégias da gestão escolar para o planejamento e (re)organização pedagógico/administrativo da escola diante das reconfigurações do ensino emergencial e identificar quais estratégias e metodologias de atividades pedagógicas, instrumentos e critérios de avaliação não presenciais foram adotadas em caráter excepcional pela gestão escolar para atender os objetivos de aprendizagem de estudantes da etapa dos anos iniciais do ensino fundamental.

O quarto objetivo direciona-se ao produto educacional e evidencia a intenção de construir um repositório digital temático que servirá como fonte de pesquisa e subsídio a gestores educacionais, escolares e pesquisadores, por reunir links de acesso a pesquisas, ebooks e um amplo acervo de documentos normativos e diretrizes orientadoras das práticas pedagógicas e da organização escolar durante o estado de calamidade pública da Covid-19.

O texto se organiza em quatro seções, sendo esta a primeira, destinada as discussões introdutórias, problematização e objetivos da pesquisa. Posteriormente, apresentaremos as bases teóricas que sustentam a pesquisa evidenciando o aporte teórico usado na fundamentação das discussões. A terceira seção traz uma síntese das etapas que integram a metodologia, os instrumentos de coleta de dados, o lócus e os sujeitos participantes.

A quarta seção remete-se aos resultados parciais e discussões desenvolvidas no universo das análises que compõem o estado do conhecimento e produto educacional, uma vez que a pesquisa ainda passará pela etapa de investigação em campo. Por fim, retomaremos nas considerações finais alguns apontamentos sobre investigação. Iniciemos as discussões com abordagem do panorama de impactos e enfrentamentos socioeducacionais provenientes da crise pandêmica que repercutiram nas ações de gestores escolares, promovida a seguir.

## **IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA NAS AÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR**

As discussões e análises que integram a pesquisa estruturam-se em duas seções teóricas e uma seção empírica ainda em processo de construção. Dentre os autores que dão suporte teórico e conceitual a compreensão do universo das análises sobre os desdobramentos da gestão escolar no ensino emergencial estão: Lück (2000; 2007; 2009), Peres (2020), Silva e Lima (2020), Saviani e Galvão (2021), Giordano (2021), Hora, Correa e Oliveira (2022), dentre outros.

O contexto socioeducacional que nos propomos discutir, notadamente marcado pela crise pandêmica, caracteriza-se pela transposição das práticas e estratégias de ensino do meio escolar físico (presencial) para o não presencial. Nestas circunstâncias, os gestores tiveram que “lidar não somente com questões administrativas, pedagógicas, financeiras, materiais e de pessoas, mas também de higiene, segurança e saúde da comunidade intra e extraescolar” (HORA; CORRÊA; OLIVEIRA, 2022, p. 4).

Isto porque, conforme a Covid-19 se propagava os óbitos<sup>8</sup>

8 Até a finalização deste texto, em 19/12/2022, a pandemia da Covid-19 contabiliza no Brasil, 692.000 (seiscentos e noventa e dois mil) mortes, sendo 11.023 (onze mil e vinte e três) no Maranhão de acordo com Painel Coronavírus do Ministério da Saúde conforme atualização realizada em 18/12/2022.

aumentavam, sendo necessária a adoção de diversas medidas de controle, prevenção e combate a pandemia, dentre elas destacamos o lockdown e o distanciamento social, que ocasionaram o fechamento de escolas por um período prolongado. Neste cenário, os gestores passaram a gerir uma cultura organizacional fora do espaço físico escolar, sendo acrescido as suas demandas e atribuições e responsabilidade pelos “protocolos de saúde, obrigações educacionais e legais, questionamentos e demandas familiares (BASSO; PIEROZAN, 2021, p. 6). Diante deste panorama de impactos e alterações surgem os desafios, pois com a configuração de uma rotina escolar não presencial os gestores tiveram que se preocupar com:

as transposições das aulas presenciais para as aulas em ambientes virtuais, administrando com isso, o seu próprio despreparo e também o despreparo dos docentes para o uso de ferramentas tecnológicas para aulas virtuais, e em muitos casos, curvando-se para a ausência de recursos tecnológicos de alunos e de suas famílias (PERES, 2020, p. 24).

A medida em que a pandemia evoluía, os desafios se modificavam, pois o ensino emergencial apresenta diversas facetas, que se formam de acordo com as peculiaridades de cada rede de ensino ou escola, fator determinante a ser considerado pela gestão na adoção de estratégias pedagógicas a serem utilizadas durante o período emergencial. A seguir, na metodologia será apresentada as etapas que compõem a pesquisa.

## **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento da pesquisa adotou-se a abordagem qualitativa, que de acordo com Minayo (2014, p.12), justifica-se na aplicabilidade da interpretação e compreensão de ações que envolvem fatos sociais decorrentes de um contexto histórico. Nesta perspectiva, a prática empírica desta investigação será desenvolvida em uma instituição escolar da rede pública municipal da cidade de São Luís, cujo a escolha dar-se-á mediante os seguintes critérios: constar na relação de escolas da rede pública municipal disponibilizado no site da Secretária Municipal de Educação (Semed), ofertar a etapa do Ensino Fundamental Anos Iniciais e ter aderido ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação

Básica (SAEB) no ano de 2019. Os sujeitos serão o (s) profissional (s) que exercem a função de gestor (a) pedagógico (a) e /ou administrativo (a) da escola *lócus*.

A investigação compõe-se em três etapas, características do trabalho científico em pesquisa qualitativa denominadas por Minayo (2007, p. 26) como: fase exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental. Na etapa exploratória realizou-se um levantamento bibliográfico e documental, na intenção de compreender e contextualizar o universo da pesquisa, as políticas regulatórias das práticas gestoras escolares no enfrentamento da pandemia e as normativas que fundamentam a proposta de Produto Educacional.

Na segunda etapa será desenvolvido o trabalho de campo que permitirá conhecer a realidade socioeducacional da escola *lócus* por meio de informações fornecidas pelos sujeitos participantes, que conduzirão a ação de (re) pensar o objeto estudado, uma vez que esta fase “é o contraponto dialético da teoria social (MINAYO, 2007, p. 76). Ademais, esta etapa oportunizará a aproximação do produto educacional com os sujeitos da pesquisa, a fim de que seja discutido questões referentes a sua finalidade e funcionalidade. Nesta etapa será realizado um estudo de caso e os instrumentos adotados para a coleta de dados serão a entrevista semiestruturada, observação participante e diário de campo.

A terceira etapa será destinada a análise e tratamento do material empírico e documental, obtido por meio da entrevista, observação participante e diário de campo, articulando este material aos propósitos da pesquisa e a sua fundamentação teórica (MINAYO, 2007, p. 81). Após este entendimento, passemos aos resultados preliminares e discussões movidos na seção a seguir.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

As discussões aqui promovidas integram a contextualização sintetizada de duas seções do estado do conhecimento da pesquisa. A primeira seção, discorre sobre a gestão escolar no contexto da pandemia perpassando pela caracterização do panorama socioeducacional, enfatizando os impactos e alterações promovidos na educação e nas ações dos gestores escolares, tomados neste estudo como uma via de

desdobramento e articulação das ações que envolvem o cotidiano escolar, ou seja, um canal de compreensão sobre a efetivação das medidas de implementação do ensino por estar diretamente interligada ao corpo docente, a comunidade escolar e aos problemas provenientes do estado de calamidade decretado em decorrência da Covid -19.

Nesta proposição, o cenário que constitui a realidade socioeducacional conduzida por gestores escolares é influenciado e dominado por fatores para além da crise sanitária, uma vez que a emergência também é de viés social, político e econômico, caracterizada pelo processo de desmonte dos direitos sociais e pela precarização da educação pública gratuita, indicando a configuração de uma nova morfologia do trabalho e do processo ensino-aprendizagem (SILVA; LIMA, 2020, p. 291). No decorrer deste processo, a falta de consenso nas informações e orientações governamentais associado aos diversos decretos e normas legais de paralisação total das aulas presenciais e pelas orientações de isolamento social no período de implementação improvisada do ensino emergencial geraram incertezas e dúvidas sobre o trabalho a ser desenvolvido na escola (GIORDANO, 2021, P. 130).

Em detrimento disto, observou-se que em instituições escolares da rede pública o ensino remoto adotado para cumprimento do calendário escolar não preencheu as condições mínimas para a grande maioria dos alunos e para uma parcela significativa de professores que arcaram com os prejuízos financeiros, físicos e mentais decorrentes da precarização do trabalho (SAVIANI; GALVÃO, 2021 p. 38-39). Isto porque, as políticas sociais emergenciais de cunho neoliberal intensificaram a vulnerabilidade social e a segregação digital, revelando dificuldades relacionadas a estrutura de trabalho que se apodera dos processos escolares.

Partimos dessa compreensão para tratarmos na segunda seção teórica da pesquisa (ainda incompleta), sobre a educação pública municipal de São Luís em tempos de Covid -19, apresentando a princípio um diagnóstico das propostas e estratégias adotadas pela rede e as atribuições da gestão escolar frente aos desafios da pandemia, por meio de dados que serão cortejados com o material coletado nas entrevistas semiestruturadas, na intenção de buscar maior aprofundamento na análise crítica proposta. Na capital maranhense,

muitas escolas permaneceram fechadas e sem vínculo com os alunos, enquanto outras conseguiram implementar o ensino remoto previsto na reorganização do calendário de 2020, todavia, não conseguiram manter todos os alunos ativos por não terem acesso a ferramentas digitais, o que evidenciou amplamente a exclusão social, com isso, a Semed orientou os gestores de escolas da rede a planejar o calendário letivo de 2021 a partir da proposta de “Curriculum Continuum” (SEMED, 2021, p.19).

Cabe ressaltar, que o período emergencial da rede pública municipal de ensino ludovicense foi marcado pela constante mudança no secretariado da Semed e que no decorrer do processo foram elaborados três documentos norteadores: as diretrizes iniciais para retorno às aulas e reorganização do ano letivo de 2020, o Guia para o Ensino Remoto 2021 e o Protocolo de volta às aulas - 2022. A formação de gestores escolares para atuação no ensino emergencial era tida como uma das prioridades no Guia para o Ensino Remoto 2021. A mesma relevância é apresentada no documento normativo de 2022 da rede que reconhece a importância da gestão escolar para efetivação das medidas pedagógicas na retomada presencial das aulas e concebe o gestor como o “ponto focal, o coordenador da ação estratégica, o multiplicador das recomendações e o articulador do cumprimento das medidas de prevenção e controle” (SEMED, 2022, p. 10) da Covid – 19 na escola.

Face ao exposto, apresentamos a proposta do Repositório Digital temático como um memorial sobre a educação em tempos de pandemia, por se tratar de uma ferramenta que compõem a memória social, através da qual a ciência preserva os fatos ocorridos com a possibilidade de ser acessada por meios eletrônicos, para obter informações do dia a dia ou de caráter técnico- científico (ALMEIDA; OLIVEIRA E ROSA; 2019, p. 118), contemplando em seu acervo todos os documentos utilizados como aporte na pesquisa, além de documentários, ebooks e estudos científicos que se debruçam sobre a temática. Passemos as considerações parciais com apontamentos preliminares sobre a pesquisa em andamento.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

As discussões promovidas indicam que a crise neoliberal e sanitária que se originou na temporalidade da Covid -19 alterou cultura

organizacional da escola pública, impactando a dimensão pedagógica, administrativa e as interações que constituem os processos escolares. Neste contexto, coube a gestão escolar liderar e conduzir as interações não presenciais, os protocolos sanitários, o conjunto de práticas e a diversidade de situações que surgem da improvisação do ensino emergencial com destaque para a potencialização da vulnerabilidade e desigualdade, refletidas na exclusão digital de estudantes e na precarização do trabalho docente, visto que professores, famílias e os gestores tiveram que arcar financeiramente com recursos e equipamentos tecnológicos que viabilizassem a comunicação e o ensino.

O embasamento teórico da pesquisa expõe o contexto de desafios e enfrentamentos da gestão escolar e evidencia o retrato educacional contemporâneo marcado pela ampla mercantilização das tecnologias digitais apresentadas como via prioritária de manutenção do ensino emergencial. Neste sentido, o entendimento sobre a amplitude dos impactos, materialização das políticas educacionais emergenciais, das estratégias, metodologias e dimensão dos desafios da gestão escolar dependerá da análise dos dados empíricos que ainda serão coletados na investigação em campo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isledna Rodrigues de; OLIVEIRA, Bernardina Maria J. F. de; ROSA, Maria Nilza Barbosa. Repositórios digitais como espaços de memória e disseminação de informação. **Informação em Pauta**, v. 4, n. especial, p. 117-131, 2 nov. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/42609/99523> Acesso em: 06 mai. 2022.

BASSO, Crislaine Vargas; PIEROZAN, Sandra Simone Hopner. **Desafios da gestão escolar: tempos de incertezas na escola pública**. 2021. 16 f. TCC (Doutorado) - Curso de Especialização em Gestão Escolar: Coordenação, Direção e Supervisão Escolar, Universidade Federal da Fronteira Sul, Fronteira Sul, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4968>. Acesso em: 18 dez. 2022.

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura; AGUIAR, Márcia (org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 147-176.

GIORDANO, Daniele Xavier Ferreira. **Um olhar sobre o trabalho dos gestores escolares no contexto da pandemia**. Educação Básica Online, v.1, n.1, p.125-133, jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.editorialaar.com/index.php/educacaobasicaonline/article/view/15/14> Acesso em: 04 de set. 2022.

HORA, Dinair Lealda; CORRÊA, Izete Magno; OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de. Os reflexos da pandemia no cotidiano escolar paraense. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 38, n. 00, 2022. DOI: 10.21573/vol38n12022.111575. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/111575>. Acesso em: 17 de out. 2022

LIBÂNIO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 7.ed. Cortez: São Paulo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SILVA, Paula Junqueira da; LIMA, Antonio Bosco de. **O oportunismo Neoliberal na Pandemia de 2020: a nova morfologia da educação e da superexploração do trabalho docente**. Movimento – **Revista de Educação**, Niterói, a. 7, n. 15, p. 286 – 312, set./ dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/42973/27658>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. **“Educação na Pandemia: a falácia do ensino remoto”**. Universidade e Sociedade ANDES-SN, p. 36 - 49, jan. 2021. Disponível em: [https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada\\_1609774477.pdf](https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf). Acesso em: 17 out. 2022.

SEMED. **Guia para o Ensino Remoto 2021**. São Luís, 2021. Disponível em: [https://agenciasaoluis.com.br/midias/midias/4448\\_guia\\_para\\_o\\_ensino\\_remoto\\_semed\\_2021.pdf](https://agenciasaoluis.com.br/midias/midias/4448_guia_para_o_ensino_remoto_semed_2021.pdf). Acesso em: 17 nov. 2021.

SEMED. **Protocolo de volta às aulas presenciais nas unidades da Educação Básica da Rede Pública Municipal de São Luís**. 2022. Disponível em: [https://agenciasaoluis.com.br/midias/midias/4666\\_protocolo\\_de\\_volta\\_as\\_aulas\\_presenciais.pdf](https://agenciasaoluis.com.br/midias/midias/4666_protocolo_de_volta_as_aulas_presenciais.pdf). Acesso em: 10 abr. 2022.

# IMPLICAÇÕES DA PROVA BRASIL NA ORGANIZAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES

**ANDRADE, Raimunda Nonata Paiva**

<https://lattes.cnpq.br/7138431983729649>

[raimundacxamor@gmail.com](mailto:raimundacxamor@gmail.com)

**MORAIS, Georgyanna Andréa Silva**

<http://lattes.cnpq.br/7346458823661768>

[georgyan\\_morais@yahoo.com.br](mailto:georgyan_morais@yahoo.com.br)

## INTRODUÇÃO

O presente resumo apresentado ao IV Seminário de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), Mestrado Profissional em Educação pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), insere-se na linha de pesquisa Gestão Educacional e Escolar. A referida pesquisa em construção busca fomentar reflexões acerca das implicações da Prova Brasil na organização das práticas pedagógicas de professores, tem-se como objeto de investigação as implicações da Prova Brasil na reorganização das práticas pedagógicas dos professores.

Os processos avaliativos buscam promover a inserção do aluno na sociedade para tanto devem ser desenvolvidas de forma contextualizada com a realidade do indivíduo. Assim, a Prova Brasil deve levar a reflexões sobre a importância da avaliação para a construção de uma educação transformadora e democrática que atenda às necessidades escolares de acordo com as diversas realidades educacionais brasileiras.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem representa um recurso essencial no âmbito educacional. Esta ferramenta permite ao professor diagnosticar o rendimento dos educandos a fim de repensar e modificar suas práticas pedagógicas. A partir desta premissa, a avaliação deve estar a serviço do processo de aprendizado dos alunos e ter a finalidade de subsidiar a ação pedagógica. Os resultados da Prova Brasil devem promover na escola uma reflexão sobre as práticas educativas durante o processo de aprendizado dos alunos. Diante disso, delimitou-se o seguinte problema de pesquisa: Quais as principais implicações da Prova Brasil na organização das práticas pedagógicas dos professores do 5º ano?

A pesquisa tem como objetivo geral investigar as implicações da Prova Brasil nas práticas pedagógicas das professoras do 5º ano. E como objetivos específicos: caracterizar as principais atividades de ensino desenvolvidas pelas professoras em função da Prova Brasil; analisar as implicações da Prova Brasil na organização das práticas pedagógicas das professoras que atuam no 5º ano; propor discussões acerca da avaliação externa articulada ao sistema avaliativo interno da escola para melhoria do trabalho pedagógico.

Nesta perspectiva, esta pesquisa justifica-se por apresentar uma proposta de análise de novas abordagens críticas e teóricas a respeito da avaliação em larga escala. Por meio da problematização será possível identificar se a Prova Brasil possui um caráter transformador na formação emancipadora do aluno a que se propõe. Além disso, percebe-se a necessidade de investigar os mecanismos avaliativos da Prova Brasil na organização das atividades educativas e as suas implicações nas práticas educacionais para que auxilie no desenvolvimento de estratégias que tragam resultados satisfatórios para a educação brasileira.

Durante o estudo foi possível perceber a escassez de material envolvendo esta temática, portanto, busca-se que essa pesquisa seja capaz não só de mostrar as percepções dos docentes sobre a Prova Brasil (Aneb) e que sobretudo despertar nos pesquisadores o interesse de estudar estratégias efetivas que impliquem na qualidade da educação.

## **A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL**

A avaliação das aprendizagens representa um recurso que se faz presente no âmbito educacional permitindo ao professor diagnosticar o rendimento dos educandos para modificar suas práticas pedagógicas. Assim, a avaliação deve estar a serviço do aprendizado dos alunos, considerando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Além disso, deve ter como finalidade subsidiar a ação pedagógica, permitindo reflexões para a tomada de decisões.

A ideia de avaliar caracteriza-se pelo diagnóstico e pela inclusão do educando no processo de ensino e aprendizagem. Esta inclusão se dá por meio da utilização de diferentes instrumentos avaliativos em uma perspectiva formativa que possibilitará ao professor diagnosticar a efetividade de aprendizagem dos alunos verificando se o sujeito está construindo sua autonomia.

À vista disso, Luckesi (2011, p. 180) afirma que a avaliação é:

Um ato acolhedor que não seleciona os mais aptos, mas, sim, o sujeito que aprende, se forma e se constrói. Isto porque a avaliação está no interior do ato educativo, é ela que garante que o processo de aprender se efetive e é esse processo que torna o aluno sujeito na “feitura” de si mesmo.

A avaliação formativa deve estar a serviço das aprendizagens dos alunos. Neste cenário, o educador deverá refletir sobre suas práticas pedagógicas e buscar por novas metodologias que deverão possibilitar ao aluno construir a sua aprendizagem com autonomia e liberdade. Desta forma, as práticas avaliativas têm sido marcadas por diferentes funções e objetivos que lhes foram atribuídas.

A avaliação é considerada um instrumento que regula, controla ou que emancipa o estudante permitindo ao indivíduo ser um sujeito crítico e transformador da sua realidade. O uso da avaliação no âmbito educacional encontra-se alicerçada por duas vertentes, denominadas: (a) racionalidade técnica e (b) crítica. A vertente da racionalidade técnica assinala que o professor faz uso do exame, assumindo uma postura controladora, excludente, punitiva e de legitimação. Já na vertente crítica, o aluno torna-se o centro do processo de ensino-aprendizagem (MORAIS, 2014).

A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Anresc) são avaliações para diagnóstico, em larga escala que foram elaboradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) objetivando analisar a qualidade do ensino ofertado pelo sistema educacional brasileiro (MEC, 2011).

A primeira aplicação da Prova Brasil em meados de 1990, destinou-se a 1<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> anos do ensino fundamental. Os alunos foram avaliados nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa e Ciências Naturais. Para a aplicação da prova as escolas públicas foram selecionadas através da abordagem amostral buscando realizar um mapeamento da educação básica, identificando os fatores responsáveis por interferir no desempenho dos alunos (MARCOLLA; SERAFINI, 2021).

Para Ball (2002) as avaliações externas representam uma forma de mensurar a produtividade e analisar a qualidade. Com isso,

as equipes gestoras e os docentes, sentem-se culpados e responsáveis por obter resultados o que os levam a desenvolver práticas voltadas apenas para a obtenção de resultados e índices. A aplicação das provas influenciou na organização das práticas docentes e na cultura escolar trazendo como consequência a presença de ações voltadas apenas para preparar os alunos para a prova. Assim, o professor passa a ser visto como um instrumento responsável por obter resultados, refletindo neste indivíduo o sentimento de medo.

Em 1997 as séries avaliadas foram a 4ª e 8ª anos do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio. Apenas em 2001 o Saeb passa a avaliar as disciplinas de Matemática e de Língua Portuguesa. Neste contexto, o governo buscava identificar as dificuldades existentes no ambiente educacional, na diversidade educacional do País e nas fragilidades do sistema de avaliação. Em 2005, o Saeb foi desmembrado em duas avaliações que foram a Prova Brasil e a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) (MARCOLLA; SERAFINI, 2021).

## **UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAXIAS/MÁBASEADA NOS INDICADORES OFICIAIS IDEB**

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme o MEC (2022), data de 2007, pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. O qual busca medir a qualidade do ensino nacional, bem como estabelecer metas para a melhoria da educação. O IDEB funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população através de dados concretos. Ao conhecer estes dados a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o IDEB é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. O IDEB tem sido instrumento de avaliação da aprendizagem nas escolas públicas utilizando testes padronizados nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática para identificar o domínio dos alunos.

O uso dos sistemas de avaliações tinham como finalidade a

regulação política dos sistemas educativos e a efetividade da prática empregada pelo professor. Um ponto crucial que deve ser observado com a aplicação das avaliações externas refere-se ao aumento da desigualdade, o que resultou no afastamento da proposta de melhorar a qualidade do sistema educacional (MARCOLLA; SERAFINI, 2021).

A tabela abaixo (Tabela 1) apresenta a descrição dos dados “desempenho escolar” mensurado das notas dos anos iniciais do ensino fundamental, de 5 escolas na rede pública municipal de Caxias/MA. Os resultados expostos a seguir, revelam que estas escolas possuem o maior IDEB alcançado em 2021, formando assim um grupo com as cinco melhores instituições quanto ao desempenho escolar. De acordo com a Proposta Curricular da rede pública municipal de ensino de Caxias (2021), a concepção de avaliação está alinhada à Pedagogia Histórico-Crítica. Esta concepção mantém íntima a relação com a realidade escolar presente (SAVIANI, 2011).

**Tabela 1** – Lista das escolas com maior IDEB do município de Caxias/MA de 2021.

Escolas	IDEB
U.I.M. Paulo Marinho	6.4
U.E.M. Mons. Gilberto Barbosa	6.0
U.E.M. Santos Dumont	6.0
U.I.M. José Castro	5.8
U.E.M. Costa Sobrinho	5.6

**Fonte:** Adaptado do IDEB, 2021.

Em Caxias, a avaliação interna e externa visa evidenciar aspectos que vão além do pedagógico, perpassando pelo socioeconômico e cultural, uma vez que a práxis através das estratégias em sala de aula possibilita o desenvolvimento dos alunos. O papel do docente de forma crítica e reflexiva é essencial, pois favorece a aprendizagem ativa e autônoma na formação dos sujeitos.

Saviani (2009) explica que o IDEB é um importante indicador cujas metas estabelecidas são progressivas, prevendo-se chegar ao ano

de 2022 com a média prevista para 6,0, que é o índice apresentado pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) pontuado no quesito desenvolvimento educacional em âmbito mundial. A definição do ano 2022 se deu pelo caráter simbólico da comemoração dos 200 anos da Independência Política do Brasil.

O campo da avaliação educacional, segundo Sobrinho (2002), está repleto de importantes estudos e registros de diversas experiências, de propostas, discussões na literatura, envolvendo autores brasileiros e de outras nacionalidades. Notamos que a avaliação educacional vem sendo hegemonicamente determinada no bojo de duas grandes concepções; controle e emancipação, havendo oscilações para o fortalecimento da primeira conforme as mudanças o papel que o Estado passa a assumir em determinados momentos da história do País. Essas oscilações, diga-se de passagem, são escorregadias entre o perfil de um Estado de “bem estar social” e “Estado liberal ou neoliberal”.

As práticas nestas escolas responsáveis por melhorar o IDEB estão relacionadas a qualidade de equipamentos, laboratório de informática, remuneração dos professores e as boas condições de infraestrutura. Além disso, é necessário investir na formação dos professores, melhoria nas condições de trabalho, reconhecimento profissional, presença de cursos de educação continuada, insumos tecnológicos e básicos para promover educação com qualidade (CHIRINÉA; BRANDÃO, 2015).

## **METODOLOGIA**

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de campo e terá abordagem qualitativa. Para subsidiar na construção do presente estudo, apoiará -se em artigos científicos que versam sobre esta temática. Na pesquisa de campo, o pesquisador utiliza-se de um espaço para verificar uma realidade empírica. Para isso, irá dispor de estudos teóricos que fundamentam o objeto a ser investigado. A abordagem qualitativa busca trabalhar com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

Quanto ao uso do método, dar-se-á pelo dialético, o mesmo permite compreender a realidade, sendo permeada por contradições, a mesma está em movimento constante compreendendo o homem enquanto sujeito sócio-histórico. A luz de Kosik (1976) a dialética não

é o método da redução, como na fenomenologia, e sim um método de reprodução espiritual e intelectual da realidade. Esse conjunto de fenômenos humanos pode ser compreendido como uma parte da realidade social. Isto permite que o ser humano pense e interprete suas ações dentro da realidade vivida.

Serão utilizados, os procedimentos como o uso da observação e a realização de entrevistas para a coleta dos dados, quanto as entrevistas será semiestruturada a serem desenvolvidas com professores. Através da observação é possível relatar o que os dados traduzem sobre a realidade em questão. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Na entrevista o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores (MINAYO, 2002, p. 57). A pesquisa será realizada em cinco escolas da rede pública municipal de ensino, situada na zona urbana de Caxias/MA. Os sujeitos a serem investigados serão nove professores que atuam no 5 ano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nos dados arrolados e discutidos na presente pesquisa acredita-se que a mesma contribuirá para que os professores possam entender as principais implicações da Prova Brasil na organização das práticas educacionais a fim de auxiliar os profissionais de educação na criação de ações que reduzam estas implicações e melhore a educação brasileira. Além disso, buscará auxiliar na melhoria significativa das práticas docentes, permitindo uma ressignificação ao fazer pedagógico.

Desta forma, serão desenvolvidas oficinas com materiais normativos e pedagógicos para as professoras nas escolas da rede pública municipal de Caxias/MA. Estes materiais abordaram as implicações da Prova Brasil na organização das práticas pedagógicas de professores em um caderno pedagógico para auxiliar os docentes dos anos iniciais na construção de práticas pedagógicas que contribuam para o aprendizado do aluno.

Além de encontros formativos no campo teórico/epistemológico, com todas as professoras regentes do 5º ano, com encontros presenciais havendo, discussões em formato de rodas de conversas, contextualização teórica acerca de avaliação da aprendizagem e avaliações externas, tendo

como pano de fundo desmitificar que índice elevado é sinônimo de educação com qualidade.

A princípio apresentará um roteiro elucidando a fundamentação teórica, datas e horário previamente estabelecidos, de acordo com a disponibilidade dos docentes, em seguida realizadas discussões e debates, permitindo assim reflexões e a construção de novos conhecimentos enquanto processo contínuo na prática docente. Os encontros acontecerão com a finalidade de propiciar uma compreensão a respeito do processo avaliativo nas práticas docentes.

## REFERÊNCIAS

BALL, S.J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**. São Paulo, 2002.

BRASIL. **Todos pela Educação**. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/dados-das-5-metas/> Acesso em: 10 out. 2022.

CHIRINÉA, A.M; BRANDÃO, C.F. O Ideb como política de regulação do estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Revista Ensaio Avaliativo Político Público Educacional**. Rio de Janeiro, 2015.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem como componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCOLA, V; SERAFINI, L.P. A prova brasil e a sua influência na organização do currículo escolar. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**. Santa Catarina, 2021.

MEC. **Prova Brasil apresentação**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil> Acesso em: 20 mai. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e Arte: o desafio da pesquisa social**. In: \_\_\_\_\_. (Org) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAIS, G. A. S. **Do produto ao processo: contribuições da**

Provinha Brasil na reorganização da prática pedagógica alfabetizadora. Fortaleza, 2014.

SAVIANI, D. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 41 ed. São Paulo, 2009.

SAVIANI, D. **PDE** - Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. 137 p.

SOBRINHO, J. D.; RISTOFF, D. I. **Avaliação democrática-** para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002.184 p.

# **GESTÃO ESCOLAR: estratégias de enfrentamento à diminuição na aprendizagem de estudantes no contexto da pandemia da covid-19 em Breu Branco-PA**

**SILVA, Regiane Pereira**

<http://lattes.cnpq.br/1436042892678071>

[regianep6@gmail.com](mailto:regianep6@gmail.com)

**OLIVEIRA, Raimundo Nonato Moura**

<http://lattes.cnpq.br/1920752752094791>

[gepepcurriculo@gmail.com](mailto:gepepcurriculo@gmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

A discussão sobre a aprendizagem efetiva de desenvolvimento humano na educação pública é, na verdade, a luta pela educação de qualidade como direito das crianças em idade escolar. Dizer que há um direito de aprendizagem com qualidade significa dizer que se trata da promoção de um ensino de qualidade capaz de garantir o desenvolvimento das crianças. Falar de ensino de qualidade, por sua vez, é defender que ele se constitua como prioridade para todos, com acessibilidade universal e condições concretas de desenvolvimento no contexto escolar. Tal empreendimento necessita de um esforço histórico de disposições a fim de superar os problemas históricos que produzem baixo índice de aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, a desigualdade educacional instalada no país.

À luz das políticas educacionais brasileiras, vê-se que as escolas públicas ainda padecem muito da escassez de recursos financeiros, o que resultam na precária infraestrutura e nas condições objetivas de funcionamento adequado para a realização de um bom ensino. Durante a Pandemia da Covid 19, essa fragilidade das escolas acentuou-se ainda mais revelando a sua incapacidade de funcionamento. Dados revelados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, vinculado ao Ministério da Educação (BRASIL, 2020) mostraram que 99,3% das escolas brasileiras suspenderam as aulas presenciais em 2020 e 98,1% não retornaram as atividades presenciais naquele ano, fato que agravou a defasagem da aprendizagem, se

considerado a média de dias das escolas fechadas, por 279 dias.

A defasagem da aprendizagem na educação brasileira é um fato histórico, sob múltiplos pontos de vistas, como o do negligenciamento em termos de investimento financeiro adequado às demandas escolares, bem como as questões relativas às reformas curriculares discrepantes as necessidades históricas de aprendizagem das crianças e as práticas de ensino que não ensinam. Somadas à tudo isso, tal defasagem acentuou-se mais ainda com as medidas de contenção da Covid-19. O isolamento social, por exemplo, afetou diversos setores da sociedade, sendo um deles a escola. Nesse contexto, as escolas tiveram que buscar alternativas para que os alunos tivessem seus direitos de aprendizagem garantidos e prosseguissem nos estudos.

Diante dessa problemática, neste estudo, temos como questão central investigar: de que forma a gestão escolar das instituições de Educação Básica do município de Breu Branco-PA tem contribuído para atenuar os impactos da diminuição na aprendizagem dos estudantes no contexto da pandemia Covid-19? Para isso, temos o objetivo de geral analisar as ações estratégicas da gestão escolar das instituições de educação básica do município Breu Branco-PA no enfrentamento à diminuição na aprendizagem dos estudantes. E como específicos a) Identificar os tipos de ações estratégicas utilizadas no enfrentamento à diminuição na aprendizagem dos estudantes; b) Caracterizar as finalidades e as ocorrências dessas ações na relação com a superação da diminuição na aprendizagem dos estudantes; c) Analisar como as ações estratégicas de gestão escolar se mostram eficazes no processo de superação da diminuição na aprendizagem dos estudantes.

Assim, o presente texto, além desta introdução, é constituído pela seção que apresenta a gestão escolar em contexto da pandemia: enfrentamento à diminuição de aprendizagem, seguida da seção que discute a gestão escolar nas políticas educacionais brasileiras e a democratização do conhecimento escolar: algumas aproximações e ainda da seção do percurso metodológico que aborda uma reflexão crítico-reflexiva a respeito dos novos desafios do trabalho dos gestores no contexto da pandemia. Por fim, segue as considerações finais.

## **A GESTÃO ESCOLAR EM CONTEXTO DA PANDEMIA: ENFRENTAMENTO À DIMINUIÇÃO DE APRENDIZAGEM**

Levando-se em consideração que a gestão escolar desenvolve função indispensável dentro das instituições de ensino, é válido ressaltar que no cenário da pandemia a gestão escolar tornou-se crucial, para junto a políticas públicas, subsidiar e garantir o trabalho digno a docentes, pois algumas estratégias de uso menos habitual, tiveram que ser implementadas para atender o estado de isolamento social, tais como a gravação de videoaulas, o uso de ferramentas tecnológicas, e a produção de material impresso apostilado. Alguns sistemas de ensino público, cientes de que uma parcela significativa de alunos não tem acesso à internet, bem como também os equipamentos que viabilizam esse acesso, sejam computadores, tabletes e celulares, lançaram mão de tecnologias mais antigas como canais de televisão o que facilitou o acesso as aulas fora do ambiente escolar. Daí, avaliar todos os processos que envolve a escolarização nesse período de pandemia, não é uma tarefa fácil.

Entretanto, mesmo com todas essas estratégias, no contexto geral, há de se perceber que houve uma diminuição da aprendizagem como revelam algumas pesquisas. Um estudo divulgado pelo “Todos pela Educação” revelou que entre 2019 e 2021 houve um aumento de 66,3% no número de crianças de 6 e 7 anos de idade que, segundo os seus responsáveis, não sabiam ler e escrever, um aumento que passou de 1,4 milhão em 2019 para 2,4 milhões em 2021. Nesse contexto, o impacto reforçou a diferença entre crianças brancas e crianças pretas e pardas, nomenclatura usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – (BRASIL, 2020). Os percentuais de crianças pretas e pardas de 6 e 7 anos de idade que não sabiam ler e escrever passaram de 28,8% em 2019 para 47,4% em 2021, sendo que entre crianças brancas o aumento foi de 20,3% para 35,1% no mesmo período. É possível também, visualizar uma diferença relevante entre crianças residentes em domicílios mais ricos e mais pobres do país. Dentre as crianças mais pobres, o percentual das que não sabem ler e escrever, aumentou de 33,6% para 51,0% entre 2019 e 2021. Dentre as mais ricas, o aumento foi de 11,4% para 16,6%. Precisamos de políticas para recomposição de aprendizagem.

A partir dos índices do Sistema de Avaliação da Educação Básica vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 2021), divulgados no mês de setembro de 2022, observa-se que grande parte dos estudantes brasileiros estão abaixo do nível de aprendizagem esperado. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, vinculado ao Ministério da Educação (BRASIL, 2021) indicaram que a pandemia deve ser considerada na análise dos resultados tanto da avaliação como do indicador, pois não se pode descartar a possibilidade de a aprendizagem ter sido afetada em virtude, do afastamento dos alunos do ambiente escolar, onde grande parte dos estudantes, passou quase dois anos sem aulas presenciais, sendo assistidos por aulas remotas.

Um estudo realizado pelo Banco Mundial que analisou o impacto da covid-19 na educação de países da América Latina e Caribe, mostra que dois a cada três alunos brasileiros podem não aprender a ler um texto simples até os 10 anos de idade. Outro dado deste estudo, em relação ao que denominam de índice de “pobreza de aprendizagem”, analisado com base nas estatísticas educacionais, o qual indica o percentual de crianças com 10 anos incapazes de ler e compreender um texto simples. Os dados revelaram que a pandemia, aumentaria o índice de pobreza de aprendizagem de 50% já existente no Brasil para a marca dos 70%, o que corresponde a 1,3 ano de atraso na escolaridade, isto é, o aluno teria o conhecimento de mais de uma série anterior ao que corresponde a sua idade. São dados preocupantes, uma defasagem na aprendizagem que pode se prolongar para toda uma geração, por isso, é urgente a necessidade de implementar políticas educacionais e medidas efetivas para superar os déficits e as dificuldades da aprendizagem adquiridas pelo inesperado cenário da Pandemia da Covid 19.

Diante dessas constatações e das complexas mudanças no contexto educacional e seus reflexos, buscamos, neste estudo, investigar as ações estratégicas da gestão escolar das instituições de educação básica do município Breu Branco-PA no enfrentamento à diminuição na aprendizagem dos estudantes no contexto da pandemia.

## **A GESTÃO ESCOLAR NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR: algumas aproximações**

Romper com a visão tradicional instituída historicamente na educação tem sido um grande desafio no trabalho de gestores educacionais e escolares de todo o país, visto que o sistema brasileiro de educação acompanhando a lógica do livre mercado<sup>3</sup> vem passando ao longo dos últimos anos por profundas transformações que implicam dentre outros conceitos, principalmente em relação ao público e privado em que a escola tem sido utilizada como meio de reprodução do sistema capitalista, e professores são exaustivamente treinados a usarem a técnica como primazia na prática escolar. Como enfatiza Giroux:

É desnecessário dizer que vários modos de teoria e prática educativa radical têm emergido nas últimas décadas, para desafiar o paradigma tradicional. Nós testemunhamos relatos estruturalistas que focalizam as questões macro a respeito dos determinantes sociais, econômicos e políticos da escola, que têm tido como objetivo a acumulação do capital e a reprodução das forças de trabalho. (GIROUX, 1988)

Foi exatamente nesse contexto com o anseio de uma parcela da sociedade em romper com esse paradigma do tradicionalismo que o capitalismo sorrateiramente foi se instalando nas instituições públicas escolares perdurando ainda na atualidade. Observa-se que as políticas públicas em educação são incontestavelmente, permeadas pelo viés do capitalismo onde a produtividade e os resultados são mais importantes que o processo. Desde a década de 1990, a tendência no sistema brasileiro de Educação perpassa por duas perspectivas de gestão: a gestão gerencial e a gestão democrática, constitucionalmente reconhecida.

A gestão gerencial caracterizada pelo fortalecimento da lógica dos resultados, separando o pensar e do agir, adaptando o currículo que passa a significar um processo padronizado, com intervenção e monitoramento de instituições privadas junto ao poder público, relação esta fluída para todos os sujeitos da escola, com implicações na ação docente, nas formas de participação dos estudantes, e conseqüentemente num novo modelo de gestão que muda a forma de como a direção passa a atuar na escola.

Esse cenário mercantil que foi introduzido na escola tem se fundado de forma dissimulada, no entanto sua verdadeira intencionalidade impõe às práticas escolares um mecanismo que produz capital humano para garantir a sustentação de interesses meramente empresariais sob a lógica do mercado. Como Laval enfatiza:

Na realidade, imitar a empresa teve como prolongamento lógico a vontade de colocar “chefes de verdade” na direção das unidades descentralizadas, encarregados de aplicar de maneira eficiente as políticas de modernização determinadas de cima e capazes de mobilizar energias, introduzir inovações e controlar os professores. Os defensores mais genuínos do neoliberalismo escolar insistem muito na importância de um verdadeiro líder à frente das escolas, contrapartida organizacional fundamental para a constituição de um mercado escolar. (LAVAL, p. 288)

A política neoliberal exige dos indivíduos cada vez mais que sejam competitivos, é o modelo da empresa, sendo infiltrado na escola, promovendo a transformação dos sistemas de ensino, com a introdução de políticas neoliberais. Fortalecendo a sociedade do utilitarismo, o homem econômico, pois o neoliberalismo influencia e transforma as subjetividades, o que exige chefias com este perfil.

Diferente dessa lógica, a gestão democrática busca a concretização da escola pública como processo histórico de avanços e retrocessos, limites e possibilidades, sendo resultado de um projeto coletivo, onde a educação deve ser pública, gratuita, laica e referenciada na qualidade social. Numa compreensão de gestão democrática que visa superar a fragmentação do ensino, o trabalho do gestor não se reduz aos aspectos burocráticos e administrativos, pois é certo que os objetivos das instituições escolares muda de acordo com o modelo de gestão adotado. A partir desta concepção a gestão democrática surge como importante princípio educacional, previsto no art. 206 da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), sendo ratificada, anos mais tarde pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996) corroborando com este mesmo princípio.

No que concerne ao trabalho de diretores, por toda a responsabilidade legal que tem pela escola, é fundamental a compreensão

dos processos educativos, cabendo a estes também, “ter uma visão de conjunto e uma atuação que apreenda a escola em seus aspectos pedagógicos administrativos, financeiros e culturais” (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012, p. 454-455). Sendo este mais um aspecto relevante, o compartilhamento de tarefas, pois um bom gestor não lidera sozinho.

A escola, como sistema social, se compõe de um conjunto de funções, todas elas mais ou menos, inter-relacionadas e todas elas interinfluentes, de sorte que a maneira como são conduzidas as ações de uma determinada área afetam, de alguma forma, as ações da outra área. (LÜCK, 2004, p.7)

Sendo assim, a gestão escolar como liderança que articula os processos educativos tem a função de, em conjunto com os demais participantes da escola, buscar continuamente a qualidade do ensino e da aprendizagem. Nesse sentido a gestão escolar e a gestão pedagógica apresentam características que se completam, pois a gestão escolar está diretamente ligada ao planejamento, aplicação e monitoramento de práticas educativas, numa abordagem pedagógica preocupada com a dinâmica de ações planejadas que busquem a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, atividade-fim da escola. Sob esse ponto de vista, a efetivação do serviço da gestão escolar está interrelacionada tanto da competência administrativa como da competência pedagógica. De acordo com esta análise Oliveira diz:

Uma escola democrática não é aquela em que todos fazem o que querem, mas sim aquela em que todos fazem o que é bom para todos, na concepção kantiana de liberdade. Gerir democraticamente uma sala de aula é criar condições de respeito mútuo, é criar condições de aprendizagem para todos os alunos, respeitando-lhes as diferenças e trabalhando em benefício deles mesmos. (OLIVEIRA, et al 2010)

Outro aspecto relevante para o encaminhamento que se possa dar às ações pedagógicas da escola, com vistas à realização dos seus fins, diz respeito à consideração das atividades-fim como passíveis da

aplicação da lógica administrativa, a aplicação da administração escolar não se reduz às atividades-meio. Como diz (PARO,2017 p. 53) “se administração é utilização racional de recursos para a realização de fins, atividade portanto mediadora entre meios e objetivos, o processo pedagógico necessariamente adquire uma conotação administrativa”. Ou seja, ressalta-se novamente a importância de uma gestão escolar preocupada com o conjunto de processos que constituem a escola, como Libâneo aponta:

[...]o diretor de escola...necessita de conhecimentos tanto administrativos quanto pedagógicos. Entretanto, na escola, ele desempenha predominantemente a gestão geral da escola e, especificamente, as funções administrativas, delegando a parte pedagógica ao coordenador ou coordenadores pedagógicos (LIBÂNEO, 2017, p. 96).

Embora exista a distinção entre atividades-meio, onde situa-se a gestão escolar, e atividades-fim, definida pela a relação de ensino-aprendizagem, não há consenso quanto as funções de gestores escolares. No entanto na concepção de gestão democrática o trabalho de diretores escolares conota outra dimensão, a que não mais compactue com o processo educacional resumido a um instrumento de alienação e expropriação material do homem.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa encontra-se em fase de submissão ao Comitê de ética na Plataforma Brasil, a partir de sua aprovação será realizada em duas escolas públicas da Educação Básica, localizadas no município de Breu Branco-PA. E partirá do seguinte problema: De que forma, a gestão escolar das instituições de Educação Básica do município de Breu Branco-PA tem contribuído para atenuar os impactos da diminuição na aprendizagem dos estudantes no contexto da pandemia Covid-19?

Conforme Minayo (2016), a pesquisa é de natureza crítico-reflexiva e inscreve-se nos parâmetros da abordagem qualitativa, contextualizada por análise do objeto, definida pelas seguintes etapas do percurso teórico-metodológico: revisão bibliográfica, observação, entrevista com aplicação de questionários, análise dos dados e

materialização do produto técnico tecnológico com os professores e gestores participantes da pesquisa.

Considerando a importância da competência pedagógica da gestão escolar serão coletados em contextos escolares as seguintes informações: perfil do gestor escolar, formação acadêmica e profissional, grau de envolvimento com ações pedagógicas, acompanhamento da aprendizagem, monitoramento dos resultados, relacionamento com a comunidade e implementação de métodos pedagógicos. Além da observação in loco, serão utilizados instrumentos para coleta de dados, sendo a entrevista semiestruturada utilizada como técnica e o questionário como instrumento que será disponibilizado aos participantes pela plataforma google forms. Dessa forma minimizando “possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, além dos benefícios esperados dessa participação” (RESOLUÇÃO 466/12). Pois esta é uma pesquisa considerada de mínimo risco para os participantes, que deverão ter autonomia plena e participação voluntária. Também será realizado um estudo de revisão bibliográfica pautado em leituras sobre o tema em questão.

E, por fim, a análise e interpretação dos dados coletados, as conclusões obtidas das observações e os estudos bibliográficos poderão dar alguns direcionamentos para uma gestão escolar democrática atuante, que colabora com uma educação de qualidade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O texto reúne resultados preliminares de pesquisa realizada no mestrado em educação profissional. O estudo tem como objetivo investigar as ações estratégicas da gestão escolar das instituições de educação básica do município Breu Branco-PA no enfrentamento à diminuição na aprendizagem dos estudantes no contexto da pandemia. Para o estudo em pauta buscamos fundamentação teórico-metodológica em autores como: Giroux (1988), Laval (2003), Oliveira (2010), Luck, et al (2005); Paro (2017) e Libâneo (2017), dentre outros. A pesquisa é de natureza crítico-reflexiva, inscreve-se nos parâmetros da abordagem qualitativa, e encontra-se em fase de construção do alicerce teórico e dos instrumentos de coleta de dados.

Em função da natureza do evento, apresentamos os resultados iniciais desta pesquisa relativos à revisão dos objetivos, do caminho metodológico e da ampliação dos referenciais teóricos e empíricos que permitem analisar as possibilidades reais de seu desenvolvimento em andamento. Com relação aos achados sobre o trabalho da gestão escolar, seu papel diante da realidade educacional na sua diversidade, no que tange as suas funções, ainda existe uma falta de clareza no campo da atuação. Como enfatiza Libâneo sobre o papel do diretor:

[...] Há uma diversidade de opiniões sobre o papel do diretor, principalmente, sobre se lhe cabem tarefas apenas administrativas ou também tarefas pedagógicas, em sentido mais estrito. Preferimos optar pela seguinte posição: o diretor de escola é o responsável pelo funcionamento administrativo e pedagógico, portanto, necessita de conhecimentos tanto administrativos quanto pedagógicos. (LIBÂNEO, 2017, p. 96).

Com base no que diz Libâneo (2017), é possível inferir que, embora os diretores também sejam responsáveis por práticas pedagógicas, o que geralmente acontece, é esse profissional atuar mais nas questões administrativas e burocráticas em atendimento às legislações educacionais no âmbito municipal, estadual e federal.

E ainda, na composição de suas atribuições no atual contexto, uma herança deixada pelo complexo cenário de pandemia, trouxe à baila, no campo da educação, as questões relacionadas ao baixo desempenho escolar de milhões de estudantes que foi ampliado pelas medidas de contenção da Covid-19, as quais instituíram o fechamento das escolas brasileiras por quase dois anos, o que gerou um déficit acentuado na aquisição do conhecimento, e ao mesmo tempo, mais um desafio para os gestores escolares que é a recuperação da aprendizagem.

A pandemia, com certeza, provocou a possibilidade de se repensarem os modelos atuais de ensino, os modelos estruturais das escolas, as práticas de gestão, o processo de ensino e aprendizagem e, nesse bojo, a maneira com que as famílias interagem com o processo de ensino e aprendizagem de seus filhos. Temos que considerar que ao retornarmos as atividades, nos depararemos com novas exigências socioeducacionais. Novas oportunidades

surgirão e novas necessidades conviverão com os antigos desafios (PERES, 2020, p.29).

Nesse sentido, o argumento de Peres (2020) apresenta-se lógico diante a atual situação, pois a pandemia passou a exigir novas mudanças no processo educativo e na atuação da gestão escolar. Diante dessas questões e de outras que sempre impactaram o processo de ensino aprendizagem é fundamental e necessário repensar a prática da gestão escolar no contexto da pandemia.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Pode-se constatar através de levantamento de pesquisas já realizadas, no contexto da pandemia, que a considerável diminuição na aprendizagem de milhões de estudantes causados por essa mudança drástica na rotina escolar, coloca a gestão escolar como ponto crucial, no sentido de fomentar a busca de conhecimento, motivar professores e implementar ações de recuperação da aprendizagem. Pois, como afirma Lima e Santos (2007), “ainda hoje, muitos profissionais da área de gestão escolar não possuem clareza da identidade e delimitação de sua competência na vida escolar”.

Nessa perspectiva, o intuito deste estudo é de identificar os novos desafios da gestão escolar, bem como as estratégias bem-sucedidas em escolas, mesmo sabendo que o trabalho desenvolvido pelos gestores escolares fica ainda mais acentuado no contexto da pandemia, de onde se esperam decisões e novos planejamentos.

Nesse sentido, este estudo que ainda está em processo, através do método de análise da realidade, materialismo histórico-dialético, pretende-se demonstrar como escolas em Breu Branco-PA, direcionadas por gestores que primam pela renovação pedagógica, apresentam melhores resultados dos índices de aprendizagens de seus estudantes. Para isso a entrevista estruturada será utilizada, visto que nas pesquisas em Ciências humanas é habitual recorrer ao humano para o aprofundamento científico do objeto em estudo. Portanto, através deste percurso metodológico em andamento, busca-se perscrutar as práticas eficazes de gestão escolar e estratégias eficientes utilizadas a fim de melhorar a aprendizagem dos estudantes no contexto da pandemia.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Impactos da pandemia na Educação.** Disponível em <https://www.futura.org.br/impactos-da-pandemia-na-educacao/> Acesso em 10 dez. 2021.

DE FREITAS DALBEN, Angela Imaculada Loureiro. **Conselhos de classe e avaliação:** perspectivas na gestão pedagógica da escola. Editora Papirus, 2004.

GIROUX. Henry. **A escola crítica e política cultural.** Cortez Editora, 1988.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Divulgados dados sobre impacto da pandemia na educação.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/divulgados-dados-sobre-impacto-da-pandemia-na-educacao> Acesso em: 13 dez. 2021.

LAVAL. Christian. **A Escola não é uma empresa:** o Neoliberalismo em ataque ao ensino público. Editorial Boitempo, 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola:** teoria e prática. 6ª ed. São Paulo: Heccus Editora, 2017.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar:** Políticas, Estrutura e Organização, 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, P. G.; SANTOS, S. M. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. *Educere et Educare*, v.2, n.4, p.77-90, 2007.

LÜCK, Heloísa. [et al]. **A escola participativa:** o trabalho do gestor escolar. Editora Vozes, 2005.

LÜCK, Heloísa et al. **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, v. 1, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Liderança em Gestão Escolar**. Série Cadernos de Gestão. Editora Vozes. 2. ed, 2012.

MARS, Neil. **Gestão Escolar: O Sistema de Administração e Organização da Escola Pública no Sucesso de Professores e Alunos**. 22 Lions. Edição do Kindle. 2016

NEVES, José Roberto (org.). **O mundo pós-pandemia: Reflexões sobre uma nova vida**. Editora Nova Fronteira, 2020.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley e PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. 204 p.

OLIVEIRA Maria Auxiliadora (org). **Gestão Educacional: Novos olhares, Novas abordagens**. Editoras Vozes, 7ª ed. 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. Cortez Editora, 2017.

PERES, Maria Regina. Novos desafios da gestão escolar e de sala de aula em tempos de pandemia. **Revista de Administração Educacional**, v. 11, n. 1, p. 20-31, 2020.

VIEIRA, A. E. R.; BUSSOLOTTI, J. M. Gestão Escolar. **Interação - Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 20, n. 1, p. 45 - 70, 11 mar. 2019.

# A GESTÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IEMA, EM SANTA INÊS/MA

**FREITAS, Sandra Moreira de**

[freitasrrb@hotmail.com](mailto:freitasrrb@hotmail.com)

**ALVES, Antonio Sousa**

[asalves2@gmail.com](mailto:asalves2@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A gestão democrática escolar no Brasil é regulamentada pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 206, no inciso VI, na qual estabelece a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei.” A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, em seu Art.14, trata da gestão democrática nas instituições públicas de ensino. Entretanto, é a partir do Plano Nacional de Educação<sup>1</sup>, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que a implementação da gestão democrática ganhou impulso. Na meta 19, página 15 lê-se: “Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas”.

A partir de então os debates e discussões sobre o assunto se intensificaram nas esferas educacionais e aos poucos as escolas passaram a implantar o novo modelo de gestão. No entanto, muitas são as dificuldades enfrentadas pelo gestor escolar na implementação de uma gestão democrática. Contudo, as práticas de organização e gestão da escola atuam significativamente na formação e na aprendizagem de professores e alunos. Para além de uma visão meramente burocrática da organização escolar, a escola, no seu modo de funcionar, deve ser vista como lugar de práticas educativas e de aprendizagem e desenvolvimento da cidadania.

Tendo por base a atuação da gestão geral do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA, do município de Santa Inês, no Estado do Maranhão, uma escola integral e integrada

de nível médio e técnico, observa-se que o modelo perpassa uma gestão articulada em três gestores (geral, administrativo e pedagógico), coordenadores de área, professores e líderes de turma. Daí a formulação do nosso problema: De que forma a gestão do IEMA de Santa Inês interfere – positiva ou negativamente - na aprendizagem dos estudantes?

Falar de gestão democrática pressupõe a condução de um processo participativo no qual toda a comunidade escolar é responsável pelo planejamento das ações e da tomada de decisões. A gestão participativa e democrática é evidenciada na escuta ativa e sensível, na abertura de diálogos e na valorização das pessoas. Segundo Freire (1995, p. 91):

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando em espaço escolar acolhedor e multiplicar de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o de tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo, o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade.

A participação democrática auxilia no crescimento e desenvolvimento de ações voltadas à educação, contribuindo significativamente para um processo de transformação na escola e revisão de atitudes. Segundo Alonso (2003) só existe espaço para o trabalho coletivo quando o ambiente é democrático e as pessoas não se sentem pressionadas ou ameaçadas a expor suas ideias. Nessa direção, o papel do gestor escolar é imprescindível para estabelecer um clima participativo que seja convidativo e motivador do diálogo e da realização do trabalho coletivo, em que a cooperação e a colaboração sejam as marcas das ações e processos de tomada de decisões.

O modelo de gestão do IEMA se faz em três vertentes: Gestão Geral, Gestão Pedagógica e Gestão Financeiro/Administrativa, cada um com suas responsabilidades dentro da escola, mas com as atividades realizadas preponderantemente alinhadas e, claro, devem estar a serviço dos objetivos pedagógicos da escola. Garantindo, assim, uma aprendizagem de qualidade a seus estudantes, ou seja, uma formação integral.

O Instituto nasceu em 2015 com a proposta de oferecer educação pública de qualidade, pautada na gestão participativa,

alicerçada na qualificação profissional técnica, na formação cidadã e no desenvolvimento do protagonismo dos estudantes. O Modelo Pedagógico, bem como o Modelo de Gestão tem como referência o Modelo da Escola da Escolha (IEMA, 2021).

Os pontos que estruturam a base de sustentação do Modelo, a Escola da Escolha, fundamentam-se em princípios - Quatro Pilares da Educação, Educação Interdimensional, Pedagogia da Presença e Protagonismo - opera um currículo plenamente integrado entre as diretrizes e parâmetros nacionais e/ou locais. A Tecnologia de Gestão Educacional (TGE) pode ser definida como a arte de integrar tecnologias específicas e educar pessoas. No contexto da Escola da Escolha, educar pessoas significa criar um ambiente educacional onde todos, gestores e educadores, sintam-se estimulados a aprender e pôr em prática seus conhecimentos a serviço do estudante e seu Projeto de Vida.

Criação legal do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA: O Governo do Maranhão criou o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), por meio da Lei nº 10.254/2015, regulamentado pelo Decreto nº 10.385/2016.

A educação integral é uma concepção que compreende que o processo educacional deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por estudantes, famílias e educadores. Nesse sentido, o IEMA vem se destacando na oferta de educação pública com qualidade e equidade à população maranhense, buscando formar cidadãos conscientes de seus direitos civis, sociais e políticos. Carvalho (2002), aponta para o fato de que a cidadania consiste na presunção de coexistir na sociedade tais direitos. Nessa perspectiva, uma sociedade só vivência a cidadania plena quando esses direitos são articulados.

Esse modelo, pretende permitir ao jovem o pleno desenvolvimento e domínio de competências apoiadas em valores, no fortalecimento da autonomia, na colaboração de educadores qualificados e comprometidos com o autodesenvolvimento do estudante que necessita de uma escola pública de qualidade.

Em uma gestão participativa, não basta que haja na equipe certas pessoas que apenas administrem a realização das metas, objetivos recursos e meios já previstos. É preciso que se consiga da equipe o compartilhamento de intenções e valores, práticas, de modos que os interesses do grupo sejam canalizados para esses objetivos, e que várias pessoas possam assumir a liderança e desenvolver essas qualidades (LIBÂNEO, 2008, p. 89).

A prática na tomada de decisões naturalmente cria a consciência de participação e o envolvimento nas relações que dizem respeito à escola e ao seu clima organizacional. Entretanto, sabemos que são muitos os desafios a serem enfrentados, pois como afirmou Santos (2008, p. 13)

Não existem receitas maravilhosas ou teorias infalíveis para gerir uma instituição, de qualquer natureza, pois hoje, com a velocidade das mudanças, aquilo que se estabeleceu em um dado momento logo pode mostrar-se inadequado. É fundamental um diagnóstico da realidade, identificando seus problemas principais para conceber os encaminhamentos pertinentes para sua solução. Assim, para suprir essa nova visão do contexto escolar envolvido.

Esta pesquisa tem como método de investigação o materialismo histórico-dialético - tem por objetivo geral analisar a gestão no Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA de Santa Inês - MA. Para o alcance do objetivo geral e construção da pesquisa, foram eleitos os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar a gestão democrática no contexto da educação pública brasileira;
- b) Analisar a proposta de formação educacional do IEMA;
- c) Investigar os reflexos do modelo de gestão no processo de ensino aprendizagem dos estudantes do IEMA Pleno do município de Santa Inês.

## **METODOLOGIA**

Amparado no que defende o Artigo 64, a formação dos profissionais da educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) é que se pretende fazer o estudo sobre a Organização da Gestão no IEMA Pleno.

A pesquisa exploratória - de cunho qualitativa - será desenvolvida no Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA Pleno Santa Inês - MA. Inicialmente, será efetivada uma pesquisa bibliográfica de artigos, dissertações e teses que tratem da temática Gestão Democrática. Os levantamentos ocorrerão em diversas bases de dados, como o Google Acadêmico e Repositórios Institucionais, tais como a: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Scielo.

Em caráter abrangente na gestão escolar, todos os sujeitos envolvidos no processo educativo: gestores, professores, coordenadores pedagógicos, pais, órgãos colegiados, são gestores - de modo a contribuir para a efetivação da gestão democrática, garantindo a qualidade para todos.

Busca-se com o presente trabalho, fomentar a discussão e demonstrar que apesar de ainda enfrentar muitos desafios até se tornar uma prática efetiva na escola, a gestão democrática favorece a construção de divisão de responsabilidades, tendo como produto técnico tecnológico (PTT) um material de cunho formativo sobre TGE – Tecnologia de Gestão Educacional, destinado à gestão e professores, que será realizado no IEMA sempre que necessário. Ficará disponível em forma on-line e impressa, o qual servirá de guia orientativo à comunidade escolar. Busca-se facilitar a formação continuada e eficiente dos profissionais da escola e, conseqüentemente, da melhoria da qualidade do ensino e vida das pessoas que dela fazem parte.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Considerando o processo inicial da pesquisa, constata-se que a gestão escolar é um conceito que se difere da administração escolar.

Isso porque enquanto uma visão administrativa foca na organização e direcionamento de recursos, a gestão é resultado de uma visão estratégica. Por sua vez, o que se sobressai é o significado dos recursos que precisam ser atribuídos por pessoas e para pessoas. De acordo com Lück (2017, p. 45):

A gestão escolar aborda questões concretas da rotina educacional e busca garantir que as instituições de ensino tenham as condições necessárias para cumprir seu papel principal: ensinar com qualidade e formar cidadãos com as competências e habilidades indispensáveis para sua vida pessoal e profissional.

Segundo Fernandes (2018), para desempenhar tal função, existem seis pilares da Gestão Escolar a serem considerados: Gestão Pedagógica, Gestão Administrativa, Gestão Financeira, Gestão de Pessoas, Gestão de Comunicação, Gestão de Tempo e Eficiência dos Processos. Os pilares estão em conformidade com os princípios constitucionais de 1988 legitimados pela Lei 9394/96 que estabelece a gestão democrática:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (LDB/96, p. 04).

A gestão democrática busca a garantia de direitos e a participação, diretrizes advindas da constituição de 1988, que visam a diminuição das desigualdades vivenciadas no país e, também, nas escolas, conforme afirma Lück (2007, p. 36):

Em linhas gerais, a lógica da gestão é orientada pelos princípios democráticos e é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação, organização e planejamento de seu trabalho e articulação das várias dimensões e dos vários desdobramentos de seu processo de implementação.

No processo de construção da gestão democrática se faz necessário o engajamento da comunidade escolar, contribuindo de forma efetiva na tomada de decisões. Como assinala Lück (2016, p. 52):

Escola democrática é aquela em que os seus participantes estão coletivamente organizados e comprometidos com a promoção de educação de qualidade para todos. Demonstra interesse genuíno pela atuação dos professores, dos funcionários e dos alunos da escola, orientando o seu trabalho em equipe, incentivando o compartilhamento de experiências e agregando resultados coletivos.

Nesse sentido, a gestão democrática caminha alinhada com a formação cidadã, uma vez que garante o pleno exercício de direitos de participação, contribuindo para uma educação integral.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Segundo Libâneo (2004) a gestão escolar é uma tarefa administrativa, e pensar na gestão deste espaço remete-nos a muitos desafios, pois a organização e a gestão escolar são dimensões que estão profundamente articuladas, já que a escola não é uma soma de partes, mas um todo interligado que busca articular as orientações dos poderes públicos e o pensar pedagógico a sua prática do dia-a-dia, mediada pelo conhecimento da realidade e pela participação de todos os atores envolvidos no processo educativo.

A participação na gestão escolar favorece a experiência coletiva, ao efetivar a socialização de divisões e a divisão de responsabilidades. Ela afasta o perigo das soluções centralizadas, proporcionando um melhor clima na organização. A participação deve ser entendida como a possibilidade e a capacidade de interagir e, assim, influir nos problemas

e soluções considerados numa coletividade, bem como nos meios ou modos de decidir a respeito de levar a cabo as decisões tomadas.

A presente pesquisa se justifica, devido às diretrizes já apresentadas, ao modelo de gestão democrática, a participação direta da Gestão nas atividades da escola e a falta de trabalhos que analisem os impactos dos IEMAS na educação do Estado do Maranhão.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Mirtes. **Gestão Educacional e Tecnologia**. Avercamp, 2003.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FERNANDES, Luciane. Como os 6 Pilares da Gestão Escolar ajudam a atingir os propósitos da escola. **Edicador 360**. 9 nov. 2018. Disponível em: <https://educador360.com/gestao/gestao-escolar-pilares/>. Acesso em: 18 out. 2022.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. Olho D'água, 6. São Paulo, ed. 1995).

IEMA - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão e Centros Educa Mais. **Diretrizes Operacionais**. 6ª edição. São Luís, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. rev. ampl. Goiânia: Livros MF, 2008.

LÜCK, Heloisa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LÜCK, Heloisa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LÜCK, Heloisa. FREITAS. S. Kátia; GIRLING. Robert. e KEITH. Sherry. **A Escola Participativa: o trabalho do gestor escolar**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LÜCK, Heloisa. **Gestão Educacional: Uma questão paradigmática.**  
3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **A gestão educacional e escolar para a modernidade.** São Paulo: Cengage Learning, 2008

# APROXIMAÇÕES AO PERFIL DE DIRETORES ESCOLARES COM ATENÇÃO À QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PARA A GESTÃO ESCOLAR

**SANTOS, Tamyles Marques**

<http://lattes.cnpq.br/3543089103522771>

[tamylesitzma@gmail.com](mailto:tamylesitzma@gmail.com))

**DUARTE, Ana Lúcia Cunha**

<http://lattes.cnpq.br/7783722596524788>

[duart\\_ana@hotmail.com](mailto:duart_ana@hotmail.com)

**WIEBUSCH, Andressa**

<http://lattes.cnpq.br/7775729173383975>

[andressagpfope@gmail.com](mailto:andressagpfope@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A gestão escolar, tema do presente trabalho, abre muitas discussões, pois pesquisar sobre esse universo, torna-se significativo visto o papel relevante que os gestores possuem, pela responsabilidade e pelo compromisso com a qualidade da educação. A temática é pertinente no meio social e acadêmico, pois os documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) apresentam as perspectivas de gestão escolar com ênfase na educação de qualidade.

Na busca de compreender as relações quanto ao perfil do diretor no âmbito das escolas e seu impacto na aprendizagem dos educandos, definiu-se o seguinte problema de pesquisa: Quais as ações do trabalho dos gestores na qualidade da educação escolar no ensino fundamental?

Assim, considerando o exposto, passamos aos objetivos que está problemática nos leva a elencar. Analisar as ações do trabalho dos gestores na qualidade da educação escolar do ensino fundamental no município de Vila Nova dos Martírios – MA, considerando suas características, desafios e perspectivas de gestão democrática na escola. Esse objetivo central desdobra-se em três objetivos específicos: a) Refletir sobre a relação entre os documentos legais e teóricos na realização do trabalho da gestão escolar; b) Identificar ações do trabalho dos gestores que

contribuam para a qualidade da educação escolar; c) Propor um núcleo formativo permanente na Secretaria Municipal de Educação, com vistas na qualidade da educação.

A escolha desse tema parte do interesse em aprofundar os conhecimentos na área de Gestão Escolar, o qual emergiu da minha vivência ao trabalhar como supervisora de uma escola pública há 10 anos. Tendo em vista o recorte de pesquisa em torno da temática gestão escolar, atentando para as discussões acerca do perfil do gestor, a escolha do objeto de pesquisa se deu a partir de inquietações e reflexões acerca da influência da gestão na qualidade do ensino. Aqueles que estão à frente da gestão escolar necessitam ter o domínio sobre um conjunto de conhecimentos específicos para exercer de forma efetiva tal função. Dessa maneira, “Nenhuma escola pode ser melhor do que os profissionais que nela atuam. Nem o ensino pode ser democrático, isto é, de qualidade para todos, caso não se assente sobre padrões de qualidade e competências profissionais básicas que sustentem essa qualidade” (LÜCK, 2009, p.12).

O presente trabalho está estruturado em quatro tópicos, sendo a primeira, aqui apresentada, dedicada a introdução onde são reveladas as intencionalidades da pesquisa. O segundo tópico, é dedicado a parte metodológica da pesquisa, no terceiro tópico os resultados e discussão apontando os estudos teóricos preliminares de autores que fundamentam esta abordagem temática, e como último tópico as considerações parciais do estudo.

A pesquisa, ainda em andamento, apresenta estudos teóricos preliminares de autores como Libâneo (2008), Luck (2012), Paro (2010), entre outros, que fundamentam esta abordagem temática sobre gestão escolar. Sendo assim, passamos ao próximo tópico que irá tratar sobre o percurso metodológico pensado para execução da pesquisa.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A palavra gestão tem sua origem etimológica em ger que significa fazer brotar, germinar, fazer nascer. É um termo que traz características de inovação e democracia.

No contexto da educação brasileira, tem-se dedicado muita atenção sobre a gestão do ensino que, como um conceito

novo, supera o enfoque limitado de administração, a partir do entendimento de que os problemas educacionais são complexos, em vista do que demandam visão global e abrangente, assim como ação articulada, dinâmica e participativa (LUCK, 2011, p. 23).

A gestão democrática da escola pública, buscou ser compreendida como uma nova forma de administrar a educação e a escola, aproximando a comunidade escolar das tomadas de decisões, principalmente através da efetivação de mecanismos que possibilitem o exercício da participação ativa e consciente. Muitos profissionais que ocupam a função de gestor escolar sendo ele: diretor, coordenador, supervisor ou orientador, possuem uma atitude centralizadora que afasta a participação dos docentes, alunos e comunidade, estando preocupados muito mais com a parte burocrática em que são pressionados, deixando o pedagógico em segundo plano. Libâneo (2008, p. 217) afirma que:

Embora aqui e ali continuem existindo profissionais com esse perfil, hoje estão disseminadas práticas de gestão participativa, liderança participativa, atitudes flexíveis e compromisso com as necessárias mudanças na educação. As funções do diretor são, predominantemente, gestoras e administrativas, entendendo-se, todavia, que elas têm conotação pedagógica, uma vez que se referem a uma instituição e a um projeto educativo e existem em função do campo educativo.

Entende-se que tais comportamentos desenvolvidos pelos gestores escolares estão sujeitos à sua própria personalidade e seu ambiente sociocultural. A gestão escolar envolve ações educacionais como: planejamento, liderança, mediação, coordenação, organização, monitoramento, orientação, avaliação. Dessa maneira, a atuação colaborativa dos profissionais da gestão escolar é essencial para a efetivação dos objetivos educacionais. A gestão escolar engloba, segundo Luck (2009, p. 23) “o trabalho da direção escolar, da supervisão ou coordenação pedagógica, da orientação educacional e da secretaria da escola, considerados participantes da equipe gestora da escola.”

O gestor deve ser alguém capaz de definir metas e motivar todo o grupo. Impossível definir o papel dos gestores escolares e suas

atribuições e competências, se não tiver muito claro o que a sociedade espera dessa organização. Conforme Libâneo (2008, p. 113) “[...] trata-se de entender o papel do diretor como um líder, uma pessoa que consegue aglutinar as aspirações, os desejos, as expectativas da comunidade escolar e articular a adesão e a participação de todos os segmentos da escola na gestão de um projeto comum”. Contudo, para administrar uma escola o diretor precisa conhecer bem à realidade da comunidade, observar e sempre avaliar o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem; analisar os resultados, ter presença constante entre os docentes contribuindo para um trabalho em equipe, onde analisa os problemas e busca soluções.

## **METODOLOGIA**

Neste item, são apresentados os elementos metodológicos e o percurso para a realização da pesquisa. Fundamenta-se no enfoque teórico baseado no materialismo histórico-dialético criado por Karl Marx e Friedrich Engels, no qual busca compreender a realidade do mundo a partir das grandes transformações da história e das sociedades humanas. Pires (1997, p.86) sintetiza o método materialista histórico-dialético como “método de interpretação da realidade, visão de mundo e práxis”.

Nossa pesquisa assume uma perspectiva qualitativa, que tem como característica, ser uma pesquisa que investiga valores, atitudes, percepções e motivações dos indivíduos pesquisados, tendo como principal objetivo compreendê-los profundamente, não tendo a preocupação de encaixar o material coletado em estatísticas. Goldenberg (2013) evidencia que a pesquisa qualitativa é muito importante quando se trata de uma pesquisa relacionada a ciências sociais, por dialogar com um método que permite tratar das subjetividades e das singularidades dos fenômenos sociais. Essa abordagem se ajusta a este estudo, tendo em vista a busca por analisar os impactos do trabalho dos gestores escolares na qualidade da educação do ensino fundamental no município de Vila Nova dos Martírios, localizado no Estado do Maranhão (MA), dentro de um contexto histórico social em que o objeto de pesquisa se encontra.

De caráter exploratório e descritivo-analítico a pesquisa contará com os seguintes procedimentos adotados: observação sistemática e

realização de entrevistas semiestruturadas. É por meio da entrevista semiestruturada que conseguimos interpretar e compreender o mundo dos que estão sendo entrevistados e organizar esquemas interpretativos para a compreensão das narrativas (GASKELL, 2002). Não menos importante, a observação nos permite fazer registros e análises quanto ao que se deseja investigar. Gil (1999) e Rúdio (2002) concordam que a observação é a aplicação dos sentidos humanos para obter determinada informação sobre aspectos da realidade. Para a execução desta pesquisa serão utilizados os seguintes instrumentos: roteiro de entrevistas semiestruturadas e diário de campo.

Na fase de análise e tratamento do material empírico realizaremos a sistematização dos dados, a partir dos referenciais da abordagem hermenêutica-dialética de acordo com Minayo (1998). A análise dos dados acontecerá através da análise do conteúdo das entrevistas aplicadas. Conforme Bardin (2002, p. 31) “análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. A partir desse processo, faremos a tabulação dos dados das entrevistas, e construiremos as categorias empíricas de análise. Na análise final a intenção é fazer a relação entre o referencial teórico e os dados coletados no campo, para atingir os objetivos propostos e responder ao problema inicial da pesquisa.

Participarão como sujeitos desta pesquisa dois gestores e três professores de cada escola pesquisada. Sendo campo de investigação duas escolas de ensino fundamental da zona urbana no município de Vila Nova dos Martírios - MA. Ressalta-se que os nomes dos sujeitos e das escolas serão codificados para garantir o anonimato preservando a identidade dos indivíduos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No Brasil, a administração da educação tem como base os princípios administrativos das organizações empresariais em função das características da sociedade capitalista, em que os interesses do capital predominam nas metas e objetivos das organizações que se enquadram ao modelo imposto por este tipo de sociedade. É o que confirma Paro (2010, p. 193):

Na teoria da Administração Escolar, ao ignorar essa realidade, ou melhor, ao ocultá-la sob a aparência da neutralidade técnica, favorecendo ao mesmo tempo a irradiação para a escola das mesmas regras que na empresa atendem aos interesses do capital, funciona, assim, como fator de homogeneização do comando exercido pela classe burguesa, em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, o caminho que o administrador escolar percorreu durante décadas foi o de práticas, predominantemente autoritárias e burocráticas de ensino. Contrapondo-se ao tradicionalismo administrativo, foram pensadas outras concepções sobre a função administrativa escolar na busca de novos olhares e equilíbrio organizacional.

A introdução de novos recursos no ensino, decorrentes desses do desenvolvimento da tecnologia moderna, trouxe como consequência mudanças nos modos de proceder dos professores, na posição dos alunos no espaço existente, em suma, na organização geral do trabalho escolar. Isto veio requerer, conseqüentemente, uma nova maneira de agir com relação a direção do trabalho dentro da escola, e portanto, uma nova maneira de agir em administração escolar (ALONSO, 1976, p. 135-136).

O processo de reestruturação capitalista e de internacionalização e globalização da economia trouxeram novos discursos com relação à escola e seu modelo gestor. No Brasil, inúmeras propostas no campo educacional surgiram na década de 90 comportando preocupações em torno dos objetivos, meios e fins da educação pública. Emergiram discussões que envolvem um enorme conjunto de problemas e questões da gestão da educação.

Nesse sentido, o pensamento liberal foi intensamente questionado por educadores críticos no Brasil e na América Latina, enfatizando a função social da escola pública, reafirmando seu caráter democrático e a demanda de novas finalidades e necessidades. E para Libâneo (2008, p. 51): “A escola contemporânea precisa voltar-se para novas realidades, ligar-se ao mundo econômico, político, cultural, mas precisa ser um baluarte contra a exclusão social”. Dessa forma,

é indispensável frisar sobre a gestão escolar<sup>9</sup> e o papel relevante que os gestores possuem. Para tanto, é necessário saber qual o papel dos gestores e suas condições para favorecer meios de democratizar a escola e instaurar novas práticas e dinâmicas para a equipe da escola.

O papel dos gestores escolares é crucial na construção de uma escola que prioriza garantir as condições necessárias para o bom funcionamento das atividades administrativas e pedagógicas alicerçadas na democracia, como bem expressa a nossa carta magna - Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96). De acordo com Ribeiro e José (2020), a gestão escolar é:

[...] responsável pela articulação das diversas variáveis que se apresentam na escola, como as relações entre professores, alunos e funcionários. Seu papel é mais que apenas um administrador, ele é um agente articulador responsável pelo bem-estar da comunidade escolar, deve ter a habilidade de equilibrar o papel administrativo político com o pedagógico, de modo que um não se sobreponha ao outro. (RIBEIRO; JOSÉ, 2020, p. 7)

Nesse sentido, o principal papel do diretor é fazer a gestão da aprendizagem (pedagógica), pois ao organizar o tempo burocrático e as demandas financeiras, haverá um equilíbrio entre a burocracia e o pedagógico, relacionando uma a outra. Libâneo (2008, p. 111) diz que “[...] o diretor de escola é o responsável pelo funcionamento administrativo e pedagógico, portanto, necessita de conhecimentos tanto administrativos quanto pedagógicos”.

A escolha para o cargo de gestor de escola é importantíssima, pode ser realizada através de transições do sistema de ensino, de nomeação ou pela comunidade escolar por meio de eleição direta ou representativa e concurso público, transição adotada por poucos estados no Brasil. Sobre isso, Libâneo (2008, p. 113) relata que:

Infelizmente, predomina ainda no sistema escolar público brasileiro a nomeação arbitrária de diretores

---

<sup>9</sup> A gestão escolar aqui referida compreende o trabalho colaborativo de profissionais que assumem os cargos de diretor, vice-diretor, coordenador, supervisor e orientador.

pelo governador ou prefeito, geralmente para atender conveniências e interesse político-partidários, colocando o diretor como representante desses interesses, inibindo seu papel de coordenador e articulador da equipe docente.

A nomeação, como caminho para a escolha de gestores, é considerada a menos relevante, visto que a escola não conseguirá a autonomia necessária para a desmistificação e desalienação social por parte dos opressores governamentais. Uma das melhores alternativas para a escolha de gestores é a eleição direta da comunidade, no sentido de ser a maneira mais flexível dentro do processo de democratização. No entanto, segundo Luck (2011, p. 77):

Cabe lembrar que não é a eleição em si, como evento, que democratiza, mas sim o que ela representaria, como parte de um processo participativo global, no qual ela corresponderia apenas a um momento de culminância num processo construtivo e significativo para a escola. Ao se promover a eleição de dirigentes estar-se-ia delineando uma proposta de escola, um estilo de gestão e se firmando compromissos coletivos para levá-los a efeito de forma efetiva.

Partindo desses argumentos, ainda há muito a se discutir sobre os meios pelos quais os gestores devem ocupar esse cargo. É necessário salientar que o gestor sozinho não consegue atingir as metas de um aprendizado de qualidade. A figura do coordenador pedagógico, do supervisor e do orientador é fundamental para a composição de parceria da gestão escolar, além do apoio da comunidade. “A crescente complexidade do trabalho pedagógico levou a instituição de funções diferenciadas nos sistemas de ensino e nas escolas, sendo elas atribuídas a profissionais diversos” (LUCK, 2008, p. 87).

A palavra “qualidade” recebeu mais destaque na década de 1990 quando as reformas educativas influenciadas pelo mercado empresarial de produtividade e competição, interferiram nas políticas públicas educacionais. Nessa concepção, buscava-se resultados mensuráveis e com isso foi estabelecido programas de avaliação em larga escala, com o objetivo de aferir a qualidade do ensino por intermédio do rendimento de aprendizagem.

Planejamento apropriado, organização institucional, participação ativa da comunidade na tomada de decisões e na construção do projeto político e pedagógico, dentre outras, são ações que impactam e contribuem para a oferta de uma educação de qualidade. As dimensões da prática de gestão participativa são apontadas por Luck et al (2012): participação da comunidade escolar na eleição do gestor, criação do conselho escolar com autoridade deliberativa e repasse dos recursos financeiros da escola, conforme orientação constitucional.

À frente dessas dimensões e, na condução delas, encontra-se os gestores escolares, que tem como função primordial articular, coordenar e realizar, de maneira dinâmica e competente, a organização do tempo e espaço no âmbito escolar para que todas essas dimensões ganhem concretude e efetividade. Nessa perspectiva, caminhamos para o último tópico, que trará em seu bojo as considerações parciais deste trabalho, não findando o debate acerca dessa tônica.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Pretende-se com os resultados deste estudo ampliar as discussões sobre a gestão escolar e a qualidade da educação, levando a refletirmos que os trabalhos dos gestores são indispensáveis para o alcance da educação de qualidade. Para tanto, potencializa-se a instauração de espaços colaborativos de compartilhamento de conhecimentos, experiências, dentre outros, propiciando reflexões críticas individuais e coletivas estimulando a autonomia e mobilização por melhorias nas condições de trabalho, objetivando o desenvolvimento profissional desse público.

Diante das reflexões e do estudo sobre gestão escolar e qualidade da educação, e diálogos prévios e informais com profissionais da área no lócus da pesquisa, propomos inicialmente como produto técnico tecnológico a implementação de um núcleo formativo permanente para gestores e coordenadores na secretaria municipal de educação. Para tanto, o objetivo é de contribuir para o desenvolvimento profissional dos gestores com vistas na qualidade da educação, procurando atender a proposição que trata a meta 15, estratégia 2 do Plano Municipal de Educação (PME 2014-2024).

Concluimos que esta temática merece ainda muitas pesquisas e

compreensões visto o caminho árduo de progressos e retrocessos para a execução da gestão democrática, estabelecida na legislação educacional, como princípio a ser implementado, efetivado e garantido pelos sistemas de ensino.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, M. **O papel do diretor na administração escolar**. São Paulo: DIFEL, EDUC, 1976.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Portugal, Edições 70, LDA. 2002.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. Em M. W. Bauer & G. Gaskell, G. (Orgs.), **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático** (pp. 64-89). (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: MF livros, 2008.

LUCK, H. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LUCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LUCK, H. et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 10. ed. Petrópolis, RJ: vozes 2012.

MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Editora Vozes: Petrópolis, 1998.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PIRES, M. F. C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface - Comunicação, Saúde**, Educação, v.1, n.1, 1997.

RIBEIRO, G, S; JOSÉ, M, C de A. Gestão escolar e a Covid-19: Dinâmicas de trabalho e desafios profissionais durante a pandemia de 2020. In: SILVA, A, J, N da; BOMFIM, A, de L (orgs). **Militância política e teórico-científica da educação no Brasil**. Ponta grossa, PR: Atena, 2020.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

# PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO: contribuições na aproximação com a educação superior

**SANTOS, Tatyane Laíssa Sousa dos**

<http://lattes.cnpq.br/9349631103027565>

[tatyane.santos@ifma.edu.br](mailto:tatyane.santos@ifma.edu.br)

**DUARTE, Ana Lúcia Cunha**

<http://lattes.cnpq.br/7783722596524788> [duart\\_ana@hotmail.com](mailto:duart_ana@hotmail.com)

**ALVES, Kallyne Kafuri**

<http://lattes.cnpq.br/6531776916968549>

[kallyne.kafuri@hotmail.com](mailto:kallyne.kafuri@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

No Brasil existem diversas políticas públicas, dentre essas, aquelas voltadas para o desenvolvimento da ciência na educação básica, proporcionando ao discente a formação crítica e científica durante o Ensino Médio. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) apresenta-se como uma ferramenta com vistas a formar um sujeito que inter-relacione, de maneira crítica, os conhecimentos adquiridos, sendo questionador, autônomo e transformador das incertezas do mundo contemporâneo, bem como capaz de agir de forma a aproximar-se da realidade do ensino superior.

Nessa perspectiva os estudantes matriculados no Ensino Médio de escola pública, possuem a oportunidade de serem inseridos na iniciação científica, por meio de seleção com critérios publicados nos editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), regulamentada pela Resolução Normativa número 17, do ano de 2016, cujas bolsas são designadas diretamente para as instituições de ensino e pesquisa e posteriormente para as escolas de Educação Básica.

O Instituto Federal do Maranhão – Campus Buriticupu (BTC), em sua oferta de Ensino Médio Técnico, tem como princípio basilar a integração da pesquisa, do ensino médio técnico e tecnológico e da extensão. No âmbito científico, tem como missão institucional

promover a construção do conhecimento por meio da pesquisa, potencializando o desenvolvimento humano, científico e tecnológico, de forma sustentável (IFMA, 2015). Entende-se que o objetivo da IC no EM é explorar a curiosidade e interesse dos alunos no desenvolvimento do pensamento reflexivo e aquisição de uma formação de hábitos, habilidades e de atitudes científicas, bem como despertar o gosto pela pesquisa, proporcionando espaços para a criatividade e para o surgimento de talentos para o mundo das ciências (BAZIN, 1983).

Com isso, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a relação entre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) com o Ensino Superior visando impactar as propostas pedagógicas e curricular do IFMA e demais instituições de ensino médio. Encontrar estratégias para despertar a criatividade, a cidadania e a autonomia no processo de ensino e aprendizagem deve ser o direcionamento das recomendações instrucionais, olhando para as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, assim, este estudo se enquadra em uma abordagem educacionalmente focada para análise de benefícios públicos gestão política.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

De acordo com Massi e Queiroz (2015) a Iniciação Científica esta foi realizada primeiramente de maneira informal nas universidades para depois ser objeto de política nacional. Com a institucionalização da IC nas universidades, como estímulo a formação inicial do pesquisador no Brasil destaca-se aqui o fomento à pesquisa por parte do CNPq, que resultou em diversos programas sustentados e por investimento financeiro sistemático, possibilitando a concessão de bolsas de estudos, oferecidas diretamente ao pesquisador ou à instituição universitária, e, em decorrência o direcionamento de interesses a dedicação de jovens pesquisadores aos projetos e grupos de pesquisa (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Oliveira (2015) o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio – PIBIC-EM, regido pela Resolução Normativa nº 017/2006, foi criado em 2010 pelo CNPq, sendo executado pelas universidades e pelos institutos de pesquisa com o objetivo de fortalecer o processo de disseminação de informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos e desenvolver

as atitudes, habilidades e valores necessários a educação científica e tecnológica dos estudantes do ensino médio.

Ainda enquanto objetivos da ICJ, para além da Educação Científica, é importante destacar a escolha das carreiras e a inclusão social, que quando realizadas por intermédio da participação dos jovens em ambientes formais de pesquisa, possibilita a clara da aprendizagem do método científico como processo criativo e de experimentação e, além disto, proporciona um local de integração entre os estudantes independente de sua raça, cor, sexo e gênero. (FERREIRA ARANTES e PERES, 2015).

A educação científica também tem sido tratada como estratégia de inclusão social por meio da propagação e popularização dos conhecimentos relacionados à ciência e tecnologia, algo imprescindível para o combate à pobreza e vulnerabilidade social. Aos jovens nesta situação, que não têm acesso aos recursos básicos, apropriar-se de conhecimentos úteis às escolhas profissionais por intermédio da ciência é passo fundamental para a inclusão social, que segundo Ferreira e Peres (2015), é compreendida como a incorporação, institucionalização, objetivação e acúmulo de formas socialmente valorizadas de capital cultural, escolar e social que, posteriormente, poderão ser convertidos em outras formas de capital, favoráveis ao processo de mobilidade social.

## **METODOLOGIA**

Para o desenho da pesquisa foi escolhido um estudo de caso sobre o PIBIC-EM no IFMA no Campus Buriticupu. Segundo Severino (2007), esse tipo de pesquisa se concentra no estudo de um caso específico que seja representativo de um grupo ou número de outros casos semelhantes. Oliveira (2015) também utilizou essa técnica ao estudar a aproximação entre o PIBIC-EM e o ensino superior. O pesquisador afirma que:

[...] o estudo de caso adapta-se às situações em que existem ainda poucas pesquisas como a que tivemos por objeto/tema de estudo, subsidiando investigações de maior amplitude (DINIZ, 1994; BRUYNE, HERMAN e SHOUTHEETE, 1991) ou outros estudos de casos,

em contextos diferentes, permitindo a identificação de aspectos comuns, favorecendo as generalizações. (OLIVEIRA, 2015).

A análise bibliográfica está baseada em diferentes tipos de publicações: artigos, teses, artigos e livros, enquanto a análise documental envolve editais, portarias, resoluções normativas, Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica nas plataformas online governamentais como o Senado, MEC e Planalto.

Em relação aos métodos de resolução de problemas, o projeto apresenta pesquisa qualitativa quantitativa, pois investiga os fatos observados entre 2017 e 2021 usando dados estatísticos e não estatísticos. Na pesquisa quantitativa, dados numéricos de discentes participantes do PIBIC-EM fornecidos pela Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFMA e pelo Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). No estudo qualitativo, a análise parte das respostas dos egressos e das autoridades competentes gestoras do PIBIC-EM no IFMA – Campus BTC, obtidas por meio de questionário aplicado com egressos convidados e escolhidos através de uma amostra de tipo intencional, utilizando os seguintes critérios: bolsistas de PIBIC-EM do campus Buriticupu entre 2017 e 2021. Com base em dados preliminares, estima-se entrevistar 12 participantes, de ambos os sexos, na faixa etária de 16 a 20 anos, em média.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Quanto a concepção do termo políticas públicas, embora não se tenha um conceito ou definição exatos, pois existem inúmeros, tem-se, entre os mais aceitos e divulgados, o conceito de Nanni e Filho (2006), em que estes afirmam que as políticas públicas têm como objetivo garantir os direitos sociais através de decisões, opções ou prioridades de escolhas e ações devidamente planejadas e implantadas. Cury (2007) apontou que a educação escolar em nosso país está vinculada - desde a independência até os dias atuais - às políticas públicas, sob a condição que estas sejam consideradas alguma forma de intervenção na oferta e proteção de certos direitos da cidadania.

Hoje, a sociedade está repleta de incertezas, da reconstrução e desconstrução de conceitos há muito considerados indiscutíveis, e da construção de tantos novos valores e tecnologias em todas as áreas da produção humana. Uma consequência direta disso é preocupação com a formação de jovens críticos na coragem de questionar a validade de questões que permeiam a natureza humana. Diretamente relacionado a isso, inferimos que a educação (e todas as políticas públicas que a cercam e viabilizam sua prática) é o meio/ferramenta mais poderoso e decisivo para perseguir esses objetivos – além de seu poder de intervenção, está relacionado à compreensão de hoje preocupa-se com o processo de construção e definição da dinâmica das variáveis atuais da sociedade como um todo.

Nessa linha de pensamento, deve-se buscar a construção de um currículo que leve a uma sólida contribuição e formação consistente de jovens para serem críticos, criativos e inovadores e que adquiram a capacidade de não recuar diante de conceitos incertos e, além disso, possam reexpressá-los em resposta às constantes mudanças que a sociedade enfrenta (OLIVEIRA, CIVIERO e BAZZO, 2019).

Uma ideia observada é que o movimento de esclarecimento científico, ainda no ensino médio, estimula os jovens a romper com as rotinas escolares e a se transformarem de meros agentes passivos no processo de ensinar e aprender para significar apenas absorver, copiar e armazenar informações, inadequado ao desenvolvimento de ideias inovadoras, falta de criticidade, para indivíduos que hoje são os protagonistas de seus estudos.

Para o apoio à pesquisa científica, o campus BTC (IFMA) mantém, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM), regulamentado pela RN/017/2006, Anexo V, além de outros programas de incentivo à pesquisa e inovação, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), a Bolsa de Desenvolvimento Institucional (BDI) e o Projeto Interação com Ciência. As bolsas de iniciação científica, pertencentes ao programa e destinadas aos alunos, são financiadas pelo CNPq, pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), tendo também uma contrapartida do IFMA.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Nos próximos meses, o objetivo é concluir a redação do texto com base na bibliografia e documentos pesquisados, bem como aqueles ainda conhecidos e relevantes para a pesquisa. Além disso, serão produzidos dados com professores participantes e alunos egressos do PIBIC-EM do IFMA-BTC, levando aos resultados obtidos por meio deste estudo, existindo a pendência da aprovação do processo submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Em seguida, será realizada a análise dos dados para finalização da dissertação e sua defesa em banca.

Para a construção da proposta do produto foram consideradas leituras bibliográficas e documentais sobre o tema, bem como o conhecimento sobre a realidade do BTC campus PIBIC-EM. Uma pesquisa no campus constatou que dentre os problemas identificados pelos professores, destacaram-se aqueles relacionados à introdução da ciência e da pesquisa. Entende-se que este projeto se propõe a fornecer aos alunos, durante o período de bolsa, informações para esclarecimento de dúvidas em todo o escopo do estudo, aumentando assim o interesse desses alunos em continuar seus estudos. Os estudos acadêmicos e, portanto, sua inserção no ensino superior, visam à continuidade da formação e ao desenvolvimento de um processo de gestão do acolhimento - baseado nos princípios do ensino, da pesquisa e da extensão, tanto para alunos quanto para professores.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, S. de L. F. e PERES, S. O. Programas de iniciação científica para o ensino médio no Brasil: educação científica e inclusão social. **Pesqui. prá. psicossociais [online]**. 2015, vol.10, n.1, pp. 37-54. ISSN 1809-8908. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1809-89082015000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-89082015000100004). Acesso em: 28 mar. 2022

BAZIN, M. J. O Que é a iniciação científica. **Revista de Ensino de Física**, São Paulo, v.5, n.1, p.81-88, jun.1983.

CURY, C. R. J. **Estado e Políticas de Financiamento da Educação**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 831-855, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 01 de dez, 2020.

MASSI, L.; QUEIROZ, S.L., orgs. **Iniciação científica: aspectos históricos, organizacionais e formativos da atividade no ensino superior brasileiro [online]**. São Paulo: Editora UNESP, 2015, 160 p. ISBN 978-85-68334-57-7. Disponível em <http://books.scielo.org>> Acesso em 15. abr.2022.

NANNI, G.; FILHO, J.C.S. Importância da Avaliação das Políticas Públicas Educacionais. **R. Est. Pesq. Educ.**, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18966>

OLIVEIRA, E.L. **A Formação Científica do jovem universitário: Um estudo com base no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)**. 2010. 114f. Dissertação. (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade) - Programa de Pós-graduação em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, A. de., **A iniciação científica Júnior (ICJ): aproximações**

da educação superior com a educação básica. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

OLIVEIRA, F.P.Z; CIVIERO, P.A.G e BAZZO, W. A., **A iniciação científica na formação dos estudantes do ensino médio**. Alagoas, v. 11, n. 24, maio/ago. 2019. Disponível em <https://portal.ifma.edu.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 out 2022

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

# ORGS. E-BOOKS PGGE-UEMA/ GESTÃO E FORMAÇÃO 2023



**Ana Patrícia Sá Martins** - Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). É líder do Grupo de Pesquisa Multiletramentos no Ensino de Línguas (MELP/UEMA). Atua como Professora Adjunta no Departamento de Letras. É Professora Permanente no Mestrado Profissional em Educação (PPGE) e no Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL), ambos da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA).

**Lattes:** <https://lattes.cnpq.br/2681466182017831>

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-5716-1580>

**E-mail:** [anamartins1@professor.uema.br](mailto:anamartins1@professor.uema.br)



**Andressa Wiebusch** - Graduação em Pedagogia Licenciatura Plena, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialização em Gestão Educacional, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Especialização em Educação Especial e Inclusiva (Centro Universitário Celso Lisboa) e Especialização em Supervisão Escolar e Orientação Educacional (Centro Universitário Celso Lisboa). Mestrado em Educação, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com doutorado sanduíche na Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha. Atuo como professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) - Mestrado Profissional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

**Link:** <https://lattes.cnpq.br/7775729173383975>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-6365-2645>

**E-mail:** [andressapfope@gmail.com](mailto:andressapfope@gmail.com)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

## PPGE

Mestrado Profissional  
em Educação



**Josenildo Campos Brussio** - Pós-Doutor em Turismo, pelo PPGTUR (Programa de Pós-graduação em Turismo) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2008), Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (2012) e Licenciado em Letras Português/Inglês e respectivas Literaturas pela Universidade Estadual do Maranhão (1998). Professor Associado II do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da UFMA/São Bernardo. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLETRAS-UEMA), da Universidade Estadual do Maranhão. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura (GEPENADEC) e do LEI (Laboratório de Estudos do Imaginário). Participa da "REDE DE PESQUISA EM TURISMO RELIGIOSO NO NORDESTE BRASILEIRO". Membro da Societé Internationale de Sociologie des Religions (SISR). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9072225990725799>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-7721-9199>

**E-mail:** [josenildo.brussio@ufma.br](mailto:josenildo.brussio@ufma.br)



**Regina Célia Vilanova-Campelo** - Doutora em Ciências, programa Saúde Coletiva, Faculdade de Medicina Universidade de São Paulo (FMUSP-2019). Mestre em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Piauí (UFPI-2014). Especialista em Educação Física Escolar – UESPI-2005. Graduada em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI 2004). Professora Adjunta e Diretora do Curso em Educação Física Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Campus São João dos Patos. Docente Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional (PPGE-UEMA). Presidente da Federação de Ginástica do Piauí (FEGINPI), trabalho voluntário. Líder do Grupo de Pesquisa SAFE: Saúde, Atividade Física e Educação (SAFE/UEMA/CNPq) e Membro do Observatório do Corpo (OBCORPO/UFPI/CNPq).]

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3577397196124251>

**ORCID:** <http://orcid.org/0000-0002-3221-2927>

**E-mail:** [reginacampelo@professor.uema.br](mailto:reginacampelo@professor.uema.br)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**PPGE**

Mestrado Profissional  
em Educação